


INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 163/2025
Data: 22/10/2025**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ COMEÇA A SER CONSTRUÍDO EM 2026 E DEVE FICAR PRONTO EM 2030, ANTES DO PREVISTO	4
TERCEIRA PISTA DA RODOVIA DOS IMIGRANTES TERÁ ACESSO DIRETO AO PORTO DE SANTOS DEFINIDO EM REUNIÃO COM O GOVERNO DE SP	5
LEILÃO DE ARRENDAMENTO DO CANAL DO PORTO DE PARANAGUÁ SERÁ REALIZADO NESTA QUARTA-FEIRA NA B3	6
LEILÃO DE ÁREA NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO SERÁ EM 2026	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
AEROPORTO DE SÃO RAIMUNDO NONATO (PI) PODE APROXIMAR O MUNDO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	8
OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM GUARULHOS SÃO INICIADAS	10
AERÓDROMO DE CARAGUATATUBA (SP) CRIARÁ NOVO CORREDOR LOGÍSTICO NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO	11
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA LEILÃO DE ÁREA DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO PARA MARÇO DE 2026	12
CANAL DE PARANAGUÁ VAI A LEILÃO INÉDITO E TORNA PORTO MAIS ATRATIVO PARA CONTÊINERES E ESCOAMENTO DA SAFRA	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	14
RENAN FILHO ENTREGA NOVO TRECHO DUPLICADO DA BR-101/ES-BA E ACOMPANHA OBRAS NO ESPÍRITO SANTO	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – INOVAÇÃO NO PORTO DE SUAPE	16
NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTRO SILVIO COSTA FILHO DEFENDE VOLTA DO FINANCIAMENTO PRIVADO NAS CAMPANHAS ELEITORAIS	17
<i>Financiamento eleitoral em pauta</i>	17
<i>Poder concentrado</i>	17
<i>Limites ao fundo público</i>	17
<i>Proibição</i>	17
<i>Checklist</i>	17
<i>Decisão estratégica</i>	17
REGIÃO SUL - CONSÓRCIO CCGD ARREMATAS LEILÃO DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ	17
NACIONAL - LEILÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ INAUGURA NOVO MODELO DE CONCESSÃO PORTUÁRIA	18
NACIONAL - DUPLICAÇÃO DA BR-101 ENTRE GUARAPARI E ANCHIETA É INAUGURADA	20
NACIONAL - LEILÃO DE NOVA ÁREA NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO SERÁ EM MARÇO DE 2026	21
BRASIL EXPORT - DIRETOR-GERAL DA ANTAQ ESTARÁ NO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA	23
REGIÃO NORTE - AMAZÔNIA DISCUTE FUTURO INDUSTRIAL NO 1º FÓRUM DE COMÉRCIO EXTERIOR	24
NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025	25
REGIÃO NORDESTE - SUAPE E SENAI ABREM NOVO CENTRO DE INOVAÇÃO EM PERNAMBUCO	25
REGIÃO NORDESTE - TRANSNORDESTINA REALIZA VIAGEM INAUGURAL ENTRE PIAUÍ E CEARÁ NESTA SEXTA (24)	27
C O N E X Ã O – NORDESTE - TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE MACEIÓ É LEILOADO NESTA QUARTA-FEIRA (22)	27
C O N E X Ã O – SENAI PARK É INAUGURADO NO PORTO DE SUAPE	28
C O N E X Ã O – GOVERNO DÁ O PRIMEIRO PASSO PARA DUPLICAR A PRINCIPAL RODOVIA DO RN	29
BAHIA ECONÔMICA - BA	30
PRIVATIZAÇÃO: ELETROBRAS MUDA DE NOME E PASSA A SE CHAMAR AXIA ENERGIA	30
BRACELL REÚNE ESPECIALISTAS E AUTORIDADES PARA DISCUTIR A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NA AGENDA CLIMÁTICA GLOBAL	31
JORNAL O GLOBO – RJ	32
PRÉ-SAL: CINCO DE SETE ÁREAS SÃO ARREMATADAS EM LEILÃO. VEJA VENCEDORES	32
COMISSÃO DA CÂMARA APROVA URGÊNCIA E ACELERA PROJETO QUE ELEVA TAXAÇÃO DAS BETS PARA COBRIR ROMBO FISCAL DO GOVERNO	35
GOVERNO MANTÉM PROJEÇÕES DA MP ALTERNATIVA AO IOF, NÚMERO DOIS DA FAZENDA DIZ QUE CORTES TÊM QUE SER APROVADOS ESTE ANO	37
TRUMP VERSUS XI: QUAL É O PODER DE BARGANHA DA CHINA? MAIS DE US\$ 1 BILHÃO POR DIA; ENTENDA	38
CCJ DA CÂMARA APROVA PEC QUE TIRA DO EXECUTIVO E DÁ AOS DEPUTADOS FUNÇÃO DE FISCALIZAR AGÊNCIAS REGULADORAS	40
PETROBRAS VENCE LEILÃO DE TERMINAL NO PORTO DO RIO COM LANCE DE OUTORGA DE R\$ 104 MILHÕES	41
‘ANÚNCIO DEPLORÁVEL NO PIOR MOMENTO’: JORNAIS ESTRANGEIROS REPERCUTEM AVAL PARA PESQUISAR PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS	42



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP..... 43

PRÓXIMO PRESIDENTE DO BRASIL CORRE RISCO DE 'BATER EM MURO' FISCAL, DIZ ECONOMISTA DO JP MORGAN.....	43
PETROBRAS E EQUINOR SE DESTACAM EM LEILÃO DO PRÉ-SAL, CONSIDERADO UM SUCESSO APÓS VENDA DE 5 BLOCOS.....	47
CADE DETERMINA QUE CSN PAGUE MULTA DE MAIS DE R\$ 128 MILHÕES NO CASO DAS AÇÕES DA USIMINAS	49
PRIVATIZADA EM 2022, A ELETROBRAS ANUNCIA QUE MUDARÁ O NOME PARA AXIA ENERGIA	50

VALOR ECONÔMICO (SP)..... 51

ASSOCIAÇÃO DE AEROPORTOS PEDE QUE CONGRESSO ADIE DEBATES SOBRE TARIFA SEM BAGAGEM DE MÃO	51
CONSÓRCIO DA BELGA DEME SUPERA CHINESES E CONQUISTA CONCESSÃO PIONEIRA DO CANAL DE PARANAGUÁ	51
MINISTRO DE LULA DIZ QUE AJUSTE FISCAL DE MILEI NÃO É EXEMPLO E QUE BRASIL VIROU 'BOLA DA VEZ'	52
MINISTÉRIO DE PORTOS QUER FAZER LEILÃO DO MEGATERMINAL EM SANTOS, ENTRE 15 E 22 DE DEZEMBRO	54
PETROBRAS CONQUISTA TERMINAL PORTUÁRIO RDJ07, NO RIO, COM OFERTA DE R\$ 104 MILHÕES	55
MODELO DE LEILÃO DE PARANAGUÁ SERÁ REPETIDO EM MAIS PORTOS DO PAÍS.....	56
FATURAMENTO DO SETOR MINERAL SOBE 34% NO 3º TRIMESTRE, APONTA IBRAM	57
O DESAFIO CLIMÁTICO DA GOVERNANÇA URBANA.....	59
PETROBRAS LEVA BLOCO CITRINO, NO PRÉ-SAL DA BACIA DE CAMPOS; VEJA RESULTADOS DO LEILÃO DA ANP.....	61

PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 63

CODEBA VAI ADMINISTRAR PORTO DE ITAJAÍ ATÉ CRIAÇÃO DA DOCAS DE SANTA CATARINA	63
GRUPO ALAGOANO ARREMATAS TERMINAL DE PASSAGEIROS DE MACEIÓ.....	64
OPP TEM 5 BLOCOS NO PRÉ-SAL ARREMATADOS E R\$ 104 MILHÕES EM BÔNUS.....	64
GOVERNO PREVÊ LEILÃO DE ÁREA DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO EM MARÇO DE 2026	65
MAERSK, EVERLLANCE E PRODUTORES APOIAM ABORDAGEM MULTIFUNCIONAL E USO DO ETANOL NO TRANSPORTE MARÍTIMO	66
ABAC SUGERE CORREDOR VERDE NO COMÉRCIO MARÍTIMO ENTRE PAÍSES DO MERCOSUL	66
TECNOLOGIA ISLANDESA VAI MONITORAR CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS EM EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NA IRLANDA DO NORTE.....	68
ARTIGO - REFORMA TRIBUTÁRIA E O SEU IMPACTO NA LOGÍSTICA BRASILEIRA	69

MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA..... 71

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	71
--	----



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ COMEÇA A SER CONSTRUÍDO EM 2026 E DEVE FICAR PRONTO EM 2030, ANTES DO PREVISTO

Mota-Engil entregou plano ao Governo de São Paulo; construção contará com aporte público de R\$ 5,14 bilhões

Por Bárbara Farias 22 de outubro de 2025 às 07:04



Túnel terá 1,5 km, dos quais 870 metros imersos. Investimento previsto é de R\$ 6,8 bilhões, com repasse de R\$ 5,14 bilhões de Estado e União (Alexsander Ferraz/ AT)

A Mota-Engil, futura concessionária do túnel imerso Santos-Guarujá, planeja iniciar as obras em 2026 e antecipar a entrega de 2031 para 2030. O planejamento foi apresentado em reunião com a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) do Governo do

Estado, nesta terça-feira (21), em São Paulo. Além disso, a Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Governo Paulista garantiram que farão o depósito do aporte público obrigatório de R\$ 5,14 bilhões na conta do empreendimento até o final deste ano.

O contrato de concessão patrocinada por parceria público-privada (PPP) tem vigência de 30 anos, prorrogáveis, e o investimento previsto é de R\$ 6,8 bilhões. Desse total, Estado e União custearão R\$ 5,14 bilhões, meio a meio.

As novidades sobre as tratativas da obra foram confirmadas pela SPI em nota enviada para A Tribuna. “Nesta terça-feira (ontem), um representante da SPI recebeu a equipe da Mota-Engil, que apresentou o planejamento de início das obras em 2026 e a possibilidade de antecipação da entrega do túnel para 2030, reforçando o compromisso conjunto de garantir agilidade e transparência à execução do projeto”.

A secretaria informou também que “a parcela estadual está assegurada pelo Tesouro, compatível com a capacidade fiscal do Estado e dentro das margens de remanejamento autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O pagamento pelo Estado será realizado no ato da assinatura do contrato, enquanto a União tem até 60 dias para efetuar sua contribuição”.

Além do aporte, o Estado informou que “será responsável por destinar integralmente os recursos referentes às desapropriações, estimados em R\$ 522 milhões. Este processo de pagamento segue as regras do edital e as etapas regulares de adjudicação e homologação, incluindo a apresentação das condicionantes pela futura concessionária, entre elas a abertura da conta vinculada para o aporte”.

Audiência pública

Já a parte da União será destinada pela empresa pública do Porto de Santos. Por videoconferência em audiência pública da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados realizada nesta terça-feira (21), o presidente Anderson Pomini declarou que “a APS vai transferir os R\$ 3 bilhões para a conta do túnel no final de novembro”.

Além de Pomini, participaram da sessão pública representantes do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e das duas prefeituras. O encontro

foi conduzido pelo deputado federal e ex-ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos Leônidas Cristino (PDT-CE).

O prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), participando também de forma on-line, reforçou suas solicitações de redução de impactos na Cidade. "Solicitamos cinco quesitos: menor número de desapropriações, soluções urbanas para os bairros, não permissão de tráfego de caminhões em áreas urbanas, prioridade de emprego de mão de obra da Baixada Santista e estudos e obras necessárias para a mudança do eixo de trânsito da Ponta da Praia para o Macuco por causa do túnel".

Representando o prefeito de Guarujá, Farid Madi (Pode), o secretário municipal de Planejamento Estratégico, João Eduardo de Oliveira, observou que "o traçado conceitual impacta diretamente na zona urbana. Nossas preocupações recaem sobre o impacto para 700 famílias e no centro comercial pujante de Vicente de Carvalho. Além disso, é necessário um sistema viário complementar, integração do túnel ao retroporto, que é estratégico para nós, e o fato de que o acesso ao aeródromo não pode ser impactado num trecho de 200 metros".

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) destacou a importância socioeconômica de um empreendimento desse porte para a Baixada Santista, mas pediu atenção "aos impactos para os moradores de Santos e de Vicente de Carvalho (Guarujá)".

Acordo de cooperação

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Alber Vasconcelos, lembrou, no encontro do acordo de cooperação técnica (ACT) assinado em fevereiro de 2024, que formalizou o pacto entre o Governo Paulista e a União para a construção do túnel, com a participação da Antaq, por parte do ente federal, e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). Mas a principal condutora do projeto, a diretora da Artesp, Raquel França, que também foi convidada, não pôde comparecer à audiência pública.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/10/2025

TERCEIRA PISTA DA RODOVIA DOS IMIGRANTES TERÁ ACESSO DIRETO AO PORTO DE SANTOS DEFINIDO EM REUNIÃO COM O GOVERNO DE SP

Prefeitura de Cubatão apresentará projeto do Corredor Porto-Indústria ao Estado em novembro

Por Ted Sartori 22 de outubro de 2025 às 07:13



Acesso direto entre a futura terceira pista da Imigrantes e o Porto de Santos tem 13,5 quilômetros e tiraria trânsito pesado de rodovias (Reprodução)

A Prefeitura de Cubatão tem reunião prevista para 18 de novembro com o Governo do Estado para apresentar o projeto Corredor Porto-Indústria. Trata-se de um acesso direto entre a futura terceira pista da Rodovia dos Imigrantes e o Porto de Santos, sem passar pelas rodovias Anchieta e

Cônego Domenico Rangoni. A intenção é levar a iniciativa ao secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini. Caso haja possibilidade, o encontro pode ocorrer antes da data planejada, segundo A Tribuna apurou.

Na tarde desta terça (21), a Administração cubatense mostrou o projeto na reunião do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Santos, primeira em que o Município teve assento - agora passa a ser convidado permanente. Em 18 de setembro, em Cubatão, a ideia foi apresentada em audiência pública sobre a terceira pista da Imigrantes. O encontro foi realizado pelo Conselho

Estadual do Meio Ambiente (Consema). A Prefeitura deseja incluir a iniciativa no projeto da terceira pista da Imigrantes.

A Tribuna revelou o assunto há quase um mês. Com cerca de 13,5 quilômetros de extensão, o traçado partiria da região do Sítio dos Areais, em Cubatão — onde termina a futura terceira pista, conforme projeto — e seguiria até a Alemoa, em Santos. A proposta prevê duas faixas de rolamento por sentido, com acostamento e dimensionadas para tráfego pesado. Segundo cálculos feitos pela Prefeitura, a via teria capacidade para circulação de até 20 mil veículos por dia. A maior parte do traçado será sobre viadutos, minimizando movimentação de terra em áreas de várzea e manguezal. O investimento estimado é de R\$ 2,3 bilhões.

Como foi no cap

Os conselheiros do CAP receberam bem a proposta, apresentada pelo diretor de Assuntos Portuários de Cubatão, Pedro de Sá. Durante o debate, eles levantaram diversas sugestões, como a necessidade de ampliar o diálogo com a Ecovias, a Agência de Transporte do Estado (Artesp) e a Prefeitura de Santos, de modo a alinhar o traçado e assegurar que o projeto atenda às demandas regionais.

Sá informou que essas etapas já estão em andamento e que o traçado poderá sofrer ajustes para melhorar sua eficiência e atender áreas com potencial de desenvolvimento futuro. O secretário de Indústria, Porto, Emprego e Empreendedorismo, Fabrício Lopes, também participou da reunião.

O prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), lembra que a proposta do Corredor Porto-Indústria nasceu da necessidade de criar um eixo viário eficiente, capaz de garantir o fluxo adequado de veículos pesados rumo ao Porto de Santos, reduzindo impactos sobre o Polo Industrial e o tráfego urbano de Cubatão.

Nascimento defende que o Corredor Porto-Indústria seja construído simultaneamente com a futura terceira pista da Rodovia dos Imigrantes. O objetivo é minimizar gargalos logísticos, preservar a mobilidade urbana, e potencializar o corredor turístico que se forma nas rodovias que cortam Cubatão.

O CAP

O Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Santos é um órgão colegiado consultivo que tem, entre suas funções, sugerir à Administração do complexo santista alterações no regulamento de exploração e no plano de desenvolvimento e zoneamento do Porto, além de propor ações para promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias. Composto por 16 conselheiros titulares e 16 suplentes, o CAP reúne autoridades do setor e representantes dos usuários do segmento portuário.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/10/2025

LEILÃO DE ARRENDAMENTO DO CANAL DO PORTO DE PARANAGUÁ SERÁ REALIZADO NESTA QUARTA-FEIRA NA B3

Primeira do País, concessão servirá de modelo para a licitação do canal aquaviário do Porto de Santos

Por Bárbara Farias 22 de outubro de 2025 às 09:54

O leilão de concessão do canal aquaviário do Porto de Paranaguá (PR) será realizado nesta quarta-feira (22), às 14 horas, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), na Capital Paulista. O certame, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), será o primeiro do País e servirá de modelo para a licitação do canal do Porto de Santos.

Segundo a Portos do Paraná, estatal que administra os portos de Paranaguá e Antonina, a empresa vencedora terá que investir R\$ 1,23 bilhão nos cinco primeiros anos de contrato, que terá vigência de 25 anos, com possibilidade de prorrogação até o limite de 70 anos. Uma das obrigações contratuais da concessionária é aumentar a profundidade do canal dos atuais 13,3 metros para 15,5 metros.



Futura concessionária terá que aumentar a profundidade do canal aquaviário do Porto de Paranaguá dos atuais 13,3 metros para 15,5 metros (Cláudio Neves/Porto de Paranaguá)

“Dois metros de calado representam, em média, mil contêineres a mais no navio ou 14 mil toneladas a mais de algum produto em uma embarcação, sem que o usuário pague mais por isso. A depender do resultado do leilão, teremos até um preço menor do que se paga hoje”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná,

Luiz Fernando Garcia.

As empresas concorrentes do leilão deverão apresentar descontos na taxa Inframar, paga pelos navios para acessarem os portos, e a expectativa é de uma redução de até 12,63% do valor atual. A taxa cobre os custos das dragagens necessárias para garantir as manobras dos navios de forma segura. Atualmente, essa manutenção é feita pela autoridade portuária, mas, com o leilão, passará para a empresa vencedora.

A arrendatária só receberá a tarifa Inframar completa, e poderá solicitar ajustes gradativos, quando cumprir o cronograma de melhorias estipulado pelo edital e pelo contrato de concessão. Os investimentos também incluem a realização de estudos e levantamentos hidrográficos, dragagem, derrocagem, sinalização, entre outras ações de manutenção e modernização do canal de acesso do porto paranaense.

De acordo com a autoridade portuária, a Antaq também será responsável pela fiscalização, enquanto a Portos do Paraná estabelecerá as diretrizes e orientará a concessionária, fazendo a gestão estratégica portuária. O processo para a definição do leilão foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em março, por meio do Acórdão 881/2025.

Segundo o Mpor, os critérios previstos para o leilão de Paranaguá servirão de modelo ainda para os leilões de canais de acesso aos portos de Itajaí (SC) e Rio Grande (RS).

Canal de acesso

Situado ao sul da Ilha do Mel, o canal de acesso, que tem parte do seu trecho conhecido como Canal da Galheta, é o principal acesso aquaviário ao porto e aos terminais da Baía de Paranaguá desde a década de 1970, quando a demanda de navios de maior porte exigiu a dragagem do Banco da Galheta e a consequente criação do canal.

Outros leilões

Às 10h, ocorrerá o leilão do RDJ07, no Porto do Rio de Janeiro (RJ), destinado à movimentação de cargas de apoio logístico offshore, voltada à exploração e produção de petróleo e gás natural. O investimento previsto é de R\$ 99,4 milhões. Em seguida, haverá a licitação do Terminal de Passageiros no Porto de Maceió, em Alagoas (TMP Maceió), com previsão de investimentos de R\$ 3,75 milhões. O período contratual dos dois arrendamentos é de 25 anos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/10/2025

LEILÃO DE ÁREA NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO SERÁ EM 2026

SSB01 estava previsto para este ano

Por ATribuna.com.br 22 de outubro de 2025 às 09:55



Espaço tem de 426 mil metros quadrados, deve quadruplicar a capacidade operacional e atrair R\$ 2,5 bi (Semil/Divulgação)

O leilão da área SSB01, no Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, ficará para março de 2026, anunciou nesta terça (21) o Governo Federal. O certame estava previsto inicialmente para ser realizado até o final deste ano.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve ontem em São Sebastião e falou sobre o arrendamento. O projeto, que terá prazo contratual de 35 anos, destina-se à movimentação e armazenagem de grãos sólidos, cargas gerais e contêineres. Prevê ainda R\$ 12 milhões em medidas de compensação ambiental e social.

O plano de investimentos contempla a modernização de cerca de 426 mil metros quadrados (m²) de área operacional, a construção de um novo píer de atracação, a ampliação do pátio, um novo sistema para carga e descarga de caminhões e a dragagem de aprofundamento dos canais de acesso.

Costa Filho destacou a relevância do Porto. “Tem um grande potencial estratégico para o desenvolvimento do estado de São Paulo, do Brasil e da América do Sul. Estamos trabalhando para fortalecer e estruturar ainda mais”.

O processo do arrendamento está em fase de análise técnica na Secretaria Nacional de Portos (SNP). Na sequência, será encaminhado à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para aprovação das contribuições da consulta pública e, posteriormente, submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Estado

Sob gestão da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o Porto de São Sebastião vive um ciclo de crescimento. Em 2025, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), foi o porto público com maior crescimento percentual do País. Até setembro, foram movimentadas 1,12 milhão de toneladas, com destaque para barrilha, malte, trigo, açúcar e equipamentos industriais.

Com um dos canais naturais mais profundos do País, o que dispensa dragagens frequentes e reduz custos, o Porto se prepara para uma nova fase de expansão. “O arrendamento da área SSB01 deve quadruplicar a capacidade operacional e atrair R\$ 2,5 bilhões em investimentos privados, com estimativa de 5 mil empregos na fase de obras e 1,3 mil postos permanentes. O projeto prevê um píer com dois berços e capacidade anual de até 4,3 milhões de toneladas, incluindo 1,3 milhão de contêineres”, explica a Semil, em nota.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 22/10/2025



Aeroporto de São Raimundo Nonato (PI) pode aproximar o mundo do Parque Nacional da Serra da Capivara - Foto: Governo do Piauí

O Aeroporto de São Raimundo Nonato (PI) está na primeira rodada do programa AmpliAR, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) voltada à expansão da conectividade aérea e ao fortalecimento da aviação regional. A medida representa um passo estratégico para o desenvolvimento turístico e econômico do semiárido piauiense, principalmente por destacar o Parque Nacional da Serra da Capivara,

considerado um dos maiores patrimônios arqueológicos do planeta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Por meio do AmpliAR, concessionárias privadas poderão assumir a gestão de aeroportos regionais deficitários em troca de reequilíbrios contratuais, como redução de outorgas ou ampliação dos prazos de concessão. O objetivo é garantir infraestrutura moderna, operação estável e novas rotas regionais, aproximando o Brasil de suas riquezas naturais e culturais.

Atualmente, quem deseja visitar a Serra da Capivara precisa desembarcar em Teresina (PI), a mais de 500 quilômetros, ou em Petrolina (PE), a quase 300 quilômetros de São Raimundo Nonato. Apesar da distância, o parque segue atraindo visitantes do Brasil e do exterior. Até julho deste ano, o sítio arqueológico recebeu uma média mensal de 4 mil turistas, a maioria brasileiros, além de estrangeiros vindos principalmente da Alemanha, Espanha, Suíça e Reino Unido.

A inclusão do aeroporto no AmpliAR pode alavancar esse cenário. A modernização da estrutura aeroportuária tem como um dos seus principais objetivos facilitar o acesso de visitantes e pesquisadores, impulsionar o turismo sustentável e ampliar as oportunidades de desenvolvimento na região. O novo impulso deve fortalecer uma cadeia econômica diversificada, envolvendo hotéis, pousadas, restaurantes, transporte local, artesanato, guias de turismo e produtores culturais.

A iniciativa também tem potencial para consolidar o turismo científico e educacional, atraindo pesquisadores e estudantes interessados nas descobertas arqueológicas da Serra da Capivara, que é reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1991 e abriga mais de 1.300 sítios arqueológicos catalogados.

“O Aeroporto de São Raimundo Nonato tem papel estratégico para o turismo, a pesquisa científica e a preservação do patrimônio histórico nacional. Ao integrar o AmpliAR, o terminal deve receber melhorias que podem impactar a dinâmica de toda a região”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Ainda segundo Costa Filho, com o programa AmpliAR, o MPor busca atrair investimentos, modernizar aeroportos regionais e ampliar rotas aéreas em locais de relevância social, econômica e turística. “A expectativa é que São Raimundo Nonato se consolide como um novo polo de desenvolvimento sustentável no interior do Piauí, conectando o mundo ao passado mais remoto das Américas”, concluiu.

A sessão pública de abertura das propostas para a gestão dos aeroportos previstos na primeira etapa do programa está marcada para o dia 27 de novembro, a partir das 10hs, na B3, em São Paulo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 21/10/2025

OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM GUARULHOS SÃO INICIADAS

Projeto recebeu investimentos de R\$ 22 milhões para reforçar a segurança aeroportuária no maior terminal do país



Obras de ampliação da Delegacia da Polícia Federal em Guarulhos são iniciadas - Foto: Jonilton Lima

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta terça-feira (21) da cerimônia que marcou o início das obras de ampliação e modernização da Delegacia Especial da Polícia Federal no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos (GRU). A iniciativa integra o programa Aeroportos Mais Seguros, desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a concessionária GRU Airport.

Com investimento de R\$ 22,1 milhões, o projeto prevê a readequação completa do pavimento térreo e a construção de um novo andar superior, com ambientes modernizados para perícia, identificação, cartórios, atendimento de passaportes, salas de audiência e áreas de apoio a operações. A ampliação dobrará a capacidade da unidade e trará mais eficiência às ações de segurança e imigração no maior aeroporto da América Latina.

Durante o evento, o ministro Silvio Costa Filho destacou a importância da obra para o fortalecimento da segurança aeroportuária e o trabalho integrado entre as instituições. “Estamos anunciando investimentos de mais de R\$ 22 milhões no prédio da Polícia Federal, o que vai fortalecer a segurança do aeroporto de Guarulhos. Sessenta por cento dos estrangeiros que chegam ao Brasil passam primeiro por aqui, e isso torna o trabalho da Polícia Federal ainda mais estratégico para o país”, afirmou. Segundo o ministro, o investimento é fundamental para aprimorar a fiscalização de fronteiras e reforçar a segurança da aviação civil.

O superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Rodrigo Luis Sanfurgo de Carvalho, ressaltou que a ampliação da Delegacia representa um avanço significativo para o trabalho da instituição. “A celebração de hoje representa um marco da importância que o país dá à segurança aeroportuária. A área da Delegacia passará de 1.400 para 2.600 metros quadrados, o que vai melhorar muito as condições de trabalho dos nossos policiais. Apenas nos últimos três anos, realizamos mais de 2.200 prisões aqui em Guarulhos, e com esse investimento teremos ainda mais capacidade de entregar resultados à sociedade brasileira”, afirmou. Ele lembrou que a iniciativa faz parte do programa Aeroportos Mais Seguros, resultado da repactuação conduzida pela Anac em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos e a GRU Airport.

O diretor de Polícia Administrativa da PF, Fabrício Schommer Kerber, reforçou a relevância da integração entre os órgãos. “Essa parceria entre o Ministério de Portos e Aeroportos, a GRU, a Anac e a Polícia Federal é extremamente importante. O aeroporto de Guarulhos é a porta de entrada do Brasil, a maior fronteira da América Latina. Fortalecer as instituições que atuam aqui é essencial para garantir não só a segurança do voo, mas também a segurança do passageiro e da sociedade como um todo”, destacou.

Além da ampliação da Delegacia da Polícia Federal, o aeroporto passa por uma série de outras obras estruturais conduzidas pela concessionária GRU Airport, que somam cerca de R\$ 1,4 bilhão em investimentos. Entre as melhorias estão a construção do novo Terminal 3B, a pavimentação da via Hélio Smidt e de pistas de pouso e decolagem, o retrofit dos terminais de passageiros e a instalação de equipamentos modernos de inspeção e controle dentro do programa Aeroportos Mais Seguros.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos movimentou, em 2024, mais de 43,6 milhões de passageiros e cerca de 820 voos diários, conectando quase 100 destinos no Brasil e no exterior.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 21/10/2025

AERÓDROMO DE CARAGUATATUBA (SP) CRIARÁ NOVO CORREDOR LOGÍSTICO NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO



Futura infraestrutura se integrará ao Porto de São Sebastião e à Rodovia dos Tamoios, otimizando o transporte de passageiros e operações offshore

O projeto prevê uma pista de pouso e decolagem de 880 metros, com foco em receber aeronaves de pequeno porte da aviação geral.

Nesta terça-feira (21), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou o projeto do novo aeródromo de Caraguatatuba, no Litoral Norte de São Paulo. Com um investimento privado estimado em R\$ 100 milhões, a infraestrutura irá fortalecer o turismo regional, impulsionar negócios e atender à estratégica demanda das operações em alto-mar na Bacia de Santos. Participaram da solenidade o prefeito de Caraguatatuba, Mateus Silva; o deputado federal Maurício Neves; além de empresários e autoridades locais.

O projeto prevê uma pista de pouso e decolagem de 880 metros, com foco em receber aeronaves de pequeno porte da aviação geral. O aeródromo também será equipado para operar por instrumentos (IFR-não precisão), o que permitirá pousos e decolagens com segurança mesmo em condições meteorológicas menos favoráveis, sendo vocacionado principalmente para o suporte a operações com helicópteros.

O ministro Silvio Costa Filho destacou o potencial dessa obra para a região. “A construção do aeroporto vai impulsionar o turismo de negócios e o turismo de lazer aqui na região, que tem um grande potencial turístico. Sabemos que, a cada quatro turistas que chegam a uma cidade, um novo emprego é gerado”, disse.

Costa Filho ressaltou ainda o aspecto social do projeto. “Todos os programas sociais são importantes, mas o maior programa social do Brasil é o emprego e a renda, pois trazem dignidade. Estamos trabalhando para o crescimento da região, e obras como esta geram sonhos e oportunidades na vida das pessoas”.

Corredor multimodal

A nova estrutura terá localização estratégica, sendo interligada à Rodovia dos Tamoios, aos contornos Norte e Sul e ao Porto de São Sebastião, que também teve investimentos anunciados nesta terça-feira (21) pelo ministro Silvio Costa Filho. Essa integração formará um corredor multimodal que vai ampliar a eficiência no transporte de mercadorias e passageiros, reduzir custos logísticos e atrair novos empreendimentos.

Com o novo aeródromo e a modernização do porto, o Litoral Norte avança para se tornar um hub logístico e econômico de referência. O projeto está atualmente em fase de licenciamento, sendo que a previsão da empresa responsável é que as obras sejam concluídas em janeiro de 2027.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 21/10/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA LEILÃO DE ÁREA DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO PARA MARÇO DE 2026

Concessão da área SSB01 deve gerar 6,3 mil empregos e ampliar capacidade de movimentação de cargas gerais, granéis e contêineres na região



O projeto inclui modernização de área operacional, construção de novo píer, ampliação do pátio, entre outras melhorias - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta terça-feira (21), durante visita ao Porto de São Sebastião (SP), o projeto de arrendamento da área SSB01, com investimentos privados. O leilão, previsto para março de 2026, marca uma nova fase para o complexo portuário, com a geração de aproximadamente 5 mil empregos durante a construção e mais 1,3 mil postos de trabalho permanentes durante

a operação.

A solenidade contou com a presença do secretário nacional de Portos, Alex Ávila; do prefeito de São Sebastião, Reinaldo Alves; do presidente da Companhia Docas de São Sebastião (que administra o porto), Ernesto Sampaio, além de autoridades locais.



Porto de São Sebastião

O projeto de arrendamento, que terá prazo contratual de 35 anos, destina-se à movimentação e armazenagem de granéis sólidos, cargas gerais e contêineres. Prevê ainda R\$ 12 milhões em medidas de compensação ambiental e sociais. O plano de investimentos contempla a modernização de cerca de 426 mil m² de área operacional, a construção de um novo píer de atracação, a ampliação do pátio, um novo sistema para carga e descarga de caminhões e a dragagem

de aprofundamento dos canais de acesso.

Durante a visita, Costa Filho destacou a relevância do porto, que deve se tornar ainda maior com a concessão. "Este porto tem um grande potencial estratégico para o desenvolvimento do estado de São Paulo, do Brasil e da América do Sul. Estamos trabalhando para fortalecer e estruturar ainda mais esse porto. Discutimos com o presidente Ernesto a possibilidade de mantermos um berço público, que é o desejo da comunidade, e ao mesmo tempo avançar na agenda da sustentabilidade, pois queremos fazer do Porto de São Sebastião um dos grandes portos verdes do mundo", afirmou o ministro.

"Este porto tem um grande potencial estratégico para o desenvolvimento do estado de São Paulo, do Brasil e da América do Sul"

Silvio Costa Filho

Para o prefeito de São Sebastião, Reinaldo Alves, o projeto é benéfico para toda a região. "O porto é importante para toda a região, já que desafoga e abastece todo o Vale do Paraíba, uma região que gera muito emprego e renda e que tem no Porto de São Sebastião seu grande polo importador e exportador", disse.

Já o presidente da Companhia Docas, Ernesto Sampaio, ressaltou as vantagens competitivas do complexo. "O Porto de São Sebastião tem vantagens competitivas, como o acesso terrestre impecável, o contorno sul da Rodovia dos Tamoios, que já permite que os caminhões entrem diretamente, além do acesso aquaviário com duas barras de entrada e uma profundidade natural invejável, sem necessidade de dragagem. Entendemos que o porto tem uma oportunidade incrível de fazer um excelente leilão e obter mais investimentos para sua ampliação", destacou.

Etapas da concessão

O processo do arrendamento está em fase de análise técnica na Secretaria Nacional de Portos (SNP). Na sequência, será encaminhado à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para aprovação das contribuições da consulta pública e, posteriormente, submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na solenidade, Costa Filho também destacou que o Ministério de Portos e Aeroportos irá avaliar, em conjunto com a Antaq, a possibilidade de manter público, no arrendamento, o berço atualmente existente.

O Porto de São Sebastião demonstrou vocação para o comércio internacional, com a navegação de Longo Curso representando 98% de toda a movimentação (3,4 milhões de toneladas desde o início de 2023). Além disso, o complexo tem apresentado crescimento, com aumento de 50% na movimentação de cargas entre 2023 e 2024.

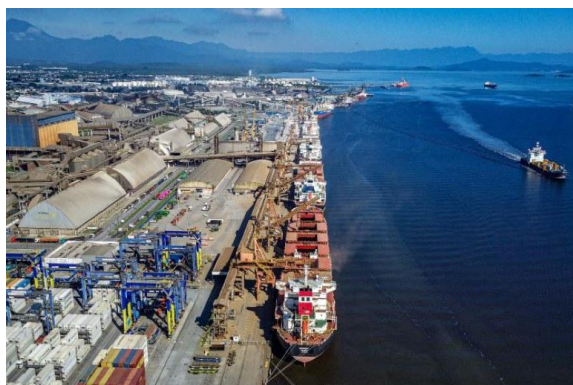
Nos últimos anos, o porto apresentou uma balança comercial dinâmica. Enquanto as importações, vindas principalmente da Turquia, EUA e Argentina, foram maiores em 2022 e 2023, as exportações assumiram a liderança em 2024 e 2025, tendo como principais destinos Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e Gana.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 21/10/2025

CANAL DE PARANAGUÁ VAI A LEILÃO INÉDITO E TORNA PORTO MAIS ATRATIVO PARA CONTÊINERES E ESCOAMENTO DA SAFRA

"Modelagem pioneira no mundo dará mais eficiência e previsibilidade à operação", diz ministro



Canal de Paranaguá vai a leilão inédito e torna porto mais atrativo para contêineres e escoamento da safra - Foto: Divulgação

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promovem nesta quarta-feira (22/10), na B3, em São Paulo, o leilão da concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá (PR). Será a primeira licitação com este formato no mundo e prevê repassar à concessionária serviços hoje realizados pela Autoridade Portuária, como dragagens, sinalização,

batimetria e monitoramento das embarcações nas operações de embarque e desembarque.

O vencedor terá que investir R\$ 1,22 bilhão nos cinco primeiros anos de concessão, pagando uma outorga fixa anual de R\$ 86 milhões ao longo de 25 anos. Uma das obrigações é ampliar de 13,5 para 15,5 metros o calado operacional do canal de navegação. Isso possibilitará a operação de navios de contêineres de grande porte, de até 366 metros, e de graneleiros com capacidade para 120 mil toneladas.

"Estamos inaugurando um novo formato de concessão, que dá maior previsibilidade às operações, possibilitando maior eficiência do porto e aumento na movimentação de cargas", comentou o ministro

Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, destacando que o leilão servirá de modelo para futuras concessões já previstas para os portos de Santos (SP), Itajaí (SC), Salvador (BA) e Rio Grande (RS).

Com o leilão, analisa Costa Filho, Paranaguá se tornará muito mais atrativo para a movimentação de contêineres e para operações do agronegócio, especialmente quando estiverem em operação três terminais leiloados em abril deste ano, destinados a granel sólido vegetal. “O Porto de Paranaguá está entrando em outro estágio, com investimentos que vão dobrar a capacidade do escoamento da safra agrícola e abrem oportunidades para exportação de mais 20 milhões de toneladas por ano”, afirmou.

Hoje, o Porto recebe 2.600 navios por ano, com destaque para graneis sólidos, como soja e proteína animal. A concessão trará ainda maior eficiência à operação portuária elevando o porto a outro patamar de comércio internacional, uma vez cada centímetro a mais no calado do canal de acesso corresponde a um aumento de 60 toneladas de carga no porão do navio.

Outros leilões

Também nesta quarta-feira, na B3, o MPor promove o leilão de dois terminais portuários: um no Rio de Janeiro e outro em Maceió (AL). O Terminal RDJ07 é destinado à movimentação de cargas de apoio logístico offshore, voltadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. O investimento previsto para o período contratual de 25 anos é estimado em R\$ 99,4 milhões.

Já o TMP de Maceió é um terminal de passageiros e deve impulsionar o turismo de cruzeiros marítimos no Nordeste. O leilão permitirá a modernização e expansão do porto e terá investimentos estimados em R\$ 3,75 milhões ao longo de um contrato de 25 anos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 21/10/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO ENTREGA NOVO TRECHO DUPLICADO DA BR-101/ES-BA E ACOMPANHA OBRAS NO ESPÍRITO SANTO

Trecho entre Guarapari e Anchieta traz mais segurança e fluidez no trânsito; obras reforçam desenvolvimento regional



No Espírito Santo, Renan Filho inaugura nova duplicação na BR-101/ES-BA. - Foto: Marcio Ferreira/MT

Moradores e usuários da BR-101 no sul do Espírito Santo passam a contar, a partir desta terça-feira (21), com mais um trecho duplicado. O ministro dos Transportes, Renan Filho, inaugurou a obra entre os quilômetros 347 e 354, que liga os municípios de Guarapari e Anchieta. A intervenção proporciona mais segurança, reduz congestionamentos e garante maior fluidez ao trânsito local, impactando

diretamente o cotidiano de quem vive e trabalha na região.

“O trecho entregue hoje marca o início do novo contrato, mais moderno e eficiente, que vai transformar a história da BR-101 no Espírito Santo, com obras entregues antes do prazo previsto.



Isso certamente trará muito desenvolvimento para o estado e oferecerá um alento à população que trafega por essa rodovia diariamente”, afirmou o ministro Renan Filho.

O novo trecho, com 7,2 quilômetros de extensão e R\$ 118,5 milhões em investimentos, inclui um retorno em nível, uma interseção em desnível, duas pontes novas e o reforço de outras duas já existentes. Entre os destaques está o viaduto de acesso à comunidade de Jabaquara e à rodovia ES-146, que liga ao distrito de Ubu. Com essa entrega, o segmento duplicado da BR-101/ES-BA entre os quilômetros 335 e 357,7 totaliza 22 quilômetros de pista duplicada.

“Durante os próximos três anos, mais de R\$ 3 bilhões em investimentos serão realizados e, até o final do ciclo de sete anos de obras, 70% da BR-101 estará duplicada. Isso representa mais emprego, renda, desenvolvimento e, para o usuário, maior fluidez e garantia de ir e vir com eficiência”, disse o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio.

A duplicação faz parte do novo contrato de concessão da rodovia, sob administração da Ecovias Capixaba, que prevê investimentos de R\$ 10 bilhões para ampliação da capacidade, dispositivos de segurança e melhorias operacionais em toda a extensão da BR-101/ES-BA.

“É um momento extremamente emblemático para todos nós porque marca o início de um novo contrato. Ou seja, buscar uma solução que atenda ao interesse público e traga o que há de melhor para a população”, afirmou o diretor-geral de concessões do grupo EcoRodovias, Alberto Luiz Lodi.

“Tínhamos 15 contratos como este da Ecovias Capixaba que estavam em desequilíbrio. Eram contratos antigos que, por algum problema, não conseguiam entregar à população o que haviam se proposto a fazer. Nós resolvemos essa questão, reequilibrando o contrato, que voltou a entregar quilômetros de duplicação”, destacou Renan Filho.

Mais obras

Durante a agenda no Espírito Santo, o ministro Renan Filho acompanhou também duas obras em andamento. A primeira está entre os quilômetros 242 e 247, em Serra, onde estão sendo investidos R\$ 50,8 milhões. O trecho de 5 quilômetros terá duas faixas por sentido, acostamentos, barreiras de segurança, cinco pontos de ônibus e dois retornos em nível, facilitando o acesso às comunidades de Cidade Nova da Serra e Calogi. A conclusão está prevista para ainda este ano.

A segunda obra, entre os quilômetros 357 e 373, compreende os municípios de Alfredo Chaves e Iconha. Com investimentos de R\$ 184 milhões, o projeto contempla a duplicação de 13,5 quilômetros, além de novas pontes, interseções e dispositivos de acesso. O trecho se conecta ao Contorno de Iconha, formando um corredor contínuo de pista duplicada desde a Grande Vitória até o sul do estado.

Capixaba em movimento

O investimento do Ministério dos Transportes no Espírito Santo é facilmente percebido pelos motoristas que percorrem o estado. De acordo com os dados de setembro do Índice de Conservação e Manutenção (ICM) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as rodovias em boas condições atingiram 87% da malha local, 35% a mais do que no último ano do governo anterior em 2022 (52%).

As estradas em más condições passaram de 17% em 2022 para 1% neste ano, um importante avanço para a segurança viária da população capixaba.

“É fundamental a presença do Governo Federal para resolver problemas e atender a uma antiga agenda de demandas. Esses investimentos representam a realização do sonho de uma infraestrutura melhor, e hoje vemos isso sendo concretizado, com a solução de problemas graves que antes não

conseguíamos resolver. O estado vive um momento de virada”, celebrou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Além de ampliar a segurança e melhorar o fluxo de veículos, os investimentos previstos gerarão mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, impulsionando a economia local, o turismo e o escoamento da produção agrícola e industrial. Em Guarapari, que recebe mais de um milhão de visitantes na alta temporada, as melhorias na BR-101 fortalecem o setor turístico e o comércio regional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 22/10/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – INOVAÇÃO NO PORTO DE SUAPE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A inauguração do Senai Park no Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, é um passo estratégico para a economia regional, posicionando a inovação e o desenvolvimento tecnológico no cerne da atividade industrial. O novo laboratório, fruto da parceria entre Suape e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) Pernambuco, é mais do que uma infraestrutura física; representa um ciclo de modernização focado em pesquisa e prototipagem.

O investimento inicial de R\$ 100 milhões, com a participação de 15 empresas de peso como Stellantis, Baterias Moura e Siemens, demonstra o engajamento do setor privado na iniciativa. A governadora em exercício de Pernambuco, Priscila Krause, e o diretor-presidente de Suape, Armando Monteiro Bisneto, destacaram que o parque reforça a vocação do complexo para a modernização, especialmente na área de transição energética, colocando Pernambuco em uma vanguarda econômica no Nordeste e no mundo.

A importância do Senai Park para o processo de inovação do setor industrial pernambucano é inestimável, em especial para as empresas instaladas no complexo de Suape. O laboratório, com suas plantas-piloto, permite que as indústrias testem a viabilidade de novos processos produtivos e tecnologias antes de sua aplicação em escala, reduzindo riscos e acelerando a adoção de inovações. Essa proximidade física entre o ambiente de pesquisa e o parque industrial é estratégica, garantindo que as soluções tecnológicas sejam desenvolvidas em sintonia com as necessidades reais do mercado.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, reiterou que “não há um país que possa ser conhecido como uma economia robusta, com crescimento econômico e social, sem uma indústria forte e sustentável”. Essa afirmação sublinha a urgência de a indústria brasileira priorizar a inovação como eixo estruturante de seu desenvolvimento.

O segmento industrial deve investir em inovação para garantir sua sobrevivência e competitividade em um cenário global em rápida transformação. A ênfase do Senai Park na transição energética, tendência crescente na economia global, é particularmente relevante para o Nordeste, que detém um vasto potencial em energias renováveis. O novo centro tecnológico é uma ferramenta essencial para transformar o capital humano em Pernambuco — como enfatizou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Bruno Veloso — em um diferencial competitivo, permitindo que o estado ocupe um lugar de destaque no cenário nacional e internacional.

O Senai Park é um exemplo de como a colaboração entre a indústria, o governo e as instituições de ensino pode gerar valor e impulsionar o desenvolvimento tecnológico. A capacidade de prototipar e inovar em um ambiente controlado é a chave para que a indústria de Pernambuco e do Nordeste se mantenha na vanguarda da economia e da sustentabilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTRO SILVIO COSTA FILHO DEFENDE VOLTA DO FINANCIAMENTO PRIVADO NAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

FINANCIAMENTO ELEITORAL EM PAUTA

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), afirmou ser favorável à volta do financiamento privado das campanhas eleitorais no Brasil. Ele abordou o assunto na noite dessa terça-feira, em um encontro privado com empresários, executivos e advogados em São Paulo (SP). De acordo com o ministro, o debate sobre a questão tem de ser feito “urgentemente”.

PODER CONCENTRADO

Costa Filho falou sobre o tema ao ser questionado pelo vice-presidente de Estratégia, Comunicação e Relações Institucionais do Grupo Cosan, Guilherme Penin, a respeito de como o financiamento público das campanhas concentrou poder nos presidentes dos partidos. “Acho que a gente deveria retomar o financiamento privado no processo eleitoral do Brasil. Naturalmente dentro de um limite, de maneira proba e transparente”, disse o ministro. Ele argumentou que, dessa forma, o setor produtivo poderia “contribuir ainda mais com o processo político e com o fortalecimento da democracia”, disse o ministro.

LIMITES AO FUNDO PÚBLICO

Uma opção, segundo o chefe da pasta de Portos e Aeroportos, é “ter limites de financiamento ao fundo eleitoral público, porque no Brasil hoje estamos falando de quase R\$ 5 bilhões. Quem sabe um congelamento do fundo eleitoral? Mas autorizar ao mesmo tempo a liberação da participação do financiamento privado”.

PROIBIÇÃO

O financiamento de campanhas por empresas foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015, após escândalos como o da Operação Lava Jato.

CHECKLIST

Também estavam presentes no encontro executivos da Odebrecht, da J&F, da Eldorado Celulose, da Consag, da XP Infrastructure e da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec), além do presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Chagas Faierstein, e do diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

DECISÃO ESTRATÉGICA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), afirmou que a emissão da licença ambiental do Ibama para a Petrobras explorar petróleo na Margem Equatorial, na costa do Amapá, foi uma decisão estratégica para garantir a soberania e a segurança energética do Brasil. Para ele, o processo foi conduzido com rigor ambiental e transparência, e não prejudica o protagonismo nacional na transição energética global, mesmo às vésperas da COP30, que será realizada em Belém (PA).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

REGIÃO SUL - CONSÓRCIO CCGD ARREMATA LEILÃO DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Modelo inédito no setor portuário brasileiro gerou grande concorrência e vai garantir mais de R\$ 270 milhões em outorga ao governo

Por Cássio Lyra - cassio.lyra@portalbenews.com.br

O Consórcio CCGD (Canal Galheta Dragagem) foi o vencedor do leilão de concessão do canal aquaviário do Porto de Paranaguá, realizado nesta quarta-feira (22), na B3, em São Paulo. O leilão teve quatro concorrentes e só foi definido após o segundo critério com as propostas de valor de outorga.



Leilão para concessão do canal do Porto de Paranaguá gerou interesse de quatro empresas.
Foto: Paulo José Ribeiro/BE News

O primeiro critério para vencer o leilão foi sobre o maior desconto sobre a tarifa de referência, com limite máximo de 12,6%. O consórcio CCGD e a empresa chinesa Chec Dredging ofertaram o valor máximo e o leilão foi definido sobre as propostas de valores de outorga.

Além das duas empresas, participaram com propostas a Jan de Nul (proposta de 0,34%) e a DTA Engenharia (proposta de 1,29%).

Com a etapa em viva-voz do leilão, o consórcio, formado pelas empresas FTSPar e Grupo Deme, ofertou lance de R\$ 276 milhões, arrematando o certame e sendo declarado vencedor.

Os investimentos previstos do projeto são de R\$ 1,2 bilhão em um contrato com prazo de 25 anos com possibilidade de prorrogação de até 70 anos. A vencedora da concessão será responsável pela ampliação do calado de 13 metros para 15,5 metros, o que vai possibilitar a operação de navios de contêineres de grande porte, de até 366 metros, e de graneleiros com capacidade para 120 mil toneladas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/10/2025

NACIONAL - LEILÃO DO CANAL DE PARANAGUÁ INAUGURA NOVO MODELO DE CONCESSÃO PORTUÁRIA

Projeto desenvolvido pela Portos do Paraná, MPor, Antaq e Infra S.A. prevê R\$ 1,2 bilhão em investimentos e ampliação do calado para 15,5 metros

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redenenews.com.br



O projeto do canal de Paranaguá foi iniciado pela equipe técnica da Portos do Paraná. Os investimentos previstos são de R\$ 1,2 bilhão em um contrato com prazo de 25 anos

Um projeto inédito que deve marcar um novo momento do setor portuário brasileiro. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) realizam nesta quarta-feira (22) o primeiro leilão de um canal portuário da história do Brasil. A disputa pela

concessão do canal de Paranaguá acontece na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, na capital paulista.

O projeto foi iniciado pela equipe técnica da Portos do Paraná, autoridade portuária que administra o complexo de Paranaguá, e foi realizado em conjunto com o MPor, Antaq e Infra S.A. Os investimentos previstos são de R\$ 1,2 bilhão em um contrato com prazo de 25 anos com

possibilidade de prorrogação de até 70 anos. A vencedora da concessão será responsável pela ampliação do calado de 13 para 15,5 metros.

Segundo o presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, a modelagem levou cerca de quatro anos para ser concluída. “Um modelo com bases sólidas, dando garantia a todos os empreendimentos instalados no porto de que terão o aprofundamento do canal de acesso e a garantia de segurança permanente nos nossos canais sem penalização ao usuário. Tudo indica que o usuário vai pagar menos do que paga hoje à autoridade portuária”, destacou o diretor.

O principal objetivo do projeto é garantir uma dragagem adequada para que o porto possa receber embarcações maiores, visando reduzir custos e trazer mais eficiência e sustentabilidade às operações, que teriam menos emissões por tonelada movimentada. A ampliação do calado também deve atrair mais cargas para o Porto de Paranaguá.

O diretor-gerente da SOLVE Shipping, Leandro Barreto, explica que as operações do complexo são menos otimizadas por conta da falta de capacidade do porto. “O Terminal de Contêineres de Paranaguá é o terminal brasileiro que mais recebe escalas. São 22 escalas por semana. Se os navios pudessem entrar e sair com mais calado, certamente movimentariam mais contêineres por escala. Isso poderia habilitar Paranaguá para ser uma das primeiras escalas ou últimas escalas, quando navios grandes estão chegando ou saindo da costa”, salientou.

Além da dragagem, a concessionária será encarregada da execução de programas ambientais, sinalização, manutenção do VTMS (Sistema de Gerenciamento de Informações do Tráfego de Embarcações) após a implantação do sistema, além de outras obrigações do ambiente aquaviário. Mas as condições e normas de atracação continuam sob responsabilidade da autoridade portuária.

Mesmo com o ineditismo que poderia gerar incertezas aos investidores, o projeto tem atraído interesse do setor. Quatro propostas são esperadas no leilão desta quarta-feira. A expectativa é que a brasileira DTA, as belgas Jan de Nul e Deme, e a chinesa CHEC Dredging, da CCCC (China Communications Construction Company), sejam proponentes no certame.

“Desde a audiência pública, nós já sentimos uma boa atratividade do mercado. São quatro propostas colocadas por um processo inovador, que normalmente tende a ser mais conservador. É uma grande vitória”, afirmou Luiz Fernando Garcia.

O modelo de concessão de canal portuário não é comum no setor portuário global. Nos Estados Unidos, a dragagem é tocada pelo corpo do Exército Americano. Na China, o processo é feito por grandes estatais. O modelo europeu é o mais próximo da realidade brasileira, um processo de contratação administrativa sem necessidade de contrato de concessão.

Mas o presidente da Portos do Paraná explica que as limitações orçamentárias são um ponto-chave para validar o novo formato nos portos brasileiros.

“Isso (limitações orçamentárias) fez com que o modelo americano e o chinês fossem descartados. O modelo europeu foi a grande inspiração, porque é um modelo mensurado pelo nível de serviço. Basicamente, exigiremos os 15,5 metros, se a empresa vai estar aqui, durante um ano inteiro, respeitando as limitações ambientais e ficar dragando durante todo esse tempo, ou se ela vai vir aqui, licenciar e dragar muito mais, para que ela volte daqui dois, três anos, aí é uma estratégia comercial da empresa. A assertividade do serviço se dará na constância da manutenção dos índices de calado estabelecidos”, detalhou o presidente.

Próximos leilões

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários já estuda as próximas concessões de canais portuários do Brasil. O projeto do Porto de Santos (SP) é um dos mais aguardados e deve possibilitar a ampliação do calado para 17 metros de profundidade. A expectativa do setor é que esse novo tipo de concessão destrave investimentos e aumente a competitividade dos portos brasileiros.

“O modelo atual não funciona. Nos últimos anos não vi uma contratação de dragagem que não fosse judicializada. Os processos são muito morosos. A partir do momento em que você transfere essa contratação para a iniciativa privada, na teoria, as coisas vão ter um cronograma, uma regularidade, manutenção, que hoje não tem”, ressaltou Leandro Barreto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

NACIONAL - DUPLICAÇÃO DA BR-101 ENTRE GUARAPARI E ANCHIETA É INAUGURADA

Trecho de 7,2 quilômetros no sul do Espírito Santo recebeu R\$ 118,5 milhões em investimentos e marca o início do novo contrato de concessão da Ecovias Capixaba

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Durante a agenda no ES, o ministro Renan Filho acompanhou o andamento de duas outras intervenções na BR-101. Uma entre os km 242 e 247 e outra entre os km 357 e 373

O ministro dos Transportes, Renan Filho, inaugurou na terça-feira (21) o novo trecho duplicado da BR-101 entre os quilômetros 347 e 354, que liga os municípios de Guarapari e Anchieta, no sul do Espírito Santo. A entrega, segundo o ministério, representa um avanço nas obras de ampliação da rodovia e marca o início da execução do novo contrato de

concessão da Ecovias Capixaba. O segmento, com 7,2 quilômetros de extensão, recebeu investimentos de R\$ 118,5 milhões e inclui retorno em nível, interseção em desnível, duas pontes novas e o reforço de outras duas já existentes.

O TRECHO ENTREGUE HOJE MARCA O INÍCIO DO NOVO CONTRATO, MAIS MODERNO E EFICIENTE, QUE VAI TRANSFORMAR A HISTÓRIA DA BR-101 NO ESPÍRITO SANTO, COM OBRAS ENTREGUES ANTES DO PRAZO PREVISTO. ISSO CERTAMENTE TRARÁ MUITO DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO E OFERECERÁ UM ALENTO À POPULAÇÃO QUE TRAFEGA POR ESSA RODOVIA DIARIAMENTE”

RENAN FILHO
ministro dos Transportes

Durante a cerimônia, Renan Filho afirmou que a duplicação é um passo importante para transformar a infraestrutura rodoviária do estado. “O trecho entregue hoje marca o início do novo contrato, mais moderno e eficiente, que vai transformar a história da BR-101 no Espírito Santo, com obras entregues antes do prazo previsto. Isso certamente trará muito desenvolvimento para o estado e oferecerá um alento à população que trafega por essa rodovia diariamente”, declarou o ministro.

Entre as obras recém-construídas, destaca-se o viaduto de acesso à comunidade de Jabaquara e à rodovia ES-146, que liga ao distrito de Ubu. Com essa entrega, o trecho duplicado da BR-101/ES-BA entre os quilômetros 335 e 357,7 soma agora 22 quilômetros de pista duplicada.

De acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o novo contrato de concessão prevê investimentos totais de R\$ 10 bilhões para ampliação da capacidade, dispositivos de segurança e melhorias operacionais em toda a extensão da BR-101/ES-BA. O diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, destacou que as obras em curso devem ampliar significativamente o nível de serviço e a fluidez do tráfego. “Durante os próximos três anos, mais de R\$ 3 bilhões em



investimentos serão realizados e, até o final do ciclo de sete anos de obras, 70% da BR-101 estará duplicada. Isso representa mais emprego, renda, desenvolvimento e, para o usuário, maior fluidez e garantia de ir e vir com eficiência”, disse.

O diretor-geral de concessões do grupo EcoRodovias, Alberto Luiz Lodi, afirmou que a nova fase da concessão marca “um momento extremamente emblemático” para a empresa e para o estado. “Isso marca o início de um novo contrato. Ou seja, buscar uma solução que atenda ao interesse público e traga o que há de melhor para a população”, afirmou.

Segundo o Ministério dos Transportes, o reequilíbrio do contrato da Ecovias Capixaba foi um dos 15 ajustes feitos em concessões rodoviárias no país que enfrentavam desequilíbrios financeiros. “Tínhamos 15 contratos como este da Ecovias Capixaba que estavam em desequilíbrio. Eram contratos antigos que, por algum problema, não conseguiam entregar à população o que haviam se proposto a fazer. Nós resolvemos essa questão, reequilibrando o contrato, que voltou a entregar quilômetros de duplicação”, destacou Renan Filho.

Durante a agenda no Espírito Santo, o ministro acompanhou também o andamento de duas outras intervenções na BR-101. Uma delas está localizada entre os quilômetros 242 e 247, em Serra, com investimentos de R\$ 50,8 milhões. O projeto, que prevê conclusão ainda este ano, contempla cinco quilômetros de duplicação com duas faixas por sentido, acostamentos, barreiras de segurança, cinco pontos de ônibus e dois retornos em nível, melhorando o acesso às comunidades de Cidade Nova da Serra e Calogi.

A outra obra, entre os quilômetros 357 e 373, abrange os municípios de Alfredo Chaves e Iconha e conta com investimentos de R\$ 184 milhões. O trecho de 13,5 quilômetros de duplicação inclui novas pontes, interseções e dispositivos de acesso, conectando-se ao Contorno de Iconha e formando um corredor contínuo de pista duplicada desde a Grande Vitória até o sul do estado.

Segundo o Ministério dos Transportes, os investimentos no Espírito Santo têm ampliado a qualidade das rodovias federais que cortam o estado. Dados do Índice de Conservação e Manutenção (ICM) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) apontam que 87% da malha local encontra-se em boas condições, um crescimento de 35 pontos percentuais em relação a 2022, quando o índice era de 52%. As estradas consideradas em más condições caíram de 17% para 1% no mesmo período.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, afirmou que o estado vive “um momento de virada” em sua infraestrutura viária. “É fundamental a presença do Governo Federal para resolver problemas e atender a uma antiga agenda de demandas. Esses investimentos representam a realização do sonho de uma infraestrutura melhor, e hoje vemos isso sendo concretizado, com a solução de problemas graves que antes não conseguíamos resolver”, declarou.

O Ministério dos Transportes projeta ainda que as obras na BR-101 e em outras rodovias do estado devem gerar mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, impulsionando a economia local, o turismo e o escoamento da produção agrícola e industrial. Em Guarapari, que recebe mais de um milhão de visitantes durante a alta temporada, as melhorias na rodovia também devem fortalecer o setor turístico e o comércio regional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

NACIONAL - LEILÃO DE NOVA ÁREA NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO SERÁ EM MARÇO DE 2026

Terminal SSB01 prevê até R\$ 2,5 bilhões em investimentos e deve ampliar em mais de 180% a capacidade de movimentação do porto paulista

CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, vistoriou as áreas do Porto de São Sebastião, inclusive a SSB01, ao lado do secretário nacional de Portos, Alex Ávila

Durante visita ao Porto de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, na terça-feira (21), o ministro Silvio Costa Filho confirmou que o leilão da área SSB01 acontecerá em março do ano que vem. O futuro terminal prevê aumento na capacidade de movimentação de cargas do complexo em mais de 180% e a possibilidade de receber até R\$ 2,5 bilhões em investimentos da iniciativa privada.

O arrendamento destina-se à movimentação e armazenagem de grãos sólidos, contêineres e carga geral. O plano de investimentos geral contempla a modernização de cerca de 426 mil m² de área operacional, a construção de um novo píer com dois berços de atracação, a ampliação do píer, um novo sistema para carga e descarga de caminhões e a dragagem de aprofundamento dos canais de acesso.

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, no período de obras da infraestrutura do terminal, serão criados aproximadamente 5 mil empregos, além de mais de 1,3 mil postos de trabalho permanentes durante a operação.

Com a expansão, a capacidade de movimentação do Porto de São Sebastião será quadruplicada. Segundo a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), o complexo poderá movimentar mais de 4,3 milhões de toneladas por ano, sendo 1,3 milhões de contêineres anuais. O contrato de arrendamento terá duração de 35 anos.

“Este porto tem um grande potencial estratégico para o desenvolvimento do estado de São Paulo, do Brasil e da América do Sul. Estamos trabalhando para fortalecer e estruturar ainda mais esse porto. Discutimos com o presidente do complexo a possibilidade de mantermos um berço público, que é o desejo da comunidade, e ao mesmo tempo avançar na agenda da sustentabilidade, pois queremos fazer do Porto de São Sebastião um dos grandes portos verdes do mundo”, afirmou o ministro.

O diretor-presidente da Companhia Docas, Ernesto Sampaio, afirmou que a companhia busca recuperar o protagonismo do porto e garantir que o crescimento ocorra de forma sustentável e integrada ao território.

“O Porto de São Sebastião voltou a atrair atenção do setor privado e se consolidar como alternativa logística viável para o estado. O foco é garantir eficiência operacional e sustentabilidade ambiental em todas as etapas da expansão”, disse.

Com um dos canais naturais mais profundos do país, o Porto de São Sebastião é um dos poucos terminais brasileiros capazes de receber navios de grande calado sem necessidade de dragagem constante, fator esse que reduz custos operacionais e aumenta a atratividade para novas cargas.



Etapas da licitação

Atualmente, o projeto de arrendamento da área encontra-se em análise técnica na Secretaria Nacional de Portos. Na sequência, será encaminhado à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para aprovação das contribuições da consulta pública e, posteriormente, submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Costa Filho também visitou o centro de controle: “O Porto de São Sebastião voltou a atrair atenção do setor

privado e se consolidar como alternava logística viável para o estado”

Inicialmente, havia a intenção do Ministério de Portos de realizar o leilão do SSB01 em dezembro deste ano, em conjunto com o Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres e carga geral projetado para a margem direita do Porto de Santos.

O Porto de São Sebastião demonstrou vocação para o comércio internacional, com a navegação de Longo Curso representando 98% de toda a movimentação (3,4 milhões de toneladas desde o início de 2023). Além disso, o complexo tem apresentado crescimento, com aumento de 50% na movimentação de cargas entre 2023 e 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

BRASIL EXPORT - DIRETOR-GERAL DA ANTAQ ESTARÁ NO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA

Frederico Dias será uma das atrações do evento, que reunirá autoridades e especialistas para debater os rumos do setor portuário e logístico

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Frederico Dias tomou posse no mês passado e afirmou, na ocasião, que sua gestão terá como compromissos principais manter o diálogo com o setor regulado e os servidores

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, é uma das atrações confirmadas no Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura 2025, que será realizado de 28 a 30 deste mês, no hotel Royal Tulip Alvorada, em Brasília (DF). O encontro, promovido pelo Grupo Brasil Export, reunirá autoridades, executivos, magistrados e especialistas

para debater o futuro da logística, do transporte e da infraestrutura no país.

Frederico Dias tomou posse como diretor-geral da Antaq no dia 16 de setembro e afirmou, na ocasião, que sua gestão terá como compromissos principais manter o diálogo com o setor regulado e os servidores, fortalecer o protagonismo da agência na solução de conflitos, reforçar a segurança regulatória, preservar a higidez do processo decisório e consolidar a instituição como referência na dinâmica econômica e institucional.

Ele também destacou como desafios ampliar a eficiência portuária, estimular a navegação interior, avançar na agenda de sustentabilidade, aprimorar a multimodalidade e explorar de forma responsável as oportunidades de inovação tecnológica aplicadas à regulação. “O transporte aquaviário é vetor de competitividade, de integração logística e de desenvolvimento regional. O país depende de portos eficientes, hidrovias estruturadas e serviços de navegação que atendam, com qualidade, às necessidades da população”, afirmou.

Segundo Dias, a missão da Antaq é “promover o desenvolvimento sustentável do setor aquaviário em benefício da sociedade brasileira”. Para isso, a agência busca garantir um ambiente regulatório equilibrado, que estimule investimentos, fortaleça a competitividade e contribua para reduzir o custo logístico do país.

Programação

O Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura 2025 reunirá autoridades, executivos, magistrados e especialistas em transporte, logística e comércio exterior para debater o futuro da infraestrutura brasileira. Promovido pelo Grupo Brasil Export, o evento contará com painéis sobre o novo marco

legal do setor portuário, financiamento de obras, descarbonização do transporte, biocombustíveis e os impactos da geopolítica no comércio internacional.

A programação também inclui o Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (ENAPH), a terceira edição da Expo Brasil Export — feira voltada à promoção de negócios e parcerias — e o InfraJur, Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes.

O segundo dia do fórum, 29, encerrará com a cerimônia de premiação da primeira edição do Navegue + Brasil, que reconhecerá empresas e iniciativas que se destacaram no fortalecimento do transporte aquaviário nacional. Toda a programação será transmitida ao vivo pela TV BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

REGIÃO NORTE - AMAZÔNIA DISCUTE FUTURO INDUSTRIAL NO 1º FÓRUM DE COMÉRCIO EXTERIOR

Encontro promovido pelo Cieam, com apoio da Suframa, abordou os impactos da Indústria 5.0 e da reforma tributária sobre a competitividade do Polo Industrial de Manaus

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Ao longo do dia, seis mesas-redondas abordaram digitalização do comércio exterior, logística internacional, sustentabilidade, inovação tecnológica e capacitação profissional

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) sediou, na terça-feira (21), o 1º Fórum de Comércio Exterior na Amazônia, evento promovido pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam). O encontro reuniu diretores de empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM),

autoridades e especialistas para discutir os impactos da Indústria 5.0 na competitividade, inovação e sustentabilidade da região.

Durante a abertura, o superintendente da Suframa, Bosco Saraiva, destacou a importância do fórum como espaço de debate sobre o futuro industrial da Amazônia e o papel do PIM nas transformações econômicas que estão por vir. “Este fórum é fundamental para que nossas empresas se adaptem à Indústria 5.0 e à nova realidade trazida pela reforma tributária”, afirmou Saraiva.

O superintendente também chamou atenção para o avanço da automação e a necessidade de qualificação profissional diante das mudanças tecnológicas. “Mesmo com a automação crescente, o PIM gerou mais de 20 mil novos postos de trabalho desde o início de 2023. Precisamos, no entanto, investir fortemente em capacitação, pois a indústria deve demandar, nos próximos três anos, cerca de 2.600 engenheiros e quase 4 mil técnicos de nível médio”, ressaltou.

O presidente executivo do Cieam, Lúcio Flávio Moraes, agradeceu a parceria da Suframa e reforçou a importância do evento para o fortalecimento do comércio exterior regional. “Este fórum nasce com o propósito de integrar a Amazônia ao cenário econômico global. Precisamos conectar o potencial produtivo da região aos mercados internacionais, com base na inovação, sustentabilidade e competitividade”, destacou.

Ao longo do dia, seis mesas-redondas abordaram temas como digitalização do comércio exterior, logística internacional, sustentabilidade, inovação tecnológica e capacitação profissional, com o objetivo de preparar as empresas do PIM para competir de forma mais eficiente no mercado global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025

Programação do fórum Brasil Export Infraestrutura 2025

28 | OUTUBRO | TERÇA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Inova Export

> Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos e comércio exterior

10h45 Intervalo

11h00 Painel: Protagonismo feminino e equidade de gênero no setor de infraestrutura

Debatedoras: Cristina Castro, Superintendente de ESG e Inovação da Antaq; Vládia Pompeu, Corregedora do Ministério dos Portos e Aeroportos

12h30 Encerramento do período

14h00 Abertura da terceira edição da Expo Brasil Export

14h15 InfraJur, Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

14h30 Palestra de abertura

15h00 Painel 1 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Legislativo

16h00 Intervalo

16h30 Painel 2 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Judiciário

17h30 Palestra de encerramento: Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Tema: O STF e a economia brasileira

18h15 Intervalo

18h30 Sessão solene

Presença: Silvío Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos; Guilherme Theodoro Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral da ANTT; Flávia Takafashi, Diretora da ANTAQ; Sergio Bacci, Presidente da Transpetro; Demais autoridades a confirmar

20h00 Encerramento

29 | OUTUBRO | QUARTA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Abertura do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (ENAPH)

Presença: Alex Ávila, Secretário Nacional de Portos; Wilson Lima Filho, Diretor da ANTAQ; Demais autoridades a confirmar

09h45 Painel 1 do ENAPH: Os portos brasileiros conectados ao mundo | Atração de investimentos e cooperação internacional

10h30 Intervalo

11h00 Painel 2 do ENAPH: Modelos para aperfeiçoar o serviço de dragagem nos portos brasileiros

Debatedores: Ernesto Sampaio, Diretor-Presidente da Companhia Docas de São

Sebastião; Cleverton Elias Vieira, Diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul; Demais gestores a confirmar

11h45 Painel 3 do ENAPH: Inovação e boas práticas de governança nas autoridades portuárias

12h30 Encerramento do período

14h30 Painel: Impactos da geopolítica mundial no comércio exterior brasileiro

15h30 Painel: Tecon 10 e o futuro do complexo portuário de Santos

16h30 Intervalo

17h00 Apresentação InfraESG

17h30 Painel InfraESG

18h30 Cerimônia de premiação da primeira edição do Navegue + Brasil

Presença: Dino Batista Antunes, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação

20h00 - Encerramento

30 | OUTUBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Palestra de abertura

09h30 Painel: Sistemas ferroviários de acesso aos portos brasileiros e ações para ganhos de produtividade

Debatedores: Davi Barreto, Diretor-Presidente da ANTF; João Almeida, Diretor-Presidente da FIPS

10h15 Painel: Estratégias para o desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil

Debatedores: Tiago Faienstein, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Infraestrutura de transportes | Financiamento, regulação e soluções logísticas

Apresentação: Vander Costa, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

12h00 Painel: O papel da indústria para o crescimento econômico e sustentável do Brasil

12h45 Encerramento do período

14h30 Painel: Os biocombustíveis como vetores de descarbonização no setor de transportes

15h15 Painel: Investimento em infraestrutura como pilar estratégico para o crescimento da agroindústria

16h00 Painel: Concessões e políticas fiscais | As ações dos governos estaduais para alavancar investimentos e proporcionar qualidade de vida para a população

17h00 Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/10/2025

REGIÃO NORDESTE - SUAPE E SENAI ABREM NOVO CENTRO DE INOVAÇÃO EM PERNAMBUCO

Com infraestrutura modular e projetos em andamento, o Senai Park busca aproximar pesquisa aplicada e desenvolvimento produtivo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O empreendimento inicia suas atividades com a participação de 15 empresas, somando investimentos de R\$ 100 milhões. Outros R\$ 200 milhões estão em fase de captação

O Complexo Industrial Portuário de Suape e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) Pernambuco inauguraram, na segunda-feira (20), o Senai Park, um laboratório voltado ao desenvolvimento de

soluções tecnológicas para a indústria. O espaço, instalado em uma área de 1,4 hectare próxima à sede administrava de Suape, abriga plantas-piloto que permitem testar a viabilidade de processos produtivos e tecnologias antes de sua aplicação em escala industrial.

De acordo com o complexo de Suape, o empreendimento inicia suas atividades com a participação de 15 empresas, entre elas Stellantis, Baterias Moura e Siemens, somando investimentos de R\$ 100 milhões. Outros R\$ 200 milhões estão em fase de captação. A estrutura foi projetada em sistema modular, com possibilidade de adaptação às demandas de cada projeto.

A governadora em exercício de Pernambuco, Priscila Krause, afirmou que o Senai Park simboliza uma nova etapa na trajetória de Suape e reforça o papel do complexo na modernização da economia estadual. “Este é um ciclo que se abre, confirmando a vocação de Suape de estar dentro daquilo que há de mais moderno. Um parque como esse, que tem como foco a transição energética, vai possibilitar que várias indústrias possam fazer pesquisa, prototipagem. Isso é o que nos coloca e nos mantém na vanguarda econômica e de transição energética, não só no Nordeste, mas no mundo”, disse.

O diretor-presidente de Suape, Armando Monteiro Bisneto, afirmou que a criação do Senai Park representa o fortalecimento da parceria entre o complexo e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe). Segundo ele, o projeto é um marco no desenvolvimento tecnológico e industrial do estado. “Também celebramos hoje o apoio decisivo do Governo do Estado, que tem incentivado políticas públicas voltadas à formação profissional, inovação industrial e transição energética”, destacou.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, a iniciativa reforça o papel da indústria como eixo estruturante da economia nacional. “Não há um país que possa ser conhecido como uma economia robusta, com crescimento econômico e social, sem uma indústria forte e sustentável. Este é o futuro que queremos construir. É o desafio que nós temos. O Nordeste tem uma grande oportunidade agora, que são as energias renováveis e tudo o que ela pode trazer”, afirmou.

O presidente da Fiepe, Bruno Veloso, destacou que o novo centro tecnológico marca uma nova fase para o setor industrial pernambucano. “O Senai sempre caminhou lado a lado com a indústria, antecipando tendências, mas há algo que nunca mudou — o foco nas pessoas. Esse capital humano vai permitir que Pernambuco possa sonhar alto e ocupar um lugar de destaque no cenário nacional e internacional”, declarou.

Segundo o complexo de Suape, a escolha do local para instalação do Senai Park foi estratégica, com o objetivo de aproximar o ambiente de inovação das empresas instaladas na região. A expectativa é de que o espaço e o parque industrial se fortaleçam mutuamente, com as empresas aplicando as soluções tecnológicas desenvolvidas no laboratório.

Projetos

A diretora regional do Senai Pernambuco, Camila Barreto, e o diretor de Tecnologia e Inovação da instituição, Oziel Alves, apresentaram os projetos em andamento e as novas prospecções para o espaço. O complexo informou ainda que o parque consolida a formação de um cluster de inovação industrial em Suape, reunindo empresas, instituições e pesquisadores para o compartilhamento de conhecimento, infraestrutura e recursos voltados à aceleração de tecnologias industriais.

A cerimônia de inauguração contou com a presença de autoridades estaduais, parlamentares, prefeitos da região, lideranças empresariais e representantes da CNI e de federações da indústria de diversos estados. O evento foi encerrado com apresentação musical do maestro Spok.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/10/2025

REGIÃO NORDESTE - TRANSNORDESTINA REALIZA VIAGEM INAUGURAL ENTRE PIAUÍ E CEARÁ NESTA SEXTA (24)

Primeiro trem de cargas marca o início das operações da ferrovia, que promete impulsionar o desenvolvimento do Nordeste

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Com 1.206 quilômetros de extensão total, a ferrovia é considerada a maior obra linear em andamento no Brasil. Atualmente, mais de 4 mil trabalhadores atuam na construção

A ferrovia Transnordestina dará um passo histórico nesta sexta-feira (24) com a realização de sua primeira viagem de cargas, ligando Bela Vista do Piauí (PI) a Iguatu (CE). A operação, que simboliza o início efetivo das atividades, contará com a presença dos governadores Rafael Fonteles e Elmano de Freitas, além de autoridades dos dois

estados.

Autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a viagem faz parte da etapa de transporte comissionado e deverá durar cerca de 20 horas. O trem transportará uma carga de milho por um percurso de 585 quilômetros.

O carregamento será feito próximo ao Terminal Intermodal de Cargas do Piauí (TIPI), em construção pela Transnordestina Logística S.A (TLSA), enquanto o descarregamento ocorrerá no sábado (25), em uma área próxima ao futuro Terminal Logístico de Iguatu.

Com 1.206 quilômetros de extensão total, a ferrovia é considerada a maior obra linear em andamento no Brasil. Atualmente, mais de 4 mil trabalhadores atuam na construção, que já atingiu 78% de avanço físico.

Até o momento, foram concluídos 676 quilômetros da linha principal, e outros 280 quilômetros seguem em execução em seis frentes de trabalho simultâneas. Nos lotes 4 e 5, são instalados trilhos, dormentes e brita em um trecho de 108 km, enquanto os lotes 6, 7, 8 e 11 passam por obras de infraestrutura, como pontes, viadutos e terraplanagem, que totalizam 178 km.

A previsão é que a primeira fase da ferrovia seja concluída em 2027, conectando o Piauí ao Porto do Pecém, no Ceará. Já o trecho entre Eliseu Martins e Paes Landim, com 151 km, deve ser retomado no início de 2026, com previsão de conclusão antecipada para 2028.

Estrutura de grande porte

A grandiosidade da Transnordestina impressiona pelos números: serão utilizados 2,2 milhões de dormentes, 209 mil toneladas de trilhos e 3,2 milhões de metros cúbicos de brita. O projeto prevê ainda 143 pontes e viadutos e mais de 65 km de bueiros ao longo do traçado.

Com a operação, a expectativa é de que a ferrovia se torne um eixo estratégico para o escoamento da produção agrícola e mineral da região, fortalecendo a economia do Nordeste e impulsionando o desenvolvimento logístico e industrial dos estados envolvidos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/10/2025

C O N E X Ã O – NORDESTE - TERMINAL DE PASSAGEIROS DO PORTO DE MACEIÓ É LEILOADO NESTA QUARTA-FEIRA (22)

Por Heitor Gregório

O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a B3 realizam o segundo bloco da carteira de leilões portuários selecionada para 2025. Com investimentos esmados em mais de R\$ 1,22 bilhão, essa etapa contempla o leilão de arrendamento do Terminal de Passageiros do Porto de Maceió (TMP) e de área do Porto do Rio de Janeiro (RDJ07), marcado para às 10h desta quarta-feira (22), além da concessão do acesso aquaviário do Porto de Paranaguá (PR), que ocorrerá às 14h do mesmo dia, também na B3, em São Paulo.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a modernização do TMP Maceió faz parte de uma estratégia nacional para revitalizar os terminais de passageiros e integrar o turismo marítimo à economia local. “A iniciativa vai impulsionar a geração de empregos diretos e indiretos, movimentar os setores de hotelaria e comércio e consolidar Maceió como referência em infraestrutura portuária”, afirmou.

O Terminal Marítimo de Passageiros de Maceió, localizado no Porto de Maceió (AL), é dedicado à movimentação de passageiros e prevê investimentos de R\$ 3,75 milhões. A iniciativa tem como objetivo transformar o terminal em um polo estratégico do turismo marítimo nacional fortalecendo a economia local e melhorando a experiência dos passageiros.

O Porto de Maceió movimenta mais de 100 mil passageiros por temporada. Com as obras e melhorias previstas, a expectativa é de ampliação gradual da capacidade de atendimento, hoje limitada a 612 passageiros por dia, além da atração de novas rotas e companhias marítimas.

Com uma área total de 5.678,23 metros quadrados, o projeto de modernização do TMP Maceió contempla diversas melhorias estruturais e operacionais. Está prevista a construção de um novo estacionamento com 112 vagas, pavimentação e sistema de drenagem em uma área de 3.050 metros quadrados. A concessionária deverá também adquirir novos mobiliários e equipamentos de apoio, incluindo cadeiras, mesas, sofás e sistemas de controle de passageiros e bagagens. Serão ainda implantados novos equipamentos de segurança e combate a incêndio, que integrarão o conjunto de bens reversíveis ao poder público ao término da concessão, garantindo padrões de qualidade e conforto compatíveis com os principais desnos de cruzeiros internacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

C O N E X Ã O – SENAI PARK É INAUGURADO NO PORTO DE SUAPE

Por Heitor Gregório

O Complexo Industrial Portuário de Suape e o Senai Pernambuco deflagraram, nesta segunda-feira (20), um novo ciclo de desenvolvimento e inovação. Em um evento high tech, com direito até a um cãozinho robô como mascote, embalado por várias manifestações culturais, como o frevo e o maracatu, foi inaugurado o Senai Park. Um laboratório de tecnologia e inovação, onde engenheiros, técnicos e estudantes poderão desenvolver soluções para os desafios da indústria do futuro.

O empreendimento começa a funcionar a pleno vapor, com a participação de 15 empresas, somando investimentos de R\$ 100 milhões, entre elas a Stellantis, Baterias Moura e a Siemens. Outros R\$ 200 milhões estão em fase de captação. O Senai Park foi construído em uma área de 1,4 hectare nas proximidades da sede administrativa da estatal portuária. A infraestrutura - projetada em sistema modular - pode adequar-se às demandas de cada projeto. O espaço vai comportar plantas-piloto, que permitem testar a viabilidade de soluções tecnológicas e processos produtivos antes da adoção em escala industrial.

O diretor-presidente de Suape, Armando Monteiro Bisneto, fez um discurso otimista. Ressaltou que o Senai Park representa o fortalecimento da parceria estratégica entre Suape e a Federação da Indústria de Pernambuco (Fiepe), construída com visão de futuro e compromisso com a inovação. “É uma grande satisfação participar deste momento, que é um divisor de águas na história do desenvolvimento tecnológico e industrial de Pernambuco. Também celebramos hoje o apoio decisivo

do Governo do Estado, que tem incentivado políticas públicas voltadas à formação profissional, inovação industrial e transição energética”, pontuou.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, destacou, entre outras análises, que não há um país que possa ser conhecido como uma economia robusta, com crescimento econômico e social sem uma indústria forte e sustentável. “Este é o futuro que queremos construir. É o desafio que nós temos. O Nordeste tem uma grande oportunidade agora, que são as energias renováveis e tudo o que ela pode trazer”, enfatizou.

CLUSTER DE INOVAÇÃO

A inauguração também marca a consolidação de um cluster de inovação industrial em Suape. O conceito envolve a concentração geográfica de empresas, instituições e atores que colaboram, compartilhando conhecimento, infraestrutura e recursos para gerar vantagens competitivas e acelerar a aplicação de tecnologias de ponta na indústria.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025

C O N E X Ã O – GOVERNO DÁ O PRIMEIRO PASSO PARA DUPLICAR A PRINCIPAL RODOVIA DO RN

Por Heitor Gregório

Uma luta do Rio Grande do Norte que durante décadas parecia impossível, começou a se tornar realidade na última sexta-feira (17), com a publicação do edital para duplicação do primeiro trecho da BR-304, rodovia federal que corta o território potiguar de Leste a Oeste, aproximando a região metropolitana de Natal ao interior do Estado.

A concorrência 408/2025, destinada à contratação de empresa para execução das obras de adequação de capacidade, com duplicação, melhoria da segurança e eliminação de segmentos críticos da BR-304, no trecho de 57,6 quilômetros, vai de Mossoró até o entroncamento com a RN-233, em Assu.

Esse é um importante corredor de tráfego da BR-304. Na área de influência dessas duas cidades polos regionais, se concentra a quase totalidade da produção de frutas e sal marinho, dois dos principais itens da pauta de exportações do RN.

O valor máximo da obra, esmado no edital, é de R\$ 375,4 milhões. Vence a empresa ou consórcio de empresas que apresentar o maior desconto. A sessão para escolha da proposta vencedora será no dia 11 de novembro.

Construída na década de 1960 para integrar as regiões do Rio Grande do Norte e conectar o RN ao Ceará, a BR-304 tem 409 km de extensão, 289 em terras norte-rio-grandenses. Ela começa no viaduto de Parnamirim/RN e termina no entroncamento com a BR-116, na comunidade Boqueirão do Cesário, no Ceará.

Com custo total esmado em R\$ 1 bilhão, o projeto da duplicação de toda a extensão da rodovia no Rio Grande do Norte foi inserido pela governadora Fátima Bezerra no PAC-3 como uma das grandes obras prioritárias do RN. Com fluxo médio de 6 mil veículos/dia, a BR-304 é um dos principais corredores logísticos do Nordeste, fundamental para o escoamento da produção agrícola e industrial, além do transporte de passageiros e do fomento ao turismo. A esmava é de que a duplicação vai gerar cerca de 5.500 empregos diretos, indiretos e por efeito renda, isto é, quando a massa salarial gerada pela obra movimenta outros setores economia, como hospedagem e alimentação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/10/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

PRIVATIZAÇÃO: ELETROBRAS MUDA DE NOME E PASSA A SE CHAMAR AXIA ENERGIA

Por João Paulo - 22/10/2025 12:58 - Atualizado 22/10/2025

A Eletrobras anunciou nesta quarta-feira que mudou seu nome para Axia Energia. A mudança vem três anos após a privatização da empresa, ocorrida em 2022. De acordo com comunicado da empresa, Axia tem origem grega e significa “valor”. Remete também à ideia de “eixo”, aquilo que conecta, sustenta e gera movimento. A empresa foi fundada em 1962.

“Essa mudança traduz um movimento profundo de transformação que a empresa viveu nos últimos três anos e também seus desafios de negócio”, disse em carta o presidente da companhia, Ivan Monteiro. “Evoluímos nossa governança, ampliamos investimentos, fortalecemos nossa estrutura e nos reposicionamos para responder a um setor em transição, marcado por novas tecnologias, mudanças regulatórias e novos padrões de consumo”, acrescentou ele. Os tíquetes dos papéis da companhia na B3 e na Bolsa de Nova York também vão mudar a partir de 10 de novembro, conforme abaixo:

Na B3

- Ações ordinárias: AXIA3, em substituição a ELET3
- Ações preferenciais A: AXIA5, em substituição a ELET5
- Ações preferenciais B: AXIA6, em substituição a ELET6
- Nome de pregão: AXIA ENERGIA

Na Nyse

- Ações ordinárias: AXIA, em substituição a EBR
- Ações preferenciais: AXIA PR, em substituição a EBR B
- Nome de pregão: AXIA ENERGIA

A Eletrobras, agora Axia, soma 44,4 GW de capacidade instalada — o equivalente a mais de um quinto da capacidade de geração total do Brasil. A empresa tem 82 parques geradores em 20 estados do país e no Distrito Federal. Desses, 47 são usinas hidrelétricas, incluindo Belo Monte e Jirau, em Rondônia, e o Complexo de Paulo Afonso, na Bahia. Há ainda 33 eólicas e uma solar.

Hoje com quatro subsidiárias — Eletrobras CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Eletropar — a companhia foi criada em 1962, no governo de João Goulart. E é vista como um pilar central do período que ficou conhecido como o do “milagre brasileiro”, entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970, quando o Brasil cresceu a uma taxa superior a 10% ao ano, a reboque de robustos investimentos em infraestrutura.

Nessa época, a Eletrobras precisou literalmente erguer cidades para construir sua rede de hidrelétricas pelo país. Um dos exemplos é São José da Barra, vizinha a Rio Grande, onde fica a usina de Furnas. Na localidade hoje com menos de 8 mil habitantes, a companhia é dona de um aeroporto, um cinema e dois hotéis.

Essa trajetória deixou uma série de ativos ainda sob o chapéu da Eletrobras que, agora, a companhia se esforça para reduzir, voltando suas atenções para o foco central do negócio. A companhia tem, por exemplo, um hospital, da época da construção do conjunto de Paulo Afonso.

Esse movimento de ajuste de ativos ganhou fôlego a partir da privatização da companhia, realizada em 2022. Com o processo, Itaipu Binacional e Eletronuclear foram separadas da empresa, passando para o comando de uma nova estatal, a Empresa Nacional de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar).

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 22/10/2025

BRACELL REÚNE ESPECIALISTAS E AUTORIDADES PARA DISCUTIR A IMPORTÂNCIA DO BRASIL NA AGENDA CLIMÁTICA GLOBAL

Por João Paulo - 22/10/2025 13:12



A Bracell, uma das líderes globais na produção de celulose solúvel, realizou, nesta terça-feira, 21, o Seminário Bracell 2030 – O Brasil na vanguarda do clima: da bioindústria à economia regenerativa. Às vésperas do principal evento que discute o combate às mudanças climáticas globais, COP30, a companhia promoveu um debate sobre como o Brasil pode liderar a agenda climática mundial, impulsionado pela inovação da bioindústria e por uma nova economia. Durante a programação, a companhia também prestou conta e apresentou os dados atualizados de sua agenda estratégica de sustentabilidade para 2030, que reúne metas e

compromissos para ampliar os impactos positivos de sua operação na cadeia de valor.

“Acreditamos verdadeiramente que o Brasil tem potencial para liderar a agenda climática global, buscando novas soluções baseadas em regeneração, circularidade e inovação. Na Bracell, nossas operações no Brasil são guiadas pela filosofia dos 5C’s: tudo o que fazemos deve ser bom para a Comunidade, para o País, para o Clima – uma das razões pelas quais estamos aqui hoje – e para o Cliente. Só assim será bom também para a Companhia. E temos orgulho em dizer que nossas operações no Brasil são positivas para o clima, absorvendo mais carbono do que emitimos”, declarou o presidente da Bracell, Praveen Singhavi, em seu discurso inicial.

O coordenador global da Nature Positive Initiative e ex-diretor geral da WWF International, Marco Lambertini, defendeu o caminho da recuperação da natureza: “Ela deve estar no centro das decisões econômicas, empresariais e de políticas públicas. Deter e reverter a perda de biodiversidade até 2030 é uma meta equivalente, em importância, à de alcançar a neutralidade de carbono para o clima”.

Mediado pela jornalista Leila Sterenberg, o evento também contou com um painel sobre economia verde, que teve os painelistas Ana Toni, CEO da COP30; Joaquim Levy, diretor de Estratégia Econômica e Relacionamento com o Mercado do Safra; Paulo Hartung, presidente executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá); e Antônio Joaquim, conselheiro de empresas.

Ana Toni, CEO da COP30, destacou que a conferência sediada pelo Brasil representa um ponto de virada na integração entre economia e clima. “A COP30 é mais do que um evento: é um processo coletivo de transformação. Estamos dando visibilidade a novos modelos de negócios baseados em restauração, bioeconomia e agricultura regenerativa, soluções que já existem no Brasil e que precisam ser escaladas. É esse movimento, somado à mobilização do setor privado e de governos subnacionais, que vai acelerar a implementação da agenda climática”, afirmou.

O segundo painel “Como os setores público e privado podem impulsionar a transição verde” teve a participação de Natália Resende, secretária de Meio Ambiente Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo; Jaime Verruck, secretário de Meio Ambiente, Tecnologia e Inovação do Estado do

Mato Grosso do Sul; e o embaixador José Carlos Fonseca, presidente da Empapel e Relações Internacionais da Ibá.

“A transição verde exige planejamento de longo prazo, inovação e articulação entre governos, setor privado e comunidades. No Mato Grosso do Sul, estruturamos políticas que integram conservação, produção e pagamento por serviços ambientais, mostrando que é possível atrair investimentos e proteger a biodiversidade ao mesmo tempo”, declarou Jaime Verruck, secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Bracell apresenta os avanços das metas de sustentabilidade

A atualização das metas e compromissos do Bracell 2030 foi apresentada por Márcio Nappo, vice-presidente de Sustentabilidade da Bracell. “Dois anos após o lançamento do Bracell 2030, os avanços mostram que estamos no caminho certo. Superamos a meta do Compromisso Um-Para-Um e hoje conservamos mais áreas nativas do que plantamos. Isso reafirma nosso entendimento de que é possível crescer preservando. Também estamos muito próximos de atingir a meta de 30% de mulheres em cargos de liderança, reforçando nosso compromisso com a diversidade e a inclusão. Seguimos determinados a fazer da Bracell uma referência em sustentabilidade, com impacto positivo no clima, na biodiversidade e nas pessoas”, destacou.

Além das apresentações e debates, os representantes do governo, parceiros, clientes, formadores de opinião e colaboradores presentes visitaram ativações que mostravam o funcionamento de algumas iniciativas e projetos da companhia, como o mosaico florestal, a simbiose entre as fábricas de celulose e de papel tissue e o projeto de costura sustentável do Bracell Social.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 22/10/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

PRÉ-SAL: CINCO DE SETE ÁREAS SÃO ARREMATADAS EM LEILÃO. VEJA VENCEDORES

Certame ocorre dias após o Ibama ter dado aval para Petrobras perfurar primeiro poço exploratório na Bacia da Foz do Amazonas

Por Bruno Rosa — Rio



Leilão de petróleo> 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP) é realizado pela ANP nesta quarta-feira — Foto: Bruno Rosa

Foram arrematados 5 dos 7 blocos ofertados no leilão de pré-sal durante o 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP), realizado pela Agência Nacional do Petróleo nesta quarta-feira. O bônus arrecadado foi de R\$ 103,7 bilhões com investimento previsto de R\$ 451,4 bilhões. A Petrobras arrematou duas áreas. O ágio chegou a 251,63%.

O certame ocorre dias após o Ibama ter dado aval para Petrobras perfurar primeiro poço exploratório na Bacia da Foz do Amazonas.



A australiana Karoon iniciou o leilão ao levar o primeiro bloco. A petroleira arrematou a área de Esmeralda, na Bacia de Santos. Foi oferecido um percentual em óleo para a União de 14,10%, acima dos 10,54% previsto no edital.

A segunda área ofertada no leilão foi Ametista, na Bacia de Santos, que foi arrematada pelo consórcio formado pelas empresas chinesas CNOOC e Sinopec, com fatias de 70% e 30%, respectivamente. As empresas ofereceram percentual de 9% em óleo para a União, acima dos 6,41% do edital.

Para a área de Itaimbezinho, na Bacia da Campos, a Equinor apresentou proposta única e levou a área. Foi oferecido percentual de 6,95% em óleo para a União, acima dos 6,67%.

Concorrência em duas áreas

Para o bloco de Citrino, na Bacia de Campos, Petrobras e Prio ofereceram duas propostas. O vencedor foi a Petrobras com óleo para a União em 31,19%, bem acima de 8,87% do edital. Foi o maior ágio do certame, com 251,63%.

Na área de Jaspe, na Bacia de Campos, também houve concorrência, com duas propostas, um consórcio feito por Petrobras e Equinor; e outro por Chevron e Qatar. Quem levou foi a Petrobras e Equinor, com 32,85% de percentual em óleo para a União. Ficou acima do percentual mínimo de 16,72%.

As áreas de Ônix e Larimar não tiveram oferta.

Ao todo, 15 petroleiras estão habilitadas. Além de Petrobras, estão aptas a participar do leilão 3R (atual Brava), BP, Chevron, CNOOC, Ecopetrol, Equinor, Karoon, Petrogal, Petronas, Prio, Qatarenergy, Shell, Sinopec e Total.

Luis Fernando Paroli, diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo, comemorou o resultado do leilão.

-- Áreas que não tinham sido arrematadas em leilões anteriores agora despertaram interesse por conta de alterações feitas pela ANP, como a dispensa da necessidade de perfurar um novo poço com reprocessamento de dados sísmicos. Isso mostra a vontade da indústria em investir - afirmou o presidente da PPSA.

Sylvia Anjos, diretora da Petrobras, disse que as áreas escolhidas foram as com maior potencial:

- Foi um ótimo resultado. Levamos o que queríamos.

Segundo o diretor-geral da ANP, Artur Watt Neto, o objetivo do leilão é dar previsibilidade às empresas.

— Esse é o primeiro passo para a manutenção das atividades do setor para a recomposição das reservas de petróleo, criação de empregos e investimentos, além de gerar divisas para o país. O petróleo é hoje o principal item de exportação do país. É uma fonte de recursos para estados, municípios e governo federal. No ano passado, a arrecadação chegou a R\$ 98 bilhões — afirmou Neto, na abertura do leilão.

A expectativa é que os sete blocos a serem leiloados gerem um bônus de assinatura de R\$ 160 milhões, além de um investimento potencial de R\$ 437 bilhões, podendo resultar em uma arrecadação futura de R\$ 365 bilhões ao longo de todo o período de contratação, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME). Das sete áreas, a Petrobras manifestou interesse no bloco de Jaspe com fatia mínima de 40%

Áreas em oferta:

- Esmeralda, na Bacia de Santos
Percentual em óleo mínimo para a União: 10,54%
- Ametista, na Bacia de Santos
Percentual em óleo mínimo para a União: 6,41%
- Citrino, na Bacia de Campos
Percentual em óleo mínimo para a União: 8,87%
- Itaimbezinho, na Bacia da Campos
Percentual em óleo mínimo para a União: 6,67%
- Ônix, na Bacia da Campos
Percentual em óleo mínimo para a União: 10,59%
- Larimar, na Bacia da Campos
Percentual em óleo mínimo para a União: 10,65%
- Jaspe, na Bacia da Campos
Percentual em óleo mínimo para a União: 16,72%

Como funciona

No regime de partilha, parte do petróleo e do gás produzidos pelas empresas é destinado à União – o chamado “percentual do excedente em óleo”. Assim, a empresa contratada tem direito a parte da produção suficiente para recuperar seus custos, chamada custo em óleo, e o excedente é dividido entre a União e a empresa.

O percentual desse excedente que será destinado à União é ofertado pelas licitantes que participam de um ciclo da OPP, para cada bloco, a partir de um mínimo definido no edital. A empresa ou consórcio que oferecer o maior percentual será a vencedora e arrematará o bloco.

Como, na OPP, o bônus de assinatura (valor em dinheiro pago pelas licitantes vencedoras e previsto no edital) é fixo, as ofertas vencedoras serão as que apresentarem o maior percentual em “excedente em óleo”, a partir dos valores mínimos previstos no edital.

A parte do petróleo destinada à União pelos contratos de partilha é leiloada pela Pré-Sal Petróleo, a PPSA. No último leilão da PPSA, em junho de 2025, foram vendidos 74,5 milhões de barris de petróleo, o que significa arrecadação de cerca de R\$ 28 bilhões para os cofres públicos em dois anos.

Novo leilão do pré-sal tem 18 áreas em estudo

A diretora da ANP, Symone Araujo, destacou que para a próxima rodada de leilões do pré-sal, com o Quarto Ciclo, já conta com três áreas garantidas na Bacia de Campos: Caucita, Dolomita e Azurita. Além disso, ela destacou que o Ministério de Minas e Energia (MME) e Meio Ambiente já estão estudando a inclusão de 18 novas áreas nas bacias de Santos e Campos.

-Isso reforça o compromisso em aumentar o acesso a novas áreas e fomentar novas descobertas e aumentar as reservas -- disse ela.

Renato Dutra, secretário de Óleo e Gás do MME, lembrou da necessidade de aumentar as reservas de petróleo no Brasil. Ele disse que a partir de 2030 o Brasil pode ter redução se não incluir novas áreas, o que pode trazer problemas de segurança energética:

-- Há um esforço conjunto para garantir previsibilidade regulatória e planejamento. Estamos trabalhando em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a ANP para isso.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/10/2025

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA URGÊNCIA E ACELERA PROJETO QUE ELEVA TAXAÇÃO DAS BETS PARA COBRIR ROMBO FISCAL DO GOVERNO

Colegiado presidido por deputado governista usou mecanismo para que a proposta siga diretamente ao plenário

Por Luísa Marzullo — Brasília



O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) — Foto: Wesley Amaral/Agência Câmara

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, em votação simbólica, o regime de urgência para o projeto que aumenta a taxa de apostas on-line. A proposta é uma das peças centrais do pacote de recomposição fiscal elaborado pelo governo após a caducidade da medida provisória (MP) que tratava da substituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O texto agora será analisado em

plenário, mas ainda não há data para votação.

Bets, fintechs e cortes: Governo deve fatiar medidas de ajuste em diferentes projetos para tentar diluir resistências

Impacto das apostas on-line chega ao aluguel: 13% dos inquilinos já atrasaram pagamento por causa do jogo

Segundo o presidente da CFT, Rogério Correia (PT-MG), a escolha do texto tem caráter estratégico: o colegiado pode indicar apenas dois projetos por ano para tramitar em regime de urgência no plenário.

— Estamos solicitando e acho que isso vai sensibilizar o presidente Hugo Motta para por isso em pauta, além dos outros projetos de lei que serão apensados. Tivemos a assinatura de 34 deputados, de todos os partidos. Isso mostra a força deste debate que está sendo feito aqui — afirmou Correia durante a sessão.

A base do governo compareceu em peso à sessão para defender a proposta, incluindo não membros, a exemplo do líder do PT, Lindbergh Farias.

— A gente sabe que o impacto disso é gigantesco. Todo mundo tem alguém viciado na família. Tenho um gráfico da taxa no mundo... França tem 33%, Itália, 20% e aqui no Brasil estamos com 12%. Dá para avançar muito mais — defendeu o deputado.

Com a aprovação da urgência, o projeto poderá ser analisado diretamente pelo plenário, sem passar por outras comissões. O texto eleva a alíquota cobrada sobre a receita bruta das apostas, atualmente em 12% para 24%. A articulação é liderada por parlamentares do PT e tem o aval da equipe econômica do governo, que busca recompor parte da perda de arrecadação com o fim da MP.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o governo enviará ao Congresso dois projetos de lei: um voltado ao aumento de receitas, com foco na taxa de apostas on-line e das fintechs, e outro destinado ao controle de gastos públicos. Segundo ele, a separação das matérias tem o objetivo de evitar que oposição ou blocos parlamentares utilizem a mescla entre despesa e receita para travar a tramitação.

Haddad estimou que o impacto fiscal da caducidade da MP 1.303 é superior a R\$ 20 bilhões e disse que o governo busca recompor as contas “sem improvisos”. O ministro reforçou ainda que o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva “faz questão” de que o Congresso dê uma “palavra definitiva” sobre a tributação do setor de apostas, que, segundo ele, “envolve as famílias brasileiras”.

Além do aumento da tributação das bets, o pacote deve incluir ajustes sobre rendas financeiras, grandes patrimônios e instituições financeiras, retomando pontos que haviam sido retirados do texto original da MP. A estratégia da Fazenda é fatiar as propostas em projetos de lei autônomos, para reduzir resistências no Congresso e permitir que cada medida avance de forma independente.

Além do aumento da tributação das apostas, o pacote deve incluir ajustes sobre rendas financeiras, grandes patrimônios e instituições financeiras, retomando pontos que haviam sido retirados do texto original da MP. A estratégia da Fazenda é fatiar as propostas em projetos de lei autônomos, para reduzir resistências no Congresso e permitir que cada medida avance de forma independente.

Com a urgência aprovada, caberá ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), definir o momento da votação. A expectativa entre governistas é que o texto seja levado ao plenário ainda nesta quarta-feira.

A movimentação ocorre num momento em que o governo tenta recuperar terreno após a derrota da MP, retirada de pauta por 251 a 193 votos. O relator da medida, Carlos Zarattini (PT-SP), havia retirado justamente o aumento da tributação das bets para tentar destravar o texto — decisão que reduziu a estimativa de arrecadação e gerou críticas até entre aliados.

O que diz o projeto de tributação das bets

De autoria do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e assinado por toda a bancada do PT, o PL altera a legislação que regula as apostas de quota fixa — as chamadas bets.

A proposta dobra a alíquota efetiva sobre o setor, elevando a fatia da arrecadação destinada ao poder público de 12% para 24%.

Como muda a divisão do dinheiro

O texto cria um novo artigo na lei atual, mudando a repartição da arrecadação líquida das apostas:

- 76% continuam com o agente operador (custos de operação e manutenção das plataformas);
- 12% vão para a Seguridade Social, especificamente para ações na área da saúde;
- Outros 12% passam a ter novas destinações definidas em lei — na prática, uma nova fatia de 12 pontos percentuais que dobra a participação governamental no montante arrecadado.

Com isso, o total transferido ao poder público sobe de 12% para 24%, enquanto a parcela das empresas é reduzida.

Argumento social e econômico

O projeto parte do diagnóstico de que o crescimento explosivo das apostas online — impulsionado por influenciadores e campanhas de marketing — trouxe efeitos sociais e de saúde preocupantes, como o vício em jogos (ludopatia) e o endividamento familiar.

Segundo o texto, o país já tem mais de 2 milhões de pessoas com dependência em apostas, e os atendimentos na rede pública por jogo patológico triplicaram entre 2022 e 2024.

O PL sustenta que a tributação atual das bets é inferior à média internacional e menor que a aplicada a outras atividades empresariais no Brasil.

Efeitos práticos

- Aumenta a arrecadação destinada à saúde pública;
- Reduz a margem de lucro das casas de apostas, tornando o setor menos atrativo;
- Fortalece o argumento moral e sanitário de que o jogo é uma atividade que exige contrapartidas sociais mais altas.

Caso o projeto seja aprovado, a lei entra em vigor na data de sua publicação, mas só produz efeitos quatro meses depois, dando tempo para adaptação das plataformas e da Receita.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/10/2025

GOVERNO MANTÉM PROJEÇÕES DA MP ALTERNATIVA AO IOF, NÚMERO DOIS DA FAZENDA DIZ QUE CORTES TÊM QUE SER APROVADOS ESTE ANO

Durigan afirma que aprovação ainda em 2025 é essencial para fechar o Orçamento de 2026

Por Bruna Lessa — Brasília



Entrevista exclusiva com Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O governo federal vai manter as projeções de receita e despesa previstas na MP alternativa ao IOF, mesmo após a medida perder validade antes de ser votada. Para viabilizar esses resultados e garantir o cumprimento da meta fiscal de 2026, o conteúdo da MP será dividido em dois eixos: um voltado ao aumento de receitas, incluindo taxaço de fintechs, apostas esportivas e Juros sobre Capital Próprio (JCP), e outro

focado na revisão e corte de benefícios fiscais. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta quarta-feira que a aprovação do pacote de corte de benefícios ainda este ano é essencial para fechar o Orçamento de 2026.

— Precisa ser aprovado (o projeto) esse ano. Não só por isso (anualidade), como para constar da lei orçamentária, que tem que ser aprovada até o fim do ano — disse Durigan após participação no 28º Congresso Internacional de Direito Constitucional, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

— A gente está mantendo a previsão da MP nas linhas gerais — completou o secretário.

Segundo Durigan, as estimativas da MP alternativa ao IOF — R\$ 20,9 bilhões em aumento de arrecadação e R\$ 10,7 bilhões em redução de gastos — serão mantidas e distribuídas entre os dois projetos de lei. O texto de receitas já está “maduro” e deve ser enviado em breve ao Congresso, enquanto o projeto sobre corte de benefícios poderá ser apensado a outras propostas em tramitação, como as do deputado Mauro Benevides (PDT-CE) e do senador Esperidião Amin (PP-SC).

O governo ainda avalia se enviará um projeto novo ou se aproveitará textos que já estão em tramitação no Congresso.

Durigan ressaltou que essas propostas alternativas não garantem cortes efetivos, e por isso o governo aposta no PLP 182/2025, que estabelece a revisão periódica e corte efetivo de benefícios fiscais, garantindo economia real e controle sobre os gastos tributários.

— É possível que a gente agregue desde um corte de benefício concreto, efetivo, que pode ganhar agregação, pode ganhar dentro do debate legislativo elementos adicionais, em que a gente garanta a efetividade da política, mas um mecanismo de revisão, periódico — afirmou.

O secretário também afirmou que o governo mantém a meta de déficit zero para 2025.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/10/2025

TRUMP VERSUS XI: QUAL É O PODER DE BARGANHA DA CHINA? MAIS DE US\$ 1 BILHÃO POR DIA; ENTENDA

Mesmo com tarifaço dos EUA, resiliência das exportações chinesas está provando o quão essenciais muitos de seus produtos continuam sendo para os consumidores americanos

Por Bloomberg



O presidente americano Donald Trump e o chinês Xi Jinping: superávit comercial da China com os EUA segue gigantesco — Foto: Montagem de fotos da Bloomberg

Seis meses após o início da guerra comercial de Donald Trump, a resiliência das exportações chinesas está provando o quão essenciais muitos de seus produtos continuam sendo, mesmo após a imposição de tarifas americanas de 55%. Todos os dias, cerca de US\$ 1 bilhão em mercadorias cruza o Pacífico da China para os Estados Unidos, com o volume aumentando em

setembro em relação a agosto.

Apesar das quedas de dois dígitos no valor total do comércio nos últimos seis meses, alguns produtos registraram recentemente um aumento em relação a 2024, desafiando as tensões comerciais entre Pequim e Washington.

O resultado é que as tarifas dos EUA parecem ter uma capacidade limitada de controlar o que as empresas americanas importam, já que a influência da China em setores como terras-raras e eletrônicos torna seus produtos difíceis de substituir — ao menos a curto prazo. Isso pode mudar com o tempo, especialmente se Trump aumentar ainda mais as tarifas, como o líder republicano tem repetidamente ameaçado fazer.

'Realinhar a produção levará tempo'

“A forte posição da China nas cadeias globais de suprimentos lhe dá certo poder de barganha com os importadores americanos curto prazo”, escreveram os economistas da Bloomberg Chang Shu e David Qu, que alertaram que outros países não podem substituir rapidamente a China como fornecedora dos EUA. “Realinhar a produção levará tempo”, acrescentaram.

Tudo isso está dando ao presidente Xi Jinping mais poder de negociação, à medida que seus representantes comerciais se preparam para conversas destinadas a estender a trégua tarifária de 90 dias que deve expirar em novembro.

No terceiro trimestre, mais de US\$ 100 bilhões em produtos chineses chegaram aos Estados Unidos, ajudando Pequim a manter o crescimento econômico dentro da meta anual e elevando o superávit comercial bilateral para US\$ 67 bilhões.

Na terça-feira, Trump previu que uma próxima reunião com seu homólogo chinês resultaria em um “bom acordo” comercial, embora tenha alertado que o encontro previsto para a próxima semana, durante uma cúpula na Coreia do Sul, ainda poderia fracassar.

O líder americano listou terras-raras, fentanil e soja como as principais questões comerciais que seu governo pretende discutir com a China. E chegou a afirmar que China poderia ser tarifada em 155% a partir de novembro.

A relação entre as duas maiores economias do mundo vai além de produtos cuja oferta global é dominada pela China, como ímãs essenciais para a indústria americana ou produtos químicos presentes em medicamentos amplamente utilizados.

Cigarros eletrônicos e bicicletas elétricas

Embora quase todas as 10 principais exportações para os EUA tenham caído no último trimestre em comparação com o ano anterior, os embarques de cigarros eletrônicos aumentaram, de acordo com uma análise da Bloomberg com base em dados aduaneiros chineses. As bicicletas elétricas também estão registrando forte demanda nos EUA, com empresas chinesas exportando mais de US\$ 500 milhões nos três meses até setembro, um leve aumento em relação ao ano anterior.

As exportações de cátodos de cobre refinado dispararam em termos de valor, passando de quase nada para US\$ 270 milhões nos últimos três meses, enquanto os cabos elétricos subiram 87%, atingindo US\$ 405 milhões.

— Ambos os lados podem reduzir a dependência um do outro, mas ela não pode ser reduzida a zero — disse Zhaopeng Xing, estrategista sênior para a China do Australia & New Zealand Banking Group.

As fissuras no “muro tarifário” de Trump provavelmente estão tornando parte desse comércio possível ao manter os custos mais baixos.

Reenvio via México ou Vietnã

Xing, do ANZ, explicou que os importadores americanos conseguem pagar uma tarifa menor ao declarar o valor aduaneiro das mercadorias com base na primeira venda em um terceiro país, e então elevar o preço quando os itens chegam a um porto dos EUA. O reenvio via México ou Vietnã faz com que algumas empresas provavelmente não paguem o imposto integral.

— Há muitas brechas — afirmou Xing, acrescentando que a Alfândega dos EUA “simplesmente não tem pessoal suficiente para lidar com elas”.

No trimestre de julho a setembro, empresas na China exportaram para os EUA quase US\$ 8 bilhões em smartphones, laptops, tablets e peças de computador. Embora isso tenha sido menos da metade do valor vendido no mesmo período do ano passado, ainda representou um volume considerável, considerando as altas tarifas.

E, apesar do fim da regra “de minimis”, que permitia que pequenas encomendas entrassem nos EUA sem pagar impostos, os consumidores americanos continuaram comprando bilhões de dólares em pacotes de plataformas de comércio eletrônico, como Shein e Temu, da PDD Holdings.

Pequenas encomendas da pleno vapor

Embora tarifados em 54%, dados chineses mostraram que cerca de US\$ 5,4 bilhões em pequenos pacotes foram enviados aos EUA desde que a administração Trump fechou a brecha em maio.

As exportações de comércio eletrônico business-to-business também dispararam, passando para US\$ 201 milhões em setembro, ante cerca de US\$ 31 milhões em agosto. O aumento pode indicar que as plataformas online chinesas estão mudando de vender diretamente para os consumidores americanos para enviar inicialmente em grande volume e depois dividir em pacotes menores nos EUA.

Apesar de tudo isso, China e EUA parecem se encaminhar para um futuro com comércio reduzido, à medida que Trump busca reviver a manufatura nos Estados Unidos e prioriza a realocação de indústrias críticas. Já neste ano, os embarques da China caíram para menos de US\$ 320 bilhões, cerca do mesmo nível de 2017, antes da primeira guerra comercial sob Trump.

Queda em videogames e TVs

Houve um colapso nas exportações de consoles de videogame, com empresas como Nintendo Co. e Microsoft Corp optando por entregá-los do Vietnã e de outros lugares, em vez de pagar a tarifa mais alta para enviar da China. E os consumidores americanos agora parecem estar comprando TVs em outros países, com uma queda de 73% no valor de conjuntos LCD exportados da China para os EUA no último trimestre.

No caso de outros produtos, como navios comerciais, os EUA já haviam se desvinculado da China antes de Trump impor tarifas sobre embarcações construídas na China e atracadas em portos americanos.

Apesar da resiliência, os danos ao comércio entre EUA e China neste ano já são piores do que durante a primeira presidência de Trump, segundo o Fundo Monetário Internacional.

“O desacoplamento do comércio bilateral entre Estados Unidos e China parece estar acontecendo mais cedo, em comparação com o choque tarifário de 2018–19”, afirmou o órgão em um relatório deste mês.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/10/2025

CCJ DA CÂMARA APROVA PEC QUE TIRA DO EXECUTIVO E DÁ AOS DEPUTADOS FUNÇÃO DE FISCALIZAR AGÊNCIAS REGULADORAS

Agora, o texto será analisado por comissão especial antes de ir à votação no plenário da Casa
Por Luísa Marzullo — Brasília



CCj da Câmara — Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, por 33 votos a 13, a Proposta de Emenda à Constituição que retira do Executivo e transfere aos deputados a prerrogativa de fiscalizar as agências reguladoras. O texto, de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), ainda precisa passar por uma comissão especial antes de seguir ao plenário.

Hoje, o controle sobre agências como Anatel, Aneel, ANS e ANP cabe aos ministérios aos quais estão vinculadas, além de órgãos como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF). A proposta aprovada acrescenta à Constituição a previsão de que a Câmara terá “competência privativa” para “acompanhar e fiscalizar, por meio de suas comissões, as atividades e atos normativos das agências reguladoras”.

Danilo Forte argumenta que a medida busca “fortalecer a soberania popular e reequilibrar os poderes”. Segundo ele, as agências “acabaram se transformando em entes com funções quase absolutas — legislam, executam e julgam sem a devida fiscalização política”. Para o deputado, a Câmara, por reunir representantes eleitos, deve exercer um acompanhamento permanente das decisões que afetam consumidores e empresas.

— O Congresso precisa retomar a capacidade de interpretar o interesse público. As agências se distanciaram da sociedade e se aproximaram dos setores que deveriam regular — afirmou Forte.

A proposta, no entanto, dividiu o colegiado. Parlamentares da base do governo alegaram que a mudança fere a autonomia do Executivo e cria sobreposição de funções.

— Embora reconheça os bons propósitos do autor, a PEC é inconstitucional e contraria o equilíbrio entre os poderes — disse o deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE).

Além da disputa jurídica, a iniciativa também tem pano de fundo político. Ao reivindicar o poder de fiscalizar as agências, a Câmara tenta ampliar sua influência sobre um campo hoje dominado pelo Executivo e pelo Senado — responsável por sabatar e aprovar os dirigentes desses órgãos.

O movimento reforça o esforço da Casa de projetar o Legislativo como protagonista em temas de regulação econômica e políticas públicas que movimentam grandes interesses.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/10/2025

PETROBRAS VENCE LEILÃO DE TERMINAL NO PORTO DO RIO COM LANCE DE OUTORGA DE R\$ 104 MILHÕES

Valor mínimo era de R\$ 1 e certame aconteceu na B3 nesta quarta. À tarde, será leiloado canal do Porto de Paranaguá

Por João Sorima Neto — São Paulo



Petrobras venceu leilão de terminal no Porto do Rio com lance de R\$ 104 milhões — Foto: Portos do Rio

A Petrobras venceu o leilão de concessão do terminal RDJ07, no Porto do Rio de Janeiro, com lance de R\$ 104 milhões de outorga. O lance mínimo era de R\$ 1,00. O terminal no Porto do Rio faz parte do segundo bloco da carteira de ativos portuários de 2025 que o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários

(Antaq) estão leiloando. O certame aconteceu na B3, em São Paulo.

O terminal RDJ07 será voltado à movimentação de cargas de apoio logístico offshore, destinadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, com investimentos estimados em R\$ 99,4 milhões. O prazo da concessão é de 25 anos.

— O Porto do Rio é extremamente importante para a Petrobras e foi decisivo na construção do Pré-Sal, por sua localização geográfica privilegiada, próximo a grandes corredores rodoviários e importantes polos industriais — disse Fernando Vidal, gerente geral de logística Portuária da Petrobras.

Com seu lance, a Petrobras derrotou o consórcio Sul Real GMBL 2025A, que deu lance mínimo de R\$ 1 milhão. A disputa foi levada ao viva-voz, mas diante da diferença de propostas de outorga, a Sul Real não deu novos lances.

Também foi leiloado o Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) de Maceió, localizado no Porto Organizado de Maceió. Venceu o consórcio Britto Macelog III com lance de outorga de R\$ 50 mil. O grupo é de Maceió e não teve concorrentes.

O Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) de Maceió é utilizado para movimentação de passageiros e prevê investimentos de R\$ 3,75 milhões para modernização.

Esta etapa de leilões inclui também a concessão do acesso Aquaviário do Porto de Paranaguá (Paraná). Os investimentos nos três terminais estão estimados em mais de R\$ 1,22 bilhão. O leilão de Paranaguá também acontece hoje às 14h, na B3.

Leilão inédito de canal de acesso em Paranaguá

O Aquaviário do Porto de Paranaguá é o primeiro canal de acesso de um porto a ser leiloado no país. O projeto prevê investimentos de R\$ 1,2 bilhão ao longo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação contratual por até 70 anos.

O vencedor terá que fazer melhorias como aumentar o calado do porto (a partir do quinto ano da concessão) para 15,5 metros. Atualmente o acesso aquaviário tem 13,3 metros.

— Estamos inaugurando um novo formato de concessão, possibilitando maior eficiência do porto e aumento na movimentação de cargas — disse o ministro Silvano Costa Filho, de Portos e Aeroportos.

Ele afirmou que o leilão servirá de modelo para futuras concessões já previstas para os portos de Santos (SP), Itajaí (SC), Salvador (BA) e Rio Grande (RS).

Com o leilão, avalia o ministério, Paranaguá se torna mais atrativo para a movimentação de contêineres e para operações do agronegócio, especialmente quando estiverem em operação os três terminais leiloados em abril deste ano, destinados a granel sólido vegetal. Os investimentos devem dobrar a capacidade do escoamento da safra agrícola, além de abrir oportunidades para exportação de mais 20 milhões de toneladas por ano.

Hoje, o Porto recebe 2.600 navios por ano, com destaque para graneis sólidos, como soja e proteína animal. A concessão trará maior eficiência à operação já que cada centímetro a mais no calado do canal de acesso corresponde a um aumento de 60 toneladas de carga no porão do navio.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/10/2025

‘ANÚNCIO DEPLORÁVEL NO PIOR MOMENTO’: JORNAIS ESTRANGEIROS REPERCUTEM AVAL PARA PESQUISAR PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

Imprensa britânica diz que anúncio contrasta com as ambições do Brasil de liderar a transição energética, em meio aos preparativos para a COP30



Praia na Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte — Foto: Reprodução/Google Maps

Dois dias depois de anunciado o aval do Ibama para exploração da Bacia da Foz do Amazonas pela Petrobras, na região da Margem Equatorial, a mídia estrangeira continua a repercutir o anúncio, ressaltando que a liberação para exploração de combustíveis fósseis

no país contrasta com o discurso de que o Brasil quer ser líder global na defesa do meio ambiente e na transição energética.

O jornal francês Le Monde foi um dos mais críticos. Destacou em título que “a menos de um mês da COP30, o Brasil vai explorar petróleo no mar nas proximidades da Guiana”. A reportagem afirma que “não se poderia imaginar anúncio mais deplorável em um momento pior”. E acrescenta que se trata de uma notícia catastrófica em termos de imagem para o presidente de esquerda Luiz Inácio Lula da Silva”, que pretendia se apresentar na COP30 como um líder da causa ambiental.

Na França, a prospecção de petróleo foi proibida em 2017, o que inclui os territórios ultramarinos, como a Guiné Francesa. Mas, no Suriname, onde também há a expectativa de reservas de petróleo expressivas na área contígua à Margem Equatorial brasileira, a francesa Total é uma das empresas a atuar na exploração do recurso natural.

O britânico Guardian afirmou logo após o anúncio da Petrobras, na segunda-feira, que a autorização para perfurar o primeiro poço na Bacia da Foz do Amazonas faria uma “sombra sobre as ambições verdes brasileiras no momento em que o país se prepara para a COP30”, em novembro.

Na reportagem intitulada "Brasil aprova perfuração de petróleo na Amazônia enquanto ambientalistas soam o alarme", o jornal diz que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "tem sido criticado por ambientalistas que argumentam que seus planos de expansão do petróleo entram em conflito com sua imagem de líder global na luta contra as mudanças climáticas".

Ao noticiar o aval do Ibama, o site da britânica BBC lembrou que a Agência Internacional de Energia já afirmou que nenhum novo projeto de petróleo deve ser aprovado para que a meta de zerar as emissões de gases do efeito estufa seja alcançada até 2050.

Frisou ainda que muitos ambientalistas levantaram preocupações sobre os planos da Petrobras, incluindo o medo de que possíveis vazamentos de petróleo poderiam causar danos à biodiversidade da Amazônia, que abriga cerca de 10% das espécies conhecidas do mundo.

O americano Washington Post, por sua vez, destacou que a autorização para a exploração petrolífera ocorria a poucas semanas da COP30, na qual "serão discutidos esforços para reduzir o uso dos combustíveis fósseis".

A licença concedida pelo Ibama para a Petrobras é para perfuração do primeiro poço na Bacia da Foz do Amazonas, que fica a 175km da costa do Amapá. Não haverá produção de petróleo imediatamente. A intenção é justamente pesquisar a área para saber se há reservas do óleo.

A bacia fica na região da Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte., e está próxima ao litoral da Guiana, onde foram descobertas reservas de bilhões de petróleo e gás.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/10/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PRÓXIMO PRESIDENTE DO BRASIL CORRE RISCO DE 'BATER EM MURO' FISCAL, DIZ ECONOMISTA DO JP MORGAN

O grande risco é o brasileiro perder a confiança de que o governo será capaz de honrar sua dívida; se isso ocorrer, abre-se a porta para a fuga de investimentos do País, prevê Cassiana Fernandez

Por Aline Bronzati (Broadcast)

Entrevista com



Cassiana Fernandez - Chefe de Pesquisa Econômica para a América Latina e economista-chefe para Brasil no JP Morgan

WASHINGTON - O Brasil chegou ao limite de gastos e não tem espaço para promover nova expansão fiscal no ano que vem, quando ocorre a corrida ao Planalto, alerta a chefe de Pesquisa Econômica para a América Latina e economista-chefe para Brasil no JP Morgan, Cassiana Fernandez. O grande risco é o brasileiro perder a confiança de que o governo será capaz de honrar sua dívida; se isso ocorrer, abre-se a porta para a fuga de investimentos do País.

"Sabemos que caminhamos para o muro. Vamos esperar bater nele ou mudar a rota antes?", questiona Fernandez, em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast, às margens das reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizadas em Washington, nos Estados Unidos, na semana passada.

De acordo com a economista, os ativos de maior potencial de valorização nos próximos meses, na visão dos investidores, são o ouro e as ações de companhias americanas. Há menos preocupação com uma eventual bolha causada pela euforia com a inteligência artificial (IA), mas, diante da demanda crescente por ouro e do potencial de valorização à frente, é difícil imaginar que os investidores estejam “tão otimistas”. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como está o sentimento do investidor na atual conjuntura global?

No evento de abril, logo após o Liberation Day (2 de abril, data do anúncio das tarifas recíprocas para produtos importados pelos EUA anunciadas por Trump), havia maior preocupação com os impactos das tarifas. Desde então, houve uma mudança, e os investidores estão menos receosos por causa dos acordos fechados e do risco de recessão global. A apreensão voltou um pouco, principalmente agora, em razão de Estados Unidos e China, e um grande tema é como a Suprema Corte vai se posicionar, além da reação dos EUA. Na margem, os investidores estão mais preocupados porque a inflação continua alta, principalmente nos Estados Unidos e em outros países. De modo geral, os bancos centrais têm sido mais cautelosos na América Latina.

E quanto à inteligência artificial (IA)?

A percepção é de que a IA provocará uma mudança estrutural muito relevante, mas a verdade é que ninguém consegue quantificar o tamanho do impacto nem quando começará a ser sentido. Há grande demanda de investimento por parte do setor privado, e sabemos que isso também gerará forte demanda por energia. Assim, começamos a discutir quem serão os ganhadores e os perdedores nessa nova dinâmica.



'O melhor ajuste seria aquele que desse condições para o Brasil crescer de forma acelerada e sustentável', diz Cassiana Fernandez Foto: Cbelli/Divulgação

Há temor de uma bolha na IA? Têm crescido alertas quanto aos elevados valuations dos ativos nos EUA...

Investidores estão muito menos preocupados com a bolha, e o viés geral ainda é muito construtivo em relação aos impactos da inteligência artificial. A dúvida é como a tecnologia afetará produtividade, variáveis

macroeconômicas, inflação e consumo de energia. Questionados sobre quais ativos têm maior chance de valorização nos próximos meses, os investidores apontam ouro e ações americanas.

Mas a própria demanda pelo ouro aciona o botão de alerta...

Se a principal aposta do mercado é ouro, é difícil imaginar que também os investidores estão tão otimistas assim, porque é um ativo conservador. A oferta limitada reforça a percepção de risco, mais do que um medo exagerado da inflação. Jamie Dimon avalia que o metal pode chegar a US\$ 5 mil ou até US\$ 10 mil, o que indica que ainda há espaço para valorização.

Qual é a visão dos investidores com os EUA e as políticas de Donald Trump?

Temos feito revisões consistentes para cima na projeção de crescimento dos EUA. Há a percepção de que o ritmo está mais forte e resiliente, e o balanço do setor privado, em média, ainda não preocupa. Os investidores estão mais preocupados com o risco de uma reaceleração da atividade econômica gerar pressão inflacionária do que com uma desaceleração mais rápida. Outra mudança ocorreu na percepção dos investidores em relação à Europa. Nas reuniões de abril, o otimismo era bem maior após o anúncio de expansão fiscal. Agora, eles se mostram um pouco mais céticos diante de questões como o potencial de gasto e as implicações para o crescimento, além de problemas estruturais, como a regulação. Hoje, a visão é muito construtiva para os EUA e menos construtiva para a Europa.

Mas e a preocupação em relação ao efeito das tarifas na inflação?

A preocupação agora é descobrir qual será o novo equilíbrio. Onde essa questão das tarifas vai parar? Qual será a média? Esperamos que a tarifa média de importação dos EUA termine o mandato (de Trump) perto de 20% ante 1,4% em 2017, e 2,3% em 2024, impacto que ainda deve aparecer nos preços. Falta, porém, convicção sobre como isso se dará, sobretudo pelas restrições internas dos EUA e pela decisão da Suprema Corte sobre a adoção de tarifa homogênea. O governo Trump já afirmou que não abrirá mão da receita gerada; por isso, pode ter de encontrar outras formas de taxar. Discute-se muito a tarifa setorial, que tende a provocar distorções maiores e aumenta a incerteza quanto ao impacto geral na economia. Hoje, a preocupação é mais com a incerteza do que com a direção.

Qual a visão sobre o dólar?

Ainda há consenso de que o dólar continuará enfraquecendo e que, em cerca de dois meses, deverá estar mais barato em relação a outras moedas. A percepção, porém, é de que a tendência será agora mais lenta. A força da desvalorização da moeda americana tende a diminuir. Ninguém espera uma apreciação, mas o grosso da queda já aconteceu. Isso traz implicações importantes.

Por quê?

Porque para países emergentes que se beneficiaram com moedas mais apreciadas e, portanto, uma desinflação mais rápida, isso também já tem um limite maior. Os investidores ainda têm muito apetite para investir em países emergentes, mas quando perguntamos aos investidores os ativos de maior potencial de valorização nos próximos meses, nem mercado local, nem dívida externa de países emergentes figurou entre os dois primeiros. Foi ouro e ação americana.

“Mesmo que haja a vontade para gastar mais em um ano eleitoral, não existe espaço”

O FMI publicou um estudo que diz que os países emergentes são beneficiados por boas políticas, mas uma dose de sorte. Qual sua visão sobre o Brasil?

É uma combinação de sorte e boas políticas. Não podemos diminuir a importância da postura conservadora do Banco Central (BC) para a performance da moeda brasileira. Se o BC não tivesse acelerado o ciclo de alta de juros desde o fim do ano passado, e mantido agora um discurso coerente e conservador, provavelmente não teríamos visto um movimento tão forte do real. Cerca de 65% desse resultado foi reflexo do movimento global, e 35%, idiossincrático ao Brasil.

E quanto ao fiscal? O FMI suavizou suas projeções para o Brasil. Por que o estrangeiro tem uma visão menos crítica em relação às contas públicas no País?

O investidor doméstico olha o Brasil de dentro, pensando no filme. O estrangeiro olha mais a fotografia e a comparação com outros países, sendo que vários tiveram uma deterioração da política fiscal. Mesmo dentro da América Latina, em países como México e Colômbia, exceto a Argentina, houve uma tendência de piora na política fiscal e na dinâmica da dívida. O próprio Estados Unidos, com a preocupação das implicações do 'Big Beautiful Bill' à trajetória da dívida americana.

No Brasil, economistas alertam para o risco de uma crise fiscal, o debate da dominância fiscal vira e mexe aparece. O que esperar de um ano eleitoral à frente?

A minha visão é até o contrário. O Brasil já chegou ao limite do que conseguiria fazer em relação à expansão fiscal. Por isso, mesmo que haja a vontade para gastar mais em um ano eleitoral, não existe espaço. Os financiadores da dívida pública, que 90% estão dentro do Brasil, têm uma preocupação muito grande e não estão dispostos a aceitar deterioração adicional e, principalmente, mudanças de regras. O que aconteceu no fim do ano passado (no lançamento do pacote fiscal) foi uma lição importante. O grande risco do Brasil hoje é o brasileiro perder a confiança de que o governo vai ser capaz de honrar sua dívida. Porque se isso acontece, naturalmente, corremos o risco de uma saída de recursos do País.

Esse risco aumenta a depender do resultado das eleições?

Vai depender das políticas econômicas propostas na eleição, e o mercado reagirá a elas. Faltam 12 meses para o pleito; ainda não sabemos quem serão os candidatos. Os detentores de títulos da dívida pública devem examinar com cuidado o programa de cada um. É inevitável que o próximo

governo promova um ajuste fiscal significativo para estabilizar a dívida. O Brasil não pode continuar financiando um déficit nominal de 9% do Produto Interno Bruto (PIB), estimado para este ano, com uma dívida já perto de 80% do PIB. Quem vencer a eleição terá de realizar o ajuste. Se o governo tiver credibilidade, o custo será menor. Sabemos que caminhamos para o muro. Vamos esperar bater nele ou mudar a rota antes?

A polarização dificulta o ajuste fiscal?

Mesmo com a disposição do governo e da equipe econômica, há dificuldades: todo ajuste fiscal necessário ao Brasil precisa passar pelo Congresso e depende de reformas estruturais. Algumas propostas, portanto, podem ser diluídas. O melhor ajuste seria aquele que desse condições para o Brasil crescer de forma acelerada e sustentável.

“Há preocupação quando olhamos o balanço das empresas no Brasil, que já estão em uma situação bem pior do que no início do ano”

Nas suas viagens de Nova York a Londres, passando por Washington, qual é a principal preocupação do investidor estrangeiro com o Brasil?

A preocupação é com a dinâmica da dívida pública, um medo recorrente. Apesar do desempenho positivo dos últimos três anos, percebe-se que nosso potencial segue baixo ante outras economias emergentes, o que gera inquietação. A piora do déficit em contas correntes tem aparecido com mais força no radar dos investidores, assim como a questão geopolítica, sobretudo sobre como o Brasil reagirá a tarifas maiores. A dinâmica da inflação no País também causa preocupação, num momento em que chama atenção o conservadorismo do Banco Central, dado o nível da taxa de juros, embora ainda haja desvio grande em relação ao centro da meta de inflação.

O que chamou atenção na comunicação dos diretores do BC durante as reuniões do FMI?

Eles foram muito consistentes com as comunicações oficiais, com a mensagem de que ainda não encontram condições para suavizar o aperto monetário, reforçando a ideia de estabilidade na taxa de juros para mais tempo. Existe um reconhecimento de que a atividade econômica começa a desacelerar, mas, na visão do Banco Central, isso ainda não é suficiente para aliviar as pressões inflacionárias.

O alerta para o risco de crédito privado com recentes casos nos EUA, no Brasil e no mundo também foi destaque nesses encontros. O próprio presidente do JP Morgan, Jamie Dimon, disse que onde há uma barata, há mais. Esse tema preocupa o investidor?

O investidor se preocupa muito mais com o que não conhece e sobre o qual não dispõe de dados e estatísticas. No caso do Brasil — porque, no dos Estados Unidos, não consigo agregar mais valor do que Jamie Dimon —, o nível da taxa de juros segue muito alto. O objetivo de mantê-la em patamar tão restritivo é justamente desaquecer a economia e reduzir as pressões inflacionárias, mas é preciso acompanhar a dosagem do remédio.

O que os balanços corporativos nos dizem?

Há preocupação quando olhamos o balanço das empresas no Brasil, que já estão em uma situação bem pior do que no início do ano. As margens já começam a sofrer mais, e empresas mais alavancadas já enfrentam dificuldades como vimos vários exemplos. Esse é um risco para a economia brasileira, sobretudo em 2026. Se houver um processo eleitoral e um cenário externo que gerem grande volatilidade no mercado, algumas empresas terão mais dificuldade para financiar seus balanços em 2026.

Brasil e EUA têm aprofundado as relações nas últimas semanas. Negociações comerciais são mais promissoras?

O impacto das tarifas sobre a atividade brasileira é pequeno. Minha maior preocupação, quando elas foram anunciadas, era o risco de retaliação do Brasil, que poderia ser muito mais prejudicial ao País. O governo foi pragmático ao não retaliar. Desde o encontro de Lula com Trump durante os eventos da Organização das Nações Unidas (ONU), percebe-se uma desescalada das tensões e alguma iniciativa para retomar o diálogo. Mas ainda estamos em estágio inicial, sem fatos concretos. É algo, sem dúvida, que exige atenção e preocupa.

No último FMI, os argentinos estavam em festa. Qual a percepção hoje, com as eleições de meio mandato batendo à porta?

Existe um grande otimismo em relação à política econômica. Historicamente, é difícil identificar um país que tenha feito um ajuste fiscal e tenha feito um ajuste fiscal tão rápido e mantido esse comprometimento. Mas é fundamental para o governo argentino e para a sobrevivência perseverar tanto em relação à política fiscal, mas também conseguir se mover na direção de reformas estruturais que atraiam o investimento privado. Essa é a grande preocupação de hoje, considerando as eleições desta semana. Se o governo de Javier Milei conseguir assegurar pelo menos controle de um terço do Congresso que evite que os decretos, os vetos presidenciais sejam derrubados, isso daria mais fôlego para continuar perseverando na política de ajuste fiscal.

E em caso negativo?

Vai ser muito mais custoso porque o Congresso pode dificultar o trabalho do governo. O apoio dos Estados Unidos foi fundamental porque a Argentina estava em uma espiral negativa principalmente depois da eleição da província de Buenos Aires em que os investidores começaram a temer a capacidade do governo continuar implementando as políticas que foram anunciadas e entregar os acordos que tinha feito com FMI e outras instituições e atrair investimento privado. É a primeira vez que ocorre uma intervenção direta do Tesouro americano comprando moeda de um país na América Latina, pelo menos nos últimos 30 anos. Mas, agora, está nas mãos dos argentinos.

O que a Argentina precisa fazer para solucionar de vez seus dilemas?

A solução da Argentina passa pela necessidade de atrair o investimento direto de fora. O país precisa atrair dólares para honrar seu endividamento externo. A médio e longo prazo, vai depender da capacidade da Argentina de atrair investidores para aumentar o PIB, o investimento de longo prazo

E a ameaça do Trump de condicionar a ajuda ao resultado das eleições?

A definição de um bom resultado nessas eleições primárias é relativa. É muito difícil o governo ter mais do que 50% do Congresso ou menos de um terço. Isso sim seria visto como uma derrota. Qualquer resultado no meio desses dois pontos vai depender muito da capacidade do Milei de conseguir construir alianças para frente.

Os países da América Latina vão enfrentar eleições nos próximos meses. O estrangeiro tem algum candidato preferido na região?

Por conta da dinâmica eleitoral, investidores estão mais cautelosos com a América Latina do que no ano passado. Eles estão em compasso de espera para saber qual o resultado das eleições. No geral, os investidores têm uma visão mais construtiva para México, talvez, menos de antes de mudar as regras do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA, na sigla em inglês), mas ainda tem muita oportunidade. Um ponto de atenção é que a renegociação do USMCA começa oficialmente em julho do ano que vem. Na Argentina, o otimismo é mais cauteloso. Já o Brasil se destaca pelo nível da taxa de juros, mas o discurso de polarização e a percepção de uma eleição binária afugentam um pouco o investidor.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/10/2025

PETROBRAS E EQUINOR SE DESTACAM EM LEILÃO DO PRÉ-SAL, CONSIDERADO UM SUCESSO APÓS VENDA DE 5 BLOCOS

Quatorze empresas, brasileiras e estrangeiras, disputaram os reservatórios da região mais cobiçada do País

Por Denise Luna (Broadcast) e Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - O terceiro leilão de áreas do pré-sal da Oferta Permanente da União foi considerado um sucesso pelos participantes e autoridades presentes, ao vender cinco dos sete blocos ofertados e obter ágios expressivos, com média de 91,2%. Destaque para Petrobras e Equinor, que arremataram

dois blocos cada. O resultado foi avaliado como indicativo positivo para o leilão de áreas não contratadas do pré-sal, previsto para 4 de dezembro, quando o governo pretende arrecadar R\$ 10,2 bilhões.

“Esperamos, depois do leilão de hoje (quarta-feira, 22), que tenha competição no do dia 4 de dezembro, e que esse preço mínimo suba bastante”, disse o presidente da Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal responsável por administrar os contratos de Partilha de Produção da União, Luis Fernando Paroli.

Quatorze empresas, brasileiras e estrangeiras, disputaram os reservatórios da região mais cobiçada do País. A Petrobras exerceu direito de preferência apenas no bloco Jaspe, que acabou ficando com a estatal.



Petrobras exerceu direito de preferência apenas no bloco Jaspe, que acabou ficando com a estatal
Foto: Flávio Emanuel/Agência Petrobras

Ao todo, no leilão desta quarta, foram arrecadados R\$ 103,7 milhões em bônus de assinatura, com investimentos previstos de R\$ 451 milhões. O maior ágio, de 251,63%, foi registrado no bloco Citrino, disputado entre Petrobras e Prio, cujo excedente em óleo destinado à União — critério decisório para a vitória no certame — atingiu 31,19%. Outra disputa ocorreu apenas no bloco Jaspe: ágio de 96,47% e excedente em óleo de 32,85%. Um consórcio formado por Petrobras e Equinor venceu o de Chevron, em parceria com o Qatar. No fim, Petrobras e Equinor foram as maiores vencedoras do dia.

“Um leilão de natureza exploratória, onde cinco de sete blocos são arrematados, com ágio médio de 91,2% e investimentos mínimos de meio bilhão de reais, a gente só pode dizer que é um sucesso”, disse ao final da oferta o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt, responsável pela realização do leilão. “Além das duas licitantes que tiveram o maior sucesso, Petrobras e Equinor, cada uma arrematando dois blocos, sendo um deles em conjunto, destaco as duas novas entrantes, empresas de atuação global, no regime de partilha, Karoon e a Sinopec”, acrescentou Watt.

Também a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos, disse estar satisfeita com o resultado. “Compramos os blocos com maior potencial”, afirmou ao deixar o auditório após o fim da disputa.

O primeiro bloco ofertado, Esmeralda, foi arrematado sem concorrência pela australiana Karoon, que ofereceu participação de 14,10% — contra o mínimo de 10,54% — para a União no lucro em óleo que será obtido caso se confirme a comercialidade do ativo. A China predominou na segunda oferta, do bloco Ametista, com consórcio entre CNOOC (70%) e Sinopec (30%). As duas empresas ofereceram fatia de 9% para a União, ante os 6,41% mínimos pedidos.

O bloco Itaimbezinho ficou com a Equinor, com participação de 6,95% para a União, pouco acima dos 6,67% mínimos exigidos. Já os blocos Larimar e Ônix não receberam oferta, apesar de terem despertado manifestação de interesse das companhias para disputar.

Para a diretora da ANP, Symone Araújo, no próximo ciclo de venda de áreas do pré-sal da Oferta Permanente — o 4º sob o regime de partilha — a previsão é ofertar 18 blocos. A expectativa é de que a leilão ocorra em 2026.

“Teremos a discussão sobre 16 novos blocos em seminário que será realizado ainda na próxima segunda-feira. Já temos a confirmação do Mogno, que vai ser o primeiro bloco no pré-sal além das 200 milhas náuticas. E um segundo bloco, que também já tem manifestação conjunta”, disse a

diretora da ANP. Outros dois blocos já foram aprovados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/10/2025

CADE DETERMINA QUE CSN PAGUE MULTA DE MAIS DE R\$ 128 MILHÕES NO CASO DAS AÇÕES DA USIMINAS

Justiça de Minas Gerais determinou ao Cade a eliminação das pendências do caso em que CSN teve de vender ações compradas da Usiminas; montante será restituído aos cofres públicos

Por Flávia Said (Broadcast)

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou na sessão desta quarta-feira, 22, a aplicação de multa à CSN, no valor de R\$ 128.072.893,45. A resolução atende à decisão da Justiça de Minas Gerais, que determinou ao Cade a eliminação das pendências do caso em que a CSN teve de vender ações compradas da Usiminas.

O principal ponto da decisão judicial era justamente que a autarquia deveria apresentar apuração, quantificação e aplicação da multa contratual devida pela CSN. O valor de R\$ 128,1 milhões foi atualizado pela Selic desde 1º de agosto de 2024 até a presente data. O montante será restituído aos cofres públicos.

A história teve início em 2014, quando o Cade deu à CSN um prazo de cinco anos para vender as ações compradas da Usiminas que excederem a fatia permitida de 5% do capital da empresa. Em 2019, quando o prazo venceria, a instituição retirou esse limite de tempo para a venda.

Foi nesse momento em que a Usiminas entrou com processo na Justiça mineira, que determinou ainda em 2023 que a CSN vendesse as ações que ultrapassavam a fatia de 5% na concorrente em até um ano, prazo que venceu em 10 de julho de 2024.

Em 2023, Justiça determinou que CSN vendesse ações da Usiminas em até um ano; CSN só anunciou a venda dessas ações em 2025 Foto: Marcos Arcoverde/Estadão



Visto que a CSN só anunciou a venda dessas ações em 2025, a desembargadora federal Mônica Sifuentes, do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, determinou que na reunião de 22 de outubro, entre outras coisas, o Cade apresentasse a aplicação da multa cabível à CSN pelo descumprimento do prazo.

Desde agosto, o Cade encaminhou a apuração da multa à área técnica responsável, que teria cinco dias para fazer os cálculos. No entanto, a área não encaminhou a medida sob o argumento de que as ações haviam sido vendidas em 2025. O entendimento foi de não estava configurada “qualquer hipótese de inadimplemento perante o Cade que ensejasse aplicação de multa ou adoção de medidas coercitivas adicionais”.

A desembargadora intimou pessoalmente o presidente do órgão antitruste, Gustavo Augusto Freitas de Lima, para que fosse apresentada na sessão desta quarta-feira Nota Técnica Conclusiva, deliberação plenária e organização da documentação comprobatória do caso.

O relator, Victor Fernandes, destacou que a autarquia estava apenas cumprindo a decisão, pois o não cumprimento das determinações poderia ensejar a responsabilização dos conselheiros. “Trata-se aqui de um verdadeiro decreto judicial”, sustentou. Ele ainda disse que a situação é inédita. Ele apresentou voto conjunto com os conselheiros Diogo Thomson, Camila Cabral e José Levi.

O conselheiro-relator também disse que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) são “cortes que poderão se debruçar sobre a matéria e, eu diria, muito provavelmente terão encontro marcado com esse assunto, se assim forem provocados”. Ou seja, ele entendeu que a decisão do TRF-6 poderá ser revista. Ainda assim, Fernandes ressaltou que cabia a ele e aos colegas “simplesmente o cumprimento da decisão”.

O presidente do Cade, Gustavo Augusto Freitas de Lima, e o conselheiro Carlos Jacques votaram pela não aplicação da multa administrativa, por entenderem que ela não seria cabível. Eles defendiam o cumprimento da decisão, ressaltando seu entendimento divergente em relação ao TRF-6.

O processo estava sob acesso restrito no Cade, que foi retirado pelo presidente ao proclamar o resultado.

O que disseram as empresas

Em nota enviada ao Estadão/Broadcast no dia 10 de outubro, a Usiminas afirmou que o Cade já decidiu que a compra de ações da Usiminas ocorreu de forma ilegal e contrária à legislação brasileira.

“A CSN somente vendeu as ações por causa de ordem judicial após mais de 11 anos. Nesse contexto, a aplicação da multa prevista em lei é consequência lógica após o descumprimento pela CSN do acordo firmado com o CADE. A Usiminas esclarece que os recursos provenientes da referida multa serão destinados aos cofres públicos”, destacou.

Procurada também naquela data, a CSN não se manifestou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/10/2025

PRIVATIZADA EM 2022, A ELETROBRAS ANUNCIA QUE MUDARÁ O NOME PARA AXIA ENERGIA

Companhia informou que ‘a alteração de marca não implica qualquer mudança nos compromissos contratuais, empresariais ou regulatórios’

Por Wilian Miron (Broadcast)



de Janeiro. Foto: Fabio Motta/Estadão

Privatizada em 2022, a Eletrobras anunciou que mudará de nome para Axia Energia, e que a partir de 10 de novembro passará a ser negociada na B3 e na Nyse sob novos tickers (códigos).

A nova identidade, segundo a empresa, representa sua visão de futuro de uma companhia orientada por disciplina financeira, excelência operacional e geração de valor. Com isso, ela consolida o processo de transformação após tornar-se privada.

Fachada de prédio da Eletrobrás no centro do Rio

O novo nome vem do grego e significa “valor”, mas também remete à ideia de “eixo” ou aquilo que conecta, sustenta e gera movimento.

Em comunicado, a companhia informou que “a alteração de marca não implica qualquer mudança nos compromissos contratuais, empresariais ou regulatórios”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/10/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

ASSOCIAÇÃO DE AEROPORTOS PEDE QUE CONGRESSO ADIE DEBATES SOBRE TARIFA SEM BAGAGEM DE MÃO

Nesta quarta-feira (22), a Câmara aprovou o regime de urgência do PL 5.041/2025; a expectativa é de que a votação pelo plenário ad Casa ocorra na semana que vem

Por Cristian Favaro, Valor — São Paulo



Compartimento para medir tamanho de bagagem de mão no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo — Foto: Rovená Rosa/Agência Brasil

A Aeroportos do Brasil (ABR), associação que reúne operadoras de terminais, pediu que o Congresso adie os debates sobre o projeto de lei que pretende proibir a comercialização de bilhetes no Brasil sem a franquia de bagagem de mão.

Nesta quarta-feira (22), a Câmara aprovou o regime de urgência do PL 5.041/2025, com o projeto ganhando assim uma tramitação mais acelerada na casa. A expectativa é de que a votação pelo plenário ocorra na semana que vem.

Já a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, também nesta quarta-feira, um projeto de lei que impede a cobrança. A decisão não precisará passar pelo plenário do Senado e segue direto para a análise dos deputados, conforme mostrou o Valor.

“O Projeto de Lei (PL) nº 5.041/2025, que obriga a gratuidade da bagagem de mão e item pessoal, parece uma ‘proteção ao consumidor’. Mas não se enganem: essa é uma bomba-relógio que ameaça a concorrência e o futuro do transporte aéreo no Brasil. É necessário adiar a deliberação para análise aprofundada do tema”, disse a ABR.

Segundo a associação, a eventual aprovação do texto representaria a “morte do modelo low cost” (como são chamadas as aéreas de baixo custo) e o fim da concorrência. Segundo a ABR, o texto levaria o Brasil a ser um mercado fechado a novos investidores e entrantes.

“Precisamos de uma análise técnica aprofundada, mensurando os impactos reais com participação dos principais atores envolvidos, tais como Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), Anac e as empresas aéreas e aeroportuárias”, disse a ABR.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

CONSÓRCIO DA BELGA DEME SUPERA CHINESES E CONQUISTA CONCESSÃO PIONEIRA DO CANAL DE PARANAGUÁ

Concessão prevê R\$ 1,2 bi de investimentos e tem prazo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação até 70 anos; grupo ofereceu desconto de 12,63% sobre a tarifa cobrada dos terminais

Por Taís Hirata e Michael Esquer, Valor — São Paulo



Porto de Paranaguá: projeto é um dos mais aguardados pelo setor portuário, por ser pioneiro — Foto: Divulgação

O Consórcio Canal Galheta Dragagem, formado pela belga Deme e pela FTS Participações, venceu o leilão da concessão do canal de acesso do Porto de Paranaguá (PR), realizado na tarde desta quarta-feira (22), na sede da B3, em São Paulo. O grupo ofereceu um desconto de 12,63% sobre a tarifa cobrada dos terminais do porto — o deságio máximo permitido pelo edital. Adicionalmente, a empresa propôs o pagamento

de uma outorga de R\$ 276 milhões.

O grupo venceu após uma longa disputa por lances em viva-voz contra a chinesa CHEC Dredging, da CCCC (China Communications Construction Company), que terminou com uma oferta de também 12,63% de desconto sobre a tarifa e uma outorga de R\$ 275 milhões.

A DTA Engenharia também se classificou para a fase de viva-voz, mas manteve sua proposta inicial, de um desconto de 1,29% sobre a tarifa. Além deles, a belga Jan de Nul também participou do leilão, com oferta de 0,34% de deságio, mas ficou de fora da disputa por viva-voz.

Investimentos previstos

Com a vitória, o belga terá que realizar R\$ 1,2 bilhão de investimentos. A principal obra do contrato é o aprofundamento do canal, que passará do atual nível de cerca de 13 metros para 15,5 metros, o que permitirá a passagem de embarcações maiores. A ampliação da profundidade deverá ficar pronta no quinto ano do contrato.

Além disso, o grupo terá de fazer dragagens para manter o calado e operar a navegação no local ao longo do contrato, que tem prazo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação até 70 anos.

Além da outorga inicial proposta no leilão, o vencedor também terá que pagar uma outorga anual de R\$ 86 milhões, além de desembolsos variáveis.

Após a vitória, o presidente da FTS Participações, André Maragliano, disse que o consórcio nasceu “de um encontro de experiência local com excelência global da Deme”.

A empresa, do empresário Valdécio Bombonato, opera há 40 anos em Paranaguá e tem três arrendamentos no Estado. Já o grupo belga é um dos grandes atores de dragagem globais e, com o novo contrato, entra em uma “nova etapa no Brasil”, disse Maragliano, em seu discurso.

Projeto pioneiro

O projeto de Paranaguá é um dos mais aguardados pelo setor portuário, por ser pioneiro. Trata-se da primeira concessão focada no canal aquaviário de um porto, portanto, deverá servir como referência para uma série de outros contratos em estudo, nos portos de Santos (SP), Itajaí (SC), Rio Grande (RS) e terminais da Bahia.

O contrato chegou a ser alvo de quatro pedidos de impugnação por grupos interessados no projeto, entre eles a DTA, que entregou proposta. Porém, os questionamentos foram refutados.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/10/2025

MINISTRO DE LULA DIZ QUE AJUSTE FISCAL DE MILEI NÃO É EXEMPLO E QUE BRASIL VIROU 'BOLA DA VEZ'

Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, afirma que presidente da Argentina 'sacrifica social' com cortes

Por Joelmir Tavares, Valor — São Paulo



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante encontro promovido pelo grupo Prerrogativas, nesta terça-feira (21), em São Paulo — Foto: Lela Beltrão/Divulgação

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, criticou a política do presidente da Argentina, Javier Milei, ao defender o que chamou de "ajuste fiscal sem sacrificar o social" feito pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Costa Filho, que é filiado ao Republicanos, disse ainda ter certeza da reeleição de Lula, por considerar que ele consegue aliar desenvolvimento econômico e social.

"A gente tem procurado no Brasil avançar numa agenda de equilíbrio das contas públicas, mas não um equilíbrio como a gente está vendo na Argentina, fazendo o ajuste fiscal e deixando mais de 15 milhões de argentinos à margem da pobreza e na miserabilidade", disse o ministro nesta terça-feira (21), durante encontro com executivos, advogados e autoridades em São Paulo.

Segundo ele, o Brasil "está fazendo o dever de casa", com ajuste fiscal, equilíbrio das contas públicas e retomada dos investimentos público e privado, "mas tendo um olhar para a população brasileira". Costa Filho ressaltou aspectos como aumento da renda média e afirmou que o projeto de ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil vai injetar R\$ 30 bilhões de reais na economia do país. Além disso, negou existir "preconceito dos governos do PT" com quem produz e gera emprego.

O auxiliar de Lula deu as declarações durante jantar em homenagem a ele promovido pelo Prerrogativas, grupo jurídico com integrantes alinhados ao PT e ao governo, no apartamento do advogado Giuseppe Giamundo Neto. A noite, que reuniu empresários das áreas portuária e aeroportuária, teve falas em defesa das políticas do governo federal para transportes e infraestrutura.

Em discurso no evento, Costa Filho afirmou que Lula 3 ajudou a reposicionar o Brasil na agenda do desenvolvimento internacional. "Hoje, quando a gente conversa com os players e investidores do mercado internacional, o Brasil passou a ser a bola da vez", disse. Segundo o ministro, "o Brasil tem o que o mundo quer", com projetos que têm rentabilidade e dialogam com as pautas da transição energética, da sustentabilidade e da economia criativa.

Pré-candidato ao Senado por Pernambuco, Costa Filho se disse animado para a disputa, mas aventou a possibilidade de continuar no governo se essa for uma decisão de Lula. "O meu projeto é o do presidente Lula em Pernambuco e no Brasil. Estou pronto para qualquer missão que a gente venha construir em 2026", afirmou o ministro, que foi nomeado como cota pessoal do presidente. A eleição para o Senado foi mencionada como uma disputa central para o campo governista no ano que vem.

Financiamento privado de campanhas

Respondendo a uma pergunta de um convidado, Costa Filho se declarou favorável à volta do financiamento privado de campanhas eleitorais, que foi proibido por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2015. Segundo ele, o debate precisa ser feito "urgentemente", desde que preveja regras como limite de valor e critérios de transparência, para que o setor produtivo brasileiro possa "contribuir ainda mais com o processo político e com o fortalecimento da democracia".

Uma sugestão apresentada pelo auxiliar de Lula foi a de congelar o valor do fundo eleitoral e, simultaneamente, voltar a abrir espaço para doações privadas. "A gente precisa ter limites de

financiamento ao fundo eleitoral público, porque no Brasil hoje estamos falando de quase R\$ 5 bilhões [previstos para 2026]. Quem sabe um congelamento do fundo eleitoral? Mas autorizar ao mesmo tempo a liberação da participação do financiamento privado", disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS QUER FAZER LEILÃO DO MEGATERMINAL EM SANTOS, ENTRE 15 E 22 DE DEZEMBRO

Segundo o ministro Costa Filho, contudo, haverá mais clareza sobre o cronograma na próxima semana, quando o ministério deverá se reunir com Antonio Anastasia, ministro do TCU

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Presentear matéria Fila de navios no Porto de Santos — Foto: Alphamar

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), disse, nesta quarta-feira (22), que há um esforço para realizar o leilão do megaterminal de contêineres em Santos, o Tecon 10, entre os dias 15 e 22 de dezembro deste ano.

Porém, ele destacou que haverá mais clareza sobre o cronograma na próxima semana, quando o ministério deverá se reunir com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antônio Anastasia. "Naturalmente temos que respeitar o tempo do TCU", afirmou ele, após o leilão de dois terminais portuários, realizado na sede da B3, em São Paulo.

"Precisamos respeitar [o prazo de] 30 dias úteis da publicação [para o leilão do Tecon 10], mas tão logo recebermos o ok do TCU, vamos rapidamente providenciar a publicação imediata do edital", acrescentou Alex Sandro de Ávila, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

Questionado sobre o impacto das controvérsias em torno das normas de participação da licitação santista, ele disse que a judicialização é uma "possibilidade natural".

"Não vemos controvérsia, vemos opiniões legítimas, vamos respeitar o que vier de recomendação do Tribunal de contas. Avaliamos que a judicialização é um direito de quem tem interesse em apresentar questionamentos, mas não vemos isso como risco, vemos como possibilidade natural e ordinária", afirmou o secretário.

Leilão do terminal de contêineres em Itajaí (SC)

O leilão da concessão definitiva do terminal de contêineres de Itajaí, em Santa Catarina, deverá ser realizado em meados de 2026, segundo o ministro Costa Filho.

"A gente está discutindo internamente, já fez a renovação do contrato transitório, mas no primeiro semestre de 2026, em meados de 2026, em torno do segundo semestre, deverá haver o leilão do contrato definitivo", disse ele.

Hoje, a JBS Terminais é a responsável pelo contrato temporário do terminal de contêineres.

Além disso, o governo planeja estruturar, nos próximos 12 meses, uma proposta para uma autoridade portuária de Santa Catarina, a ser criada até 2026.

A gestão dos portos catarinenses vinha sob responsabilidade da Autoridade Portuária de Santos (APS), mas o ministério decidiu transferir a responsabilidade provisória à Codeba (Companhia das Docas do Estado da Bahia).

“Estamos fazendo a transição. Como Santos tem muitas obras estratégicas, resolvemos pedir que a autoridade gaste energia com o porto de Santos. Como Codeba é de médio porte, pode dar apoio melhor”, afirmou Costa Filho.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

PETROBRAS CONQUISTA TERMINAL PORTUÁRIO RDJ07, NO RIO, COM OFERTA DE R\$ 104 MILHÕES

O governo federal realizou o leilão de dois terminais portuários, no Rio e em Maceió, nesta quarta-feira (22), na sede da B3, em São Paulo

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Porto do Rio de Janeiro — Foto: Divulgação/CDRJ

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/10/22/petrobras-arremata-bloco-citrino-no-pre-sal-da-bacia-de-campos.ghtml>

A Petrobras arrematou a concessão do terminal RDJ07, no Rio de Janeiro, destinada à movimentação de cargas de apoio logístico “offshore”, na exploração de óleo e gás na região. O grupo fez uma oferta de R\$ 104 milhões. O governo federal realizou o leilão de dois terminais portuários, na manhã desta quarta-feira (22), na sede da B3, em São Paulo.

Além da estatal, a Sul Real GMBL também apresentou oferta pelo ativo, com R\$ 1 milhão de outorga. Pela regra do edital, a empresa ainda poderia ampliar sua oferta na etapa de lances por viva-voz, mas decidiu não cobrir o lance da Petrobras.

O contrato, de 25 anos, demandará investimentos de R\$ 99,4 milhões. O terminal já tem uma estrutura existente no local, que deverá receber novos investimentos para a renovação de galpões e armazéns e na compra de equipamentos, como guindastes e empilhadeiras. O projeto tem como foco o apoio a atividades “offshore” de óleo e gás, que estão localizadas em alto mar, por meio do fornecimento de insumos operacionais e de manutenção.

Maceió

Além do terminal no Rio de Janeiro, o governo federal também realizou o leilão do TMP Maceió, destinado à movimentação de passageiros no porto alagoano. O grupo vencedor foi o Consórcio Britto-Macelog II, formado pela Irmãos Britto e pela Macelog.

O grupo, que foi o único interessado, ofereceu uma outorga de R\$ 50 mil pelo contrato, que terá duração de 25 anos.

A previsão de investimentos é de R\$ 3,75 milhões, na estação de passageiros e na área de estacionamento adjacente ao terminal, também inserida no arrendamento.

Próximo leilão

Na parte da tarde, o setor portuário terá o principal leilão do dia, com a concorrência do canal de acesso do Porto de Paranaguá (PR). O contrato prevê R\$ 1,2 bilhão de investimentos e tem prazo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação até 70 anos.

Quatro grupos deverão disputar o contrato, segundo apurou o Valor: a brasileira DTA Engenharia, a belga Jan de Nul, a chinesa CHEC Dredging, da CCCC (China Communications Construction Company), e a Deme.

A concorrência deverá começar a partir de 14h, também na sede da B3.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

MODELO DE LEILÃO DE PARANAGUÁ SERÁ REPETIDO EM MAIS PORTOS DO PAÍS

Segundo ministro, meta do governo é realizar novas disputas para os canais de acesso, incluindo os de Santos, Itajaí e Bahia

Por Marlla Sabino — De Brasília



Ministro Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos): “Essas concessões dão previsibilidade ao setor produtivo” — Foto: Cristiano Mariz/Agência

O Globo O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o modelo do leilão do canal de acesso ao porto de Paranaguá, que será realizado nesta quarta-feira (22), na B3, em São Paulo, será replicado em outros portos do país, incluindo Santos, Itajaí e Bahia. Segundo ele, a meta do governo é realizar os leilões dos três novos canais, que já estão sendo estruturados, entre abril e julho de 2026, com previsão de investimentos superiores a R\$ 8 bilhões.

“Isso dialoga com o planejamento estratégico do setor portuário brasileiro. Independentemente do governo, do ministro ou do presidente da autoridade portuária, essas concessões dão previsibilidade ao setor produtivo”, disse o ministro em entrevista ao Valor.

Costa Filho explicou que a contratação de um agente privado para operação do canal, a exemplo dessa concessão, garante a realização e manutenção da dragagem - processo de retirar areia, lama e sedimentos do fundo de rios, canais e portos para manter a profundidade necessária à passagem de navios. Com isso, ressaltou, há garantias de que não haverá descontinuidade nas operações portuárias para os agentes.

“Gera mais eficiência, permite melhor planejamento e dá mais conforto às empresas que desejam ampliar as operações nos portos. Além disso, proporciona segurança jurídica e operacional para quem quer empreender a médio e longo prazo no setor portuário brasileiro”, afirmou.

Para o ministro, o grande ganho é a possibilidade de expansão das operações de navegação.

A disputa desta quarta é o primeiro projeto de concessão de um canal de acesso no Brasil, o que, segundo Costa Filho, é um marco para o setor portuário. Ele estima que o leilão deve movimentar mais de R\$ 1 bilhão em investimentos e permitir a operação de embarcações maiores no porto, aumentando a produtividade portuária no Estado e no país. “As expectativas são muito positivas.”

Além da concessão do canal de acesso aquaviário aos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, serão ofertados arrendamentos de um terminal de apoio logístico offshore no porto do Rio de Janeiro e de um terminal marítimo de passageiros no porto de Maceió, em Alagoas.

No radar do governo federal para este ano há ainda outra concessão relevante para o setor: do megaterminal de contêineres do porto de Santos, o Tecon Santos 10, que tem sido alvo de intensa disputa e discussões no segmento portuário.

A diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) propôs realizar o certame em duas etapas, com restrições para empresas que já operam na região participarem apenas na segunda fase, caso não haja interessados na primeira. No entanto, há divergências sobre o modelo proposto, o que levou, inclusive, a judicialização do tema.

Apesar do impasse, Costa Filho mantém a previsão do governo de realizar a oferta ainda em 2025, entre 15 e 30 de dezembro. O processo depende da decisão final do Tribunal de Contas da União (TCU), atualmente sob relatoria do ministro Antonio Anastasia.

“Não é o momento de onerar custos para a população brasileira”

— Silvio Costa Filho

“Será o maior leilão do setor portuário brasileiro, no qual vamos dobrar a capacidade de operações do porto de Santos, que é muito importante para o desenvolvimento da agenda portuária do país. Nos manifestamos nesses últimos 15 dias e agora aguardamos a decisão do TCU. Estaremos alinhados à posição da corte, pois queremos que o processo seja o mais transparente possível e construído de maneira coletiva”, disse o ministro.

O cronograma previsto pelo ministro considera uma decisão final do TCU até meados de novembro, o que permitiria cumprir os prazos para publicação do edital antes da rodada.

Outro tema relacionado à pasta comandada por Silvio Costa Filho também tem gerado repercussões em Brasília: a eventual cobrança de bagagem de mão por companhias aéreas. A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem (21) um requerimento de urgência de um projeto de lei que assegura aos passageiros o direito de transportar uma mala de mão e um item pessoal, como bolsa e mochila, sem custos adicionais em voos. Com isso, o texto pode ir direto à análise do plenário.

A medida é uma reação após empresas do setor anunciarem novas modalidades de tarifas que não incluem o transporte gratuito de uma mala, sob argumento de que seria uma saída para competição com grupos internacionais.

“Acho que, nesse momento, não cabe às companhias aéreas aumentarem qualquer tipo de custo para o passageiro, para o público final. Eu já me manifestei apoiando essa posição do Congresso Nacional de discutir o tema para que a gente, efetivamente, possa avançar em outra direção”, disse. “Entendemos que não é o momento de onerar custos para a população brasileira.”

Ainda sobre o tema, o ministro afirmou que não vê a questão de cobranças de bagagens como impeditivo para que companhias aéreas low cost operem no Brasil. Segundo ele, a dificuldade para que empresas ampliem ou até mesmo passem a operar no país está atrelada à escassez de aeronaves, o que, segundo ele, se tornou um problema global.

“Hoje a dificuldade da não vinda de low cost para o Brasil e de outras companhias internacionais, mesmo que tenhamos tido um avanço na procura por voos internacionais no Brasil, é por causa da falta de aeronaves”, afirmou, citando que diversas empresas já sinalizaram a intenção de ampliar a operação ou entrar no mercado brasileiro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

FATURAMENTO DO SETOR MINERAL SOBE 34% NO 3º TRIMESTRE, APONTA IBRAM

A maior fonte de faturamento foi o minério de ferro, que movimentou R\$ 39,8 bilhões no período, alta de 27% em relação ao terceiro trimestre do ano passado

Por Cibelle Bouças, Valor — Belo Horizonte



A maior fonte de faturamento do setor foi o minério de ferro, que movimentou R\$ 39,8 bilhões no período — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O setor mineral encerrou o terceiro trimestre com faturamento de R\$ 76,2 bilhões, o que representou um aumento de 34% em relação ao mesmo intervalo de 2024. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

A maior fonte de faturamento foi o minério de ferro, que movimentou R\$ 39,8 bilhões, alta de 27% em relação ao terceiro trimestre do ano passado. O faturamento com ouro, por sua vez, cresceu 58%, para R\$ 9,6 bilhões. E a receita com cobre avançou 85% no período, para R\$ 7,3 bilhões.

Em relação aos Estados, Minas Gerais liderou em faturamento, com R\$ 30 bilhões registrados, seguido pelo Pará (R\$ 26,5 bilhões) e Goiás (R\$ 3,4 bilhões).

A arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) ficou estável em R\$ 2 bilhões.

Julio Nery, diretor de assuntos minerários do Ibiam, disse que o período seco favoreceu o aumento da produção, especialmente das minas de ferro a céu aberto. “O preço do ouro também influenciou bastante no aumento do faturamento”, afirmou Nery.

Simandou

Questionado sobre o início da exportação de minério de ferro do projeto Simandou, na Guiné, pela Rio Tinto, Nery disse que a operação terá impacto pequeno na mineração brasileira neste ano, devendo ter uma influência mais forte no fim de 2026 ou começo de 2027, quando o projeto chegar à capacidade operacional plena.

“Hoje, o porto na Guiné não está concluído e a carga de minério precisa viajar em navios menores, perdendo eficiência”, observou Nery.

Simandou tem reservas estimadas em cerca de 4 bilhões de toneladas de minério com teor médio de 65% de ferro. O primeiro embarque está previsto para novembro, com destino à China. A Rio Tinto informou, recentemente, que já estocou 2 milhões de toneladas de ferro para embarques.

Simandou é dividido em dois grupos. De um lado, operam a Rio Tinto e a estatal chinesa Chalco. Do outro lado, o consórcio Winning Consortium Simandou (WCS), formado por investidores da China e de Cingapura.

A expectativa é que o projeto atinja produção anual de 120 milhões de toneladas até 2028.

Balança comercial

As exportações brasileiras de minerais somaram 121 milhões de toneladas de produtos no terceiro trimestre, aumento de 6,2% na comparação com o terceiro trimestre de 2024. Em valor, houve aumento de 9%, para US\$ 12,2 bilhões.

As exportações de minério de ferro aumentaram 6,5% no período, para 117,5 milhões de toneladas. Em valor, houve retração de 0,8%, para US\$ 7,7 bilhões.

As importações minerais, por sua vez, aumentaram 3,3%, para US\$ 2,5 bilhões. Em volume, houve queda de 4,2%, para 11 milhões de toneladas.

Com isso, o saldo da balança comercial mineral somou US\$ 9,64 bilhões, 10,5% acima do valor registrado no terceiro trimestre de 2024.

Segundo o Ibram, a China foi o principal destino das exportações minerais brasileiras, recebendo 69,3% do volume embarcado pelo Brasil. Já as importações minerais foram provenientes, principalmente, dos Estados Unidos (20,8%), Rússia (19,3%), Canadá (14,3%) e Austrália (11,4%).

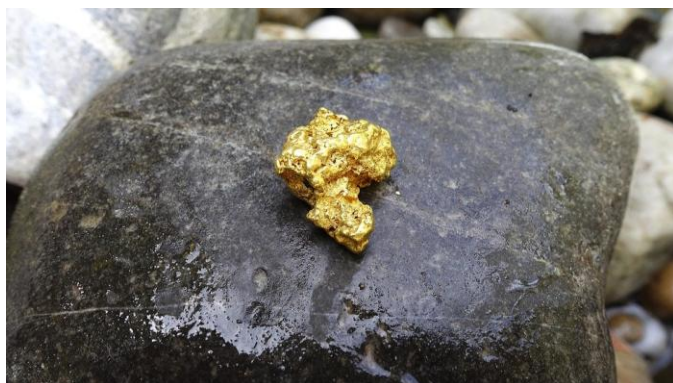
Nery disse que o resultado do setor foi favorecido por um aumento na produção estimulado pela melhora nos preços de algumas commodities, principalmente do ouro, que valorizou 39,5% no terceiro trimestre, comparado com o mesmo período de 2024. O preço médio do minério de ferro teve incremento de 1,2% no mesmo intervalo. O cobre, teve avanço de 6,4% e o alumínio, de 9,8%.

Investimentos

A estimativa de investimentos para o setor é de US\$ 68,4 bilhões de 2025 a 2029, ante US\$ 64,5 bilhões no período de 2024 a 2028, aumento de 6,6%.

Projetos de extração de ouro têm aumento de 39,3%, para US\$ 2,1 bilhões. Projetos de terras raras somam US\$ 2,2 bilhões, com crescimento de 49%. Os projetos na área de extração de minério de ferro somam US\$ 19,6 bilhões, com avanço de 13,4%.

O Ibram destacou os investimentos voltados para projetos de minerais críticos, que somam US\$ 18,45 bilhões até 2029.



Fernando Azevedo, vice-presidente do Ibram, disse que as terras raras constituem um ativo geopolítico que o Brasil possui. E que a expectativa de aumento da demanda por essas commodities para projetos de transição energética, tecnologia e defesa, tornam os investimentos na área mais atrativos.

O faturamento com ouro cresceu 58%, para R\$ 9,6 bilhões, no terceiro trimestre — Foto: Pixabay

De acordo com dados da Agência Internacional de Energia (IEA), até 2040, a demanda por cobre, lítio, níquel, cobalto, grafita e terras raras deve aumentar mais de 80%.

“Minerais críticos são estratégicos para segurança alimentar, produção de semicondutores e chips, são fundamentais para a defesa e a soberania. Estamos falando de radares, aviões, uma multiplicidade de usos. A demanda, em alguns casos, chegará a crescer até seis vezes nas próximas décadas”, observou Raul Jungmann, diretor-presidente do Ibram.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

O DESAFIO CLIMÁTICO DA GOVERNANÇA URBANA

Brasil, embora rico em diagnósticos e planos, continua a tropeçar na transição entre o papel e a prática

Por André Garcia e João Maria Botelho

A transição para cidades inteligentes tornou-se um dos eixos centrais da política climática europeia. No âmbito do Horizon Europe, a Missão para Cidades Climaticamente Neutras e Inteligentes visa transformar 100 cidades em laboratórios de neutralidade carbônica até 2030. Lisboa e Porto estão entre as selecionadas. O programa exige a assinatura de Contratos de Cidade Climática, pactos multilaterais que integram metas de descarbonização, mobilidade sustentável, gestão energética e

uso do solo com planos de investimento e indicadores mensuráveis. Apesar da ambição, auditorias do Tribunal de Contas Europeu apontam fragmentação: as soluções desenvolvidas sob o programa Lighthouse - como as de Barcelona, Amsterdã e Viena - alcançaram bons resultados locais, mas com baixa replicabilidade devido à ausência de métricas comuns e à dificuldade de coordenação multinível.



— Foto: Logan Armstrong/Unsplash

Para corrigir esse cenário, a Comissão Europeia apresentou o Quadro de Interoperabilidade para Cidades e Comunidades Inteligentes (“EIF4SCC”), que amplia a noção tradicional de interoperabilidade técnica para cinco dimensões: técnica, semântica, organizacional, jurídica e cultural. Essa última, inédita em políticas digitais, reconhece que a cultura local e a diversidade urbana são elementos decisivos para o sucesso das estratégias climáticas. O EIF4SCC também tenta evitar o chamado vendor lock-in, dependência tecnológica que limita a autonomia digital das cidades. Em paralelo, instrumentos regulatórios como o Regulamento Europeu de Inteligência Artificial (AI Act) e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) consolidam a UE como referência global em governança algorítmica e proteção de dados urbanos. Ambos impõem regras rigorosas de transparência e avaliação de risco, essenciais para garantir que a digitalização da gestão pública não comprometa direitos fundamentais nem amplie desigualdades.

Cidades como Barcelona e Lisboa exemplificam a integração entre tecnologia e política climática. A capital catalã, pioneira em “superquarteirões” (Superblocks), reduziu emissões e ampliou áreas verdes e caminháveis. Lisboa, por sua vez, tornou-se caso de estudo da Agência Europeia do Ambiente ao vincular o orçamento municipal de mobilidade à redução de CO2 e à criação de “corredores verdes”. Já Helsinque destaca-se por tratar o envolvimento cidadão como pilar da transição energética, incorporando consultas digitais e mecanismos de cocriação nas decisões urbanas. Essas cidades demonstram que a inovação só é inteligente quando gera resultados ambientais e sociais tangíveis.

Em Portugal, a Estratégia Nacional para Territórios Inteligentes (ENTI), lançada em 2023, representa o esforço de traduzir esses princípios europeus em realidade nacional. Coordenada pela Agência para a Modernização Administrativa, a ENTI abrange 16 iniciativas e 31 recomendações que buscam integrar políticas de mobilidade, energia, resíduos e digitalização. O Porto surge como referência prática: desde 2015, a Plataforma Urbana do Porto reúne dados de sensores, sistemas de tráfego, recolha de resíduos e serviços públicos numa arquitetura interoperável, permitindo decisões rápidas e redução de custos. O modelo inspira outras cidades portuguesas e reforça o papel do país como mediador entre o know-how europeu e os desafios latino-americanos.

No Brasil, o contraste é evidente. Embora haja avanços normativos - Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal 12.187/2009), Carta Brasileira de Cidades Inteligentes e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - a execução segue tímida. Em São Paulo, o PlanClima e o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) diagnosticam com precisão as fontes de emissões e as desigualdades territoriais da copa arbórea, mas a implementação é lenta e fragmentada. O transporte responde por cerca de 70% das emissões municipais e segue dependente de combustíveis fósseis, enquanto a cobertura vegetal permanece concentrada em bairros de renda alta. Em outras capitais, como Rio e Curitiba, o padrão se repete: planos bem estruturados, porém com baixo grau de execução e frágil integração metropolitana.

A COP30, que será realizada em Belém do Pará em 2025, surge como momento-chave para reposicionar o país no debate global. A conferência poderá impulsionar compromissos concretos como metas de transporte sustentável nas NDCs urbanas, ampliação da arborização e criação de mecanismos de financiamento climático para cidades médias. Ao mesmo tempo, abre-se uma oportunidade inédita para alinhar planos climáticos locais a modelos de financiamento híbridos

(blended finance) já testados na Europa, unindo bancos de desenvolvimento, fundos verdes e capital privado.

A integração Brasil-Europa pode encurtar caminhos. A harmonização entre a LGPD e RGPD facilita parcerias tecnológicas seguras; a adoção de padrões abertos europeus permitiria interoperar dados sobre mobilidade, energia e qualidade do ar; e o uso de Contratos de Cidade Climática poderia transformar metas ambientais em compromissos executáveis, com indicadores de mitigação, adaptação e equidade. Cidades irmãs (city-to-city cooperation), podem despontar como plataformas de intercâmbio em mobilidade limpa, ruas sombreadas, drenagem verde e governança de dados.

No essencial, a lógica é clara: a tecnologia é um instrumento, não um destino. Uma cidade só é verdadeiramente inteligente se reduzir emissões, melhorar a qualidade do ar e devolver habitabilidade ao espaço público. A Europa avança com mecanismos de execução e métricas sofisticadas; o Brasil, embora rico em diagnósticos e planos, continua a tropeçar na transição entre o papel e a prática. O seu grande desafio é transformar ambição normativa em resultados tangíveis: arborizar periferias, eletrificar frotas e integrar a mobilidade ativa no desenho urbano. A COP30 pode marcar esse ponto de inflexão o momento em que as promessas se tornam realidade. O que para a Europa representa um ajuste de governança, para o Brasil é um verdadeiro salto civilizacional.

André Pereira de Moraes Garcia é advogado no escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados, atuando no Departamento de Direito Ambiental. É mestrando em Ciências Jurídicas Avançadas na Universitat Pompeu Fabra (UPF), em Barcelona

João Maria Botelho é jurista (LLB) reconhecido pela lista da Forbes “30 Under 30” na categoria de Sustentabilidade e Inovação Social, com formação especializada em ESG, Sustentabilidade e Regulação das Alterações Climáticas através de programas da Wharton School e Universidade Católica Portuguesa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

PETROBRAS LEVA BLOCO CITRINO, NO PRÉ-SAL DA BACIA DE CAMPOS; VEJA RESULTADOS DO LEILÃO DA ANP

Bloco foi arrematado em sessão pública da oferta permanente de partilha da ANP; foram 7 blocos negociados, com 5 arrematados e 2 sem oferta

Por Kariny Leal e Fábio Couto, Valor — Rio



Presentar matéria Plataforma da Petrobras em exploração do campo de Atapu, no pré-sal da Bacia de Campos — Foto: Geraldo Falcão/Agência Petrobras

A Petrobras arrematou o Lote 3, composto pelo Bloco Citrino, na sessão pública da oferta permanente de partilha, realizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O leilão de petróleo ocorreu nesta quarta-feira (22) – foram sete blocos negociados, com cinco arrematados e dois sem

oferta.

O bloco Citrino está localizado na Bacia de Campos, tinha excedente de óleo mínimo para a União de 8,87% e foi arrematado com oferta de 31,19%, com bônus de assinatura de R\$ 5,6 milhões.

O Lote 7, composto pelo Bloco Jaspe, foi arrematado pelo consórcio Petrobras e Equinor. O bloco Jaspe também fica na Bacia de Campos, tinha excedente de óleo mínimo para a União de 16,72% e foi arrematado com oferta de 32,85%, com bônus de assinatura de R\$ 52,2 milhões.

A Petrobras havia exercido direito de preferência no bloco.

Demais blocos

O Lote 1, composto pelo Bloco Esmeralda, foi arrematado pela Karoon Brasil. O bloco Esmeralda está localizado na Bacia de Santos, tinha excedente de óleo mínimo para a União de 10,54% e foi arrematado com oferta de 14,1% e bônus de assinatura de R\$ 33,7 milhões.

O Lote 2, composto pelo Bloco Ametista, foi arrematado pelo consórcio formado pelas chinesas CNOOC Petroleum e Sinopec na sessão pública.

O Lote 4, composto pelo Bloco Itaimbezinho, foi arrematado pela Equinor na sessão pública. O bloco Itaimbezinho está localizado na Bacia de Campos, tinha excedente de óleo mínimo para a União de 6,67% e foi arrematado com oferta de 6,95%, com bônus de assinatura de R\$ 5,6 milhões.

Os blocos Ônix e Larimar, lotes 5 e 6, não receberam ofertas. Ambos localizam-se na Bacia de Campos.

Resultado consolidado do leilão

- O leilão de petróleo terminou com arrecadação de R\$ 103,7 milhões e cinco blocos arrematados. O investimento previsto nas cinco áreas é de R\$ 451,5 milhões, de acordo com a ANP.
- O bloco Esmeralda teve oferta de excedente em óleo para a União de 14,10%, o que correspondeu a um ágio de 33,78%.
- Ametista, com excedente ofertado de 9%, teve ágio de 40,41%.
- Esmeralda e Ametista localizam-se no pré-sal da Bacia de Santos.
- O bloco Citrino teve o maior ágio no excedente em óleo, de 251,63%, com oferta de 31,19%.
- Itaimbezinho teve oferta de excedente em óleo de 6,95%, ou ágio de 4,20%.
- Jaspe recebeu lance de 32,85% de excedente em óleo, ou ágio de 96,47%.
- Citrino, Itaimbezinho e Jaspe localizam-se no pré-sal da Bacia de Campos.
- Os blocos Ônix e Larimar, também na Bacia de Campos, não receberam ofertas de empresas.

Oferta Permanente

A oferta permanente é uma modalidade mais ágil em relação ao modelo tradicional de leilões. Na oferta permanente, as empresas não precisam esperar um novo edital. Quando as petroleiras conseguem se habilitar para a oferta permanente, elas sempre estão aptas para arrematar blocos de petróleo.

No modelo tradicional, as empresas são habilitadas para cada leilão e os blocos incluídos em editais unicamente produzidos para cada certame. Já na oferta permanente, o edital é único e só é alterado para inclusão de novas áreas e exclusão de blocos que foram arrematados por empresas ou que venham a ser excluídos por outros motivos.

Os leilões públicos, nos quais as empresas apresentam ofertas pelas áreas pretendidas, continuam ocorrendo como habitualmente – são as sessões públicas de cada ciclo da oferta permanente. Entre a declaração de interesse e os leilões, decorre um prazo de 120 dias.

Os vencedores das sessões públicas passam a cumprir prazos de entrega de documentos exigidos no edital e a assinatura dos contratos, que podem ser de concessão ou de partilha, entre outras etapas previstas no cronograma da oferta permanente.

Na oferta permanente de partilha, o critério para definir o vencedor da sessão pública é o maior percentual de excedente em óleo para a União em relação ao valor mínimo estabelecido no edital.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/10/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CODEBA VAI ADMINISTRAR PORTO DE ITAJAÍ ATÉ CRIAÇÃO DA DOCAS DE SANTA CATARINA

Por Nelson Moreira Portos e logística 22/10/2025 - 16:05



Silvio Costa Filho afirmou que, nos próximos 12 meses, o MPor vai modelar uma proposta para que o porto público catarinense passe a ser um terminal independente

O secretário nacional de portos e aeroportos, Alex Ávila, anunciou na última sexta-feira (17), durante visita oficial à Bahia, que a Autoridade Portuária Federal na Bahia (Codeba), vai assumir provisoriamente a administração do Porto de Itajaí (SC), atualmente responsabilidade da Autoridade Portuária de Santos (APS), até que seja criada a empresa pública Docas de

Santa Catarina. Segundo Ávila, representantes da Codeba vão se reunir, nesta semana, com equipes do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para acertar os detalhes da transição da administração de uma autoridade portuária para outra.

Nesta quarta-feira (22), em São Paulo, onde acompanhou os leilões do Terminal de Passageiros de Maceió, de uma área de apoio à operação offshore do Porto do Rio de Janeiro e do canal de acesso do Porto de Paranaguá, no Paraná, o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que a mudança da administração visa a desafogar a APS, já que o Porto de Santos passa por obras estratégicas. “A Codeba é um porto de médio porte e pode dar um apoio melhor, neste momento, ao Porto de Itajaí”, disse Costa Filho.

O ministro ressaltou que, nos próximos 12 meses, o MPor vai modelar uma proposta para que o Porto de Itajaí passe a ser um terminal independente. Ele anunciou que, na próxima terça-feira (28), vai divulgar novidades sobre o terminal catarinense. “O ministério deve, oficialmente, se posicionar sobre o contrato definitivo do Porto de Itajaí”, afirmou.

Segundo Costa Filho, nos próximos seis meses será feita a modelagem para que seja feito um contrato definitivo para o Porto de Itajaí. “Já fizemos um contrato provisório, por mais dois anos, mas queremos tirar o primeiro semestre para fazer o contrato definitivo”, anunciou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/10/2025

GRUPO ALAGOANO ARREMATTA TERMINAL DE PASSAGEIROS DE MACEIÓ

Por Nelson Moreira Portos e logística 22/10/2025 - 14:59



Contrato de concessão será inicialmente de 25 anos e concessionário fará investimentos de, pelo menos, R\$ 3,75 milhões

O Terminal de Passageiros de Maceió (TMP), em Alagoas, foi arrematado nesta quarta-feira (22) pelo grupo alagoano Consórcio Britto-Macelog II. Ele foi o único a apresentar proposta e foi o vencedor oferecendo o pagamento de outorga de R\$ 50 mil. O leilão foi promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) na Bolsa de Valores do Brasil, a B3, em São Paulo (SP).

O contrato de concessão será inicialmente de 25 anos, e o concessionário fará investimentos de pelo menos R\$ 3,75 milhões. Segundo o MPor, o objetivo da transferência para um grupo privado é transformar o Porto de Maceió em um polo de turismo nacional, fortalecer a economia regional e melhorar as condições dos passageiros e de todos os que passam pelo terminal.

André Luiz Filho, administrador da Macelog II, uma das empresas integrantes do consórcio vencedor, antes de bater o martelo que oficializou a vitória no leilão, ressaltou a importância de o terminal ter sido arrematado por um grupo de Alagoas. “Essa é uma empresa genuinamente alagoana e confiamos que vamos fazer um porto mais competitivo e que vamos trazer mais desenvolvimento ao porto de Maceió”, disse.

O empresário afirmou ainda que o Porto de Maceió tem ligação histórica com o estado de Alagoas, tendo sido inaugurado em 1940 pelo então presidente da República, Getúlio Vargas. Ele lembrou também que foi pelo terminal da capital alagoana que a escritora Clarice Lispector chegou ao Brasil quando veio de seu país natal, a Ucrânia, e anunciou a possibilidade de batizar com o nome dela o TMP. “Esse é um nome sugestivo para colocarmos no porto”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/10/2025

OPP TEM 5 BLOCOS NO PRÉ-SAL ARREMATADOS E R\$ 104 MILHÕES EM BÔNUS

Por Danilo Oliveira Offshore 22/10/2025 - 14:46



Petrobras arrematou sozinha bloco de Citrino e 60% do bloco de Jaspe, junto com a Equinor, ambos na Bacia de Campos. Percentual do excedente em óleo para a União teve ágio médio acima de 90%

Cinco empresas, em consórcio ou individualmente, arremataram cinco dos sete blocos do 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha (OPP), todos no polígono do pré-sal: Esmeralda e Ametista, na Bacia de Santos; e Citrino, Itaimbezinho e Jaspe, na Bacia de Campos. Ao todo, oito

empresas apresentaram ofertas no leilão, realizado nesta quarta-feira (22) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio de Janeiro. Duas das vencedoras — Karoon e Sinopec — são estreantes no regime de partilha no Brasil. A assinatura dos contratos está prevista para acontecer até 29 de maio de 2026.

A Petrobras foi um dos destaques, arrematando sozinha o bloco de Citrino, na Bacia de Campos, e o bloco de Jaspe, também em Campos, com 60% (operadora) de participação no consórcio com a Equinor (40%). A empresa norueguesa também venceu sozinha o bloco de Itaimbezinho, na Bacia

de Campos. Já a Karoon arrematou 100% do bloco Esmeralda e o consórcio formado por CNOOC Petroleum (70%/operadora) e Sinopec (30%) ficou com o bloco Ametista, ambas na Bacia de Santos.

Os bônus de assinaturas dos cinco blocos, que são fixos e determinados no edital da OPP, somaram R\$ 103,7 milhões. Os investimentos previstos na primeira fase dos contratos (fase de exploração) são de R\$ 451,5 milhões. De acordo com a ANP, o quantitativo atual de blocos exploratórios no regime de partilha da produção foi ampliado em 50%, passando de 10 para 15 blocos. Como resultado, a área exploratória da partilha também será ampliada em cerca de 50%, passando para 24,8 mil km².

A ANP avalia que, após as recentes mudanças no edital da OPP, o certame ficou mais atrativo, tendo, pela primeira vez, empresas independentes inscritas, além das grandes petroleiras. Todos os blocos arrematados tiveram ofertas de excedente em óleo para a União maiores do que o mínimo do edital. O ágio médio do excedente em óleo foi de 91,20%. O maior ágio foi de 251,63%, no bloco de Citrino, vencido pela Petrobras.

No regime de partilha da produção, parte do petróleo e do gás produzidos pelas empresas é destinada à União – o chamado “percentual do excedente em óleo”. O percentual desse excedente que irá para a União é ofertado pelas licitantes no leilão, a partir do mínimo determinado em edital, e é o critério para determinar os vencedores.

Itaimbezinho e Jaspe estão localizadas no pré-sal da Bacia de Campos, onde a Equinor iniciou suas operações no Brasil com o campo de Peregrino e onde desenvolve o projeto Raia. Itaimbezinho está a cerca de 15 quilômetros de Raia, projeto com previsão de entrada em operação em 2028, capaz de escoar 16 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. De acordo com a Equinor, o volume será o equivalente a 15% da demanda nacional de gás brasileira à época.

A empresa destacou que esse é um novo marco que reforça o compromisso com o Brasil, o qual considera um país-chave no portfólio internacional. "Estamos adicionando longevidade ao nosso portfólio, ao mesmo tempo em que provamos que somos capazes de executar projetos complexos e de larga-escala, como fizemos com Bacalhau na última semana", afirmou a presidente da Equinor no Brasil, Veronica Coelho.

Após o leilão, a Shell Brasil declarou que a decisão de não apresentar proposta no 3º ciclo da OPP refletiu a 'abordagem disciplinada' da companhia em relação à alocação de capital e uma avaliação estratégica das oportunidades disponíveis nesta rodada. "A Shell parabeniza os vencedores desta rodada e reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do setor de energia offshore do Brasil", manifestou em nota.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 22/10/2025

GOVERNO PREVÊ LEILÃO DE ÁREA DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO EM MARÇO DE 2026

Da Redação Portos e logística 21/10/2025 - 20:56



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou, nesta terça-feira (21), que a área 'SSB01' do Porto de São Sebastião, em São Paulo, será arrendada e que o leilão para a concessão está previsto para março de 2026. O projeto de arrendamento, que terá prazo contratual de 35 anos, destina-se à movimentação e armazenagem de grãos sólidos, cargas gerais e contêineres e prevê investimento de R\$ 12 milhões em medidas de compensação ambiental e sociais.

O plano de investimentos contempla a modernização de cerca de 426.000 metros quadrados (m²) de área operacional, a construção de um novo píer de atracação, a ampliação do pátio, um novo sistema para carga e descarga de caminhões e a dragagem de aprofundamento dos canais de acesso. Segundo a pasta, há expectativa de geração de aproximadamente 5.00 empregos durante a construção e mais 1,3 mil postos de trabalho permanentes durante a operação.

O ministro de portos e aeroportos, Silvano Costa Filho, que visitou o porto, disse que o terminal deve crescer após a concessão e que ele tem potencial estratégico para o desenvolvimento do estado de São Paulo, do Brasil e da América do Sul. Já o prefeito de São Sebastião, Reinaldo Alves, classificou o projeto como benéfico para toda a região e lembrou que o porto abastece todo o Vale do Paraíba.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/10/2025

MAERSK, EVERLLANCE E PRODUTORES APOIAM ABORDAGEM MULTIFUNCIONAL E USO DO ETANOL NO TRANSPORTE MARÍTIMO

Da Redação Navegação 21/10/2025 - 20:45



A Maersk, a Everllance (antiga MAN Energy Solutions) e os produtores de etanol Inpasa, FS, Raízen, Atvos e Copersucar, apresentaram uma declaração conjunta sobre a necessidade de uma abordagem multifuncional para a descarbonização do transporte marítimo. Após encontro realizado em São Paulo (SP), na última segunda-feira (20), os participantes ressaltaram que o setor pode contribuir com a indústria naval com tecnologias e combustíveis que permitirão o desenvolvimento de embarcações para que o setor marítimo atinja suas metas climáticas.

No documento, as partes citam o etanol, amplamente usado em outros modais, como um dos combustíveis alternativos que justificam uma avaliação técnica e regulatória mais aprofundada. Para o transporte marítimo, a escala de produção existente do etanol foi definida como vantagem, com potencial de fornecer uma terceira opção de combustível para motores a metanol, de combustível duplo, por exemplo. Os participantes informaram que testes recentes indicaram a viabilidade técnica de abastecer esses motores com etanol, ressaltando a importância do desenvolvimento e exploração contínuos.

No encontro, foram elogiados os trabalhos adicionais feitos pela Organização Marítima Internacional (IMO) para examinar a compatibilidade de segurança do etanol com a tecnologia de motores marítimos, a concorrência de matéria-prima, o ciclo de vida e a certificação. Os participantes citaram ainda que uma colaboração adicional entre produtores, usuários e reguladores de etanol será essencial para melhor entender seu papel no futuro cenário energético do setor.

“As partes incentivam o agnosticismo de combustíveis nas regulamentações globais e a abertura para examinar todas as vias de combustível de emissões reduzidas sob a Estratégia de GEE de 2023 da IMO, com sobriedade, rigor e o objetivo de longo prazo em vista, enquanto aguardam maior clareza sobre a adoção recentemente adiada da Estrutura Net-Zero, que é crítica para garantir a transição energética global para o transporte marítimo”, afirmaram no posicionamento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/10/2025

ABAC SUGERE CORREDOR VERDE NO COMÉRCIO MARÍTIMO ENTRE PAÍSES DO MERCOSUL

Por Nelson Moreira Navegação 21/10/2025 - 20:07



Associação, que participou de reunião da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo do bloco regional, defende diálogo setorial e ações do governo federal para implementar proposta

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, apresentou na última quinta-feira (15) a proposta de criação de um corredor verde do transporte marítimo entre os países do Mercosul, com uso de combustíveis menos poluentes, como biodiesel e, principalmente, etanol. A sugestão foi feita durante

reunião da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo (CETM), que integra o Subgrupo de Trabalho nº 5 (SGT-5) do grupo de países da América do Sul, e que foi organizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Ele ressaltou à Portos e Navios que a proposta ainda é embrionária e deve ser formatada para ser apresentada na próxima reunião do grupo no primeiro semestre de 2026 no Paraguai, país que assumirá a presidência temporária do bloco, substituindo o Brasil. O objetivo, explicou, é criar critérios que sejam compatíveis com as exigências para descarbonização estipuladas pela Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla inglês) e que sejam economicamente viáveis para as empresas de navegação, principalmente as de cabotagem.

Para isso, a estratégia é procurar os setores que podem ser envolvidos no projeto de criar linhas de transporte marítimo mais sustentável, com menos emissões de gases do efeito estufa (GEE). Entre eles, Resano citou órgãos de governo, como o próprio MPor e o Ministério de Minas e Energia (MME), além de empresas que produzem biodiesel e a Petrobras, principal distribuidora de combustíveis do país.

Segundo Resano, entre os obstáculos a superar estão a produção insuficiente de biocombustível para atender à frota brasileira de navios mercantes, a falta de uma rede de distribuição que permita o abastecimento das embarcações nos portos e a necessidade de adaptação dos motores dos navios para receber etanol. São questões que ele definiu como prioritárias para que se possa pensar em ter um corredor verde no comércio marítimo no continente. A elas se junta a dificuldade de empenho de todos os países do Mercosul na busca de soluções comuns.

No caso da produção de biodiesel, ele adiantou que já estão sendo iniciadas conversas com produtores de soja e do combustível dela derivado para mostrar o potencial de mercado e as possibilidades de ganhos para quem investir no segmento. “Temos feito contatos com produtores de biodiesel para pedir atenção ao setor marítimo”, disse Resano.

O diretor-executivo da Abac garantiu que o aumento da produção do biodiesel não causaria nenhuma perda aos exportadores de soja porque o combustível é obtido pelo esmagamento do grão e que o farelo resultante pode ser aproveitado, e exportado, para ser usado como ração animal. “A produção do biodiesel não afeta a oferta de comida, como alegam os europeus, que não produzem soja e não querem concorrência”, garantiu.

Mas, mesmo com aumento da fabricação do produto menos poluente, será preciso superar um obstáculo que Resano considera ainda mais difícil: a distribuição por todo o país, em portos e demais pontos para abastecimento dos navios. Segundo ele, essa rede não existe hoje, o que, por enquanto, inviabiliza o uso do biodiesel pelas embarcações.

Na avaliação do diretor-executivo da Abac, a solução poderia vir da Petrobras, que já conta com rede própria e eficiente de distribuição de combustível e poderia usá-la para levar o biodiesel até os consumidores do setor marítimo. “Se a Petrobras assumir essa responsabilidade, há possibilidade de que o uso desse recurso se torne possível”, sugeriu.

Ele considera o etanol a melhor opção de combustível com baixa emissão de GEE, com a ressalva de que seu uso pelas embarcações exigirá adaptações nos motores e, conseqüentemente, aumento de custos e de preços do frete. Dessa forma, a alternativa só se tornaria viável com uma política de governo para garantir que os que investirem no combustível mais limpo não sejam prejudicados com a perda de cargas para outros modais.

Resano entende que, se o setor marítimo investir em motores mais sustentáveis e tiver que repassar custo para preços, pode perder clientes para outros modais, notadamente o rodoviário, muito mais poluente, se esse oferecer fretes mais baratos. “Quem escolhe o transportador é o dono da carga, e a maioria escolhe quem cobra menos pelo serviço”, afirmou.

Ele lembrou que o corredor verde poderia ser ainda uma forma de os transportadores marítimos escaparem de taxas que serão cobradas a partir de 2028 pela IMO, que exige a redução das emissões até chegar a zero em 2050. E explicou que quem usar o biodiesel ‘B40’ terá cobrança mais que quem usar o ‘B100’ e quem usar etanol poderá ficar isento, por ser o combustível que menos polui.

Por isso, a Abac cobra ações do governo para coordenar todo o processo, estabelecer metas de produção e de distribuição para que o corredor se torne viável sem onerar as empresas de navegação e, conseqüentemente, os donos das cargas e os consumidores finais. “O governo precisa agir para tornar o corredor verde realidade em benefício de todos, incluindo o meio ambiente”, defendeu Resano.

A Abac também é a favor que a questão seja tratada não só como política de governo, mas como política de Estado e que todos os órgãos e empresas, inclusive estatais, sejam envolvidos nas discussões e na formatação da proposta para que possa ser apresentada na próxima reunião do Mercosul e seja transformada em realidade. “Espero que o Brasil esteja empenhado em criar um corredor verde no transporte marítimo no continente”, comentou Resano.

Ele disse acreditar que a Petrobras pode ter papel importante, principalmente na distribuição, mas também na possibilidade de investir na produção de combustíveis menos poluentes. Mesmo ressaltando que esse não é objetivo para qual foi criada, já que é uma petroleira, a empresa poderia contribuir e até, no futuro aumentar seus ganhos, inclusive com a exportação dos produtos, que serão cada vez mais demandados por empresas marítimas de todo o mundo para cumprir as metas de descarbonização impostas pela IMO.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/10/2025

TECNOLOGIA ISLANDESA VAI MONITORAR CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS EM EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NA IRLANDA DO NORTE

Da Redação Indústria naval 21/10/2025 - 20:08



A empresa de tecnologia islandesa Hefring Marine anunciou, na última segunda-feira (20), ter iniciado parceria com a Federação de Pescadores da Irlanda do Norte (NIFF), formada no início de 2025, para testar soluções inovadoras que apoiem a frota pesqueira no combate ao aumento dos custos de combustível, na melhoria da segurança e na redução de emissões.

Com o apoio do Fundo para o Meio Ambiente Marinho e Pescas do Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Rurais da Irlanda do Norte, a iniciativa contará com a participação de membros da

Organização de Produtores de Peixes da Irlanda do Norte (NIFPO) e da Organização Anglo-Irlandesa de Produtores de Peixes (ANIFPO) para testar, pela primeira vez, a tecnologia Imas da Hefring Marine em barcos de pesca comercial.

O objetivo é fornecer aos operadores das embarcações informações em tempo real sobre o uso de combustível e o desempenho delas, permitindo que otimizem as operações, reduzam custos e melhorem a segurança a bordo. Adam Holland, diretor de sustentabilidade da indústria pesqueira da Irlanda do Norte, lembrou que o combustível é um dos custos mais significativos para esse tipo de embarcação.

“Ao trabalhar com a Hefring Marine, pretendemos fornecer aos marítimos ferramentas para monitorar e gerenciar seu consumo de forma mais eficaz, contribuindo para a lucratividade e, ao mesmo tempo, apoiando a frota no alinhamento com as metas de redução de emissões do Reino Unido”, afirmou Holland.

O aumento dos custos de combustível e de operação, impulsionado pela inflação e pelas pressões do mercado global de energia, tem colocado pressão cada vez maior sobre a indústria pesqueira da Irlanda do Norte. Tradicionalmente, a maioria das embarcações não possui ferramentas para medir o consumo de combustível com precisão, dependendo de cálculos de tanques de petróleo bruto. O sistema da Hefring Marine permitirá que os operadores monitorem e entendam o uso de combustível em tempo real, abrindo caminho para mais eficiência, redução da dependência do diesel e maior longevidade do motor.

O programa piloto também testará como a tecnologia pode aumentar a segurança da tripulação, oferecendo orientação baseada em dados sobre o manuseio da embarcação em condições marítimas desafiadoras. “A pesca é um dos ambientes operacionais mais difíceis no mar”, disse Karl Birgir Björnsson, CEO da Hefring Marine. Ele revelou entusiasmo em colaborar com o NIFF para adaptar ao setor a tecnologia da Hefring. “Nosso objetivo é capacitar os pescadores com ferramentas que tornem seu trabalho mais seguro, sustentável e eficiente”, acrescentou.

Como parte da implementação, os pescadores passarão por treinamento para garantir que possam acessar, compreender e aplicar facilmente os dados fornecidos pelo sistema. O projeto fornecerá também uma base de dados para explorar a futura adoção de tecnologias alternativas e práticas de pesca sustentáveis. Se bem-sucedido, o projeto piloto formará a base para uma estratégia de longo prazo para modernizar as operações de embarcações em toda a frota da Irlanda do Norte.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/10/2025

ARTIGO - REFORMA TRIBUTÁRIA E O SEU IMPACTO NA LOGÍSTICA BRASILEIRA

Por Luiza Bublitz Opinião 21/10/2025 - 18:29



A reforma tributária brasileira não é mais uma promessa distante: ela já começou. Aprovada e com cronograma definido, sua implementação tem início já no próximo ano, em 2026, e se estende até 2033. Essa mudança vai muito além da simplificação de impostos, ela impacta a estratégia logística que não será mais focada no aspecto tributário, mas sim na eficiência logística propriamente.

Por décadas, a chamada “guerra fiscal” moldou cadeias produtivas e redes de distribuição. Empresas decidiram onde produzir e armazenar não apenas pela eficiência

operacional, mas pelos incentivos tributários oferecidos por alguns estados. Essa lógica está chegando ao fim. A exclusão gradual dos incentivos fiscais entre 2029 e 2032 marca uma virada de chave. Estados brasileiros, que antes reconhecidamente ofereciam incentivos fiscais extremamente competitivos, serão duramente afetados.

Sem incentivos estaduais, a estratégia logística passa a seguir a lógica macroeconômica do país, baseada na concentração das cadeias produtiva e consumidora. Isso significa que empresas precisarão repensar suas redes de produção e distribuição, aproximando-se dos grandes polos de fabricação e consumo, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A mudança não é apenas tributária, é estrutural. Cadeias inteiras precisarão ser redesenhadas:

- Fábricas instaladas em regiões incentivadas terão de avaliar se permanecem onde estão, se migram para locais mais próximos ao consumo ou para a Zona Franca de Manaus, que permanece vigente até 2073.
- Centros de distribuição, muitos deles posicionados em estados que ofereciam benefícios fiscais, tendem a se deslocar para o eixo Sudeste, mais próximos aos grandes centros econômicos e financeiros.
- Importadores, que hoje nacionalizam cargas em portos com incentivos, deverão priorizar portos mais próximos ao consumo, alterando a dinâmica dos corredores logísticos.
- Atividades “e-commerce”, que utilizam incentivos estaduais para importação e distribuição, tenderão a reavaliar a capilaridade de sua malha logística.
- Até mesmo as conhecidas “Trading Companies” precisarão repensar sua estratégia operacional tributária, pois a extinção gradativa dos incentivos fiscais estaduais lhes impactará diretamente.

Nesse novo cenário, a competitividade não estará mais baseada em aspectos tributários, mas sim em eficiência logística. O “Custo Brasil” volta ao centro da agenda e dentro dele, a logística é peça-chave. Empresas que conseguirem redesenhar sua malha, com base na multimodalidade e de forma integrada, terão vantagens estratégicas. Combinar modais – rodoviário, ferroviário, cabotagem e até aéreo – será essencial para reduzir custos e aumentar resiliência.

Nessa nova dinâmica, a cabotagem assume papel central. O Brasil é um país litorâneo, com mais de 8 mil quilômetros de costa e 70% da população vivendo a até 200Km do mar. A cabotagem, transporte marítimo entre portos nacionais, já se mostra uma solução competitiva ao reduzir em até 30% os custos logísticos em longas distâncias, além de emitir menos CO2, em relação ao modal rodoviário. Com serviços semanais conectando Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, oferece também previsibilidade e, com a reforma, ganha ainda mais relevância.

Empresas que antes triangulavam cargas por estados incentivados poderão nacionalizar ou fabricar próximo ao consumo e usar a cabotagem para distribuir com eficiência.

A transição para uma logística mais eficiente, contudo, não será simples. O Brasil ainda enfrenta gargalos estruturais que limitam a competitividade. O Porto de Santos (SP), por exemplo, já opera com alta utilização, o que significa que qualquer aumento de demanda pressiona custos e reduz eficiência. Sem investimentos robustos em infraestrutura – mais ferrovias, rodovias, terminais intermodais e capacidade portuária –, a nova lógica logística corre o risco de esbarrar em velhos problemas. E esses investimentos levam tempo. Empresas que aguardarem a reforma “acontecer” para agir podem perder espaço para concorrentes que se anteciparem.

Por outro lado, nem tudo mudará de forma radical. Hubs logísticos bem-posicionados geograficamente continuarão exercendo papel estratégico. Portos com infraestrutura consolidada, como Itapoá (SC), seguirão competitivos por sua capacidade e localização privilegiada para atender os estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Em outras palavras, a reorganização da malha não elimina a importância de ativos já consolidados; ela apenas redefine como eles se conectam a uma rede que precisa ser mais integrada e eficiente.



As decisões sobre onde produzir e distribuir não são apenas números em uma planilha. Elas carregam histórias, empregos e vínculos com comunidades locais. Uma fábrica, ou até mesmo um centro de distribuição, por exemplo, não se movem com facilidade. Eles estão conectados a trabalhadores, fornecedores e à economia regional. Por isso, a reorganização da malha logística precisa considerar não apenas custos, mas também impactos sociais e a vocação de cada território. Ao mesmo tempo, uma logística mais eficiente não beneficia apenas as empresas. Quando cadeias são otimizadas, o custo logístico cai e isso se traduz em produtos mais acessíveis para milhões de brasileiros. Reduzir o “Custo Brasil” significa não apenas aumentar a competitividade das empresas, mas também ampliar o poder de compra da população e integrar mercados que hoje pagam mais caro simplesmente pela distância.



A reforma tributária não é um evento distante, ela já teve início. E, como toda mudança estrutural, exige planejamento antecipado. Empresas que se adaptarem primeiro terão vantagem competitiva e acreditamos que a logística é um vetor de crescimento para o Brasil.

Luiza Bublitz é presidente da Aliança Navegação e Logística

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/10/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 22/10/2025